

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IGOR NUNES COSTA

A IDEIA DE DESCENTRAMENTO EM ROBERTO SCHWARZ.

VITÓRIA

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IGOR NUNES COSTA

A IDEIA DE DESCENTRAMENTO EM ROBERTO SCHWARZ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Pós-Dr. Bajonas Teixeira de Brito Junior.

VITÓRIA

2012

IGOR NUNES COSTA

A IDEIA DE DESCENTRAMENTO EM ROBERTO SCHWARZ.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 10 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Bajonas Teixeira de Brito Junior. (Orientador)

Pós-doutor em Ciências Humanas – Filosofia –
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Adelia Maria Miglievich Ribeiro

Dra. em Ciências Humanas – Sociologia –
PPGSA/IFCS – Universidade Federal do Rio de
Janeiro

Prof. Andréia Penha Delmaschio

Dra. em Ciência da Literatura – PPGCL/CLA –
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Deodeth, minha mãe, que me torna um pai melhor da Camila, cujo significado reflui no filho que sou.

Ao meu pai, Odinson (em memória).

A Geruza.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes, pela permanente disponibilidade e grande cuidado com os discentes.

Ao meu orientador, Bajonas Teixeira de Brito Junior, pela leitura atenta do meu trabalho.

Aos colegas de turma, pelo clima agradável de discussão.

Também foi nessa direção a consagração francesa do boom literário hispano-americano, a ponto de Borges, como é sabido, tornar-se uma das principais referências na constituição da Ideologia Francesa, refluindo naturalmente sobre a própria compreensão local do escritor.

(PAULO ARANTES, 1991)

Este livro resulta de quatro conferências que dei na Universidade de Cambridge. [...] Ao falar de Borges precisamente ali e em inglês, tive uma impressão curiosa. Aí estava uma argentina falando numa universidade inglesa sobre outro argentino a quem hoje se considera 'universal' [...]. A reputação mundial de Borges o purgou de nacionalidade.

(SARLO, apud SCHWARZ, 2006)

RESUMO

Trata da ideia de descentramento em Roberto Schwarz que surge da inserção subordinada do Brasil no âmbito internacional, paralelamente à acomodação de ideias da modernidade europeia pelas relações de favor da sociedade brasileira. Essa ideia é analisada tanto nas obras em que Schwarz discute o desenvolvimento do país quanto nas relações de classe e na tradição intelectual que se insere. Esse descentramento é ressaltado no período da Independência do Brasil, feita de forma conservadora, quando as ideias europeias foram colocadas em gravitação, pelas elites, na sociedade escravista e paternalista brasileira. Tais ideias tornaram-se ornamento, dado que a participação das elites nos benefícios das sociedades avançadas só se efetuará sob a exploração econômica e a dominação política instaladas naquele período e reatualizadas com o avanço do capital. Ideias, portanto, que não possuíam a mesma eficácia que tinham nos países de origem, sendo sempre deslocadas pelo favor. Dada à relativa autonomia da cultura em frente à economia, no processo de formação do Brasil, leis, arquitetura, literatura, costumes foram trazidos para o país e implantados, contribuindo para o desajuste entre cultura nacional e estrangeira, que é nossa também, nessas condições desajustadas. Uma dessas ideias, a de desenvolvimento, fundado na ciência e na técnica, estimulava o avanço aos saltos da estrutura econômica sem o devido acompanhamento do processo social que lhe dissesse respeito. Na verdade, isso se dá em função da regressão desse processo, porque o avanço tecnológico dos países centrais não poderia ser acompanhado pelos periféricos, uma vez que tal avanço mantém, com aqueles países, a propriedade do produto novo, mais produtivo, impossibilitando que os países periféricos acompanhem os patamares de concorrência, de produtividade e de eficácia dos países centrais. Em nível de conclusão, apontamos que o avanço sem os investimentos correlatos em áreas sociais que o sustentem repõe permanentemente a exclusão, as segregações sociais, a desigualdade e as relações de favor com seus componentes de arbítrio, hierarquia e violência.

Palavras-chave: Descentramento. Ideias. Europa. Favor. Brasil.

ABSTRACT

This idea of decentering in Roberto Schwarz, arising from subordinated insertion of Brazil in the international parallel to accommodation ideas of modernity by European relations favor of Brazilian society. It is analyzed in the works in which he discusses the development of the country, class relations and intellectual tradition in which it operates. This decentering is emphasized during the Independence of Brazil, made conservatively, when European ideas were put into gravitation elites in Brazilian slave society and patronizing. Such ideas have become ornaments, since the participation of elites in the benefits of advanced societies only be wrought under the economic exploitation and political domination update installed in that period and with the advance of capital. Ideas, so that did not have the same effect it had on countries of origin, always being displaced by favor. Given the relative autonomy of culture facing the economy, the process of formation of Brazil, law, architecture, literature, customs were brought into the country and implemented, contributing to the mismatch between domestic and foreign culture, which is ours under these conditions maladjusted. One of these ideas, the development, founded on science and technology, advancing by leaps stimulated economic structure without due process monitoring social to tell him about it. In fact, according to the regression of this process, since the technological advancement of the core countries could not be accompanied by peripherals, as this keeps advancing, with those countries, ownership of the new product, more productive, making it impossible for the peripheral countries follow the levels of competition, productivity and effectiveness of core. Advancing therefore no related investments in social areas that sustain this progress, exclusion, social segregation, inequality and relations of favor with your choice of components, hierarchy, violence replenished constantly.

Keywords: Decentering. Ideas. Europe. Favor. Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DA AMBIGUIDADE MUNDIAL QUE NOS CABE.....	09
1. ANTECEDENTES E INFLUÊNCIAS.....	19
1.1. O SEMINÁRIO MARX E A DISCUSSÃO SOBRE CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO.....	24
1.2. A ANÁLISE DOS “HOMENS LIVRES”.....	42
1.2.1. O favor.....	42
1.2.2. A dialética da malandragem.....	55
1.3. CRÍTICA À RAZÃO ILUMINISTA.....	61
2. O DESCENTRAMENTO EM ROBERTO SCHWARZ.....	69
2.1. O DESCENTRAMENTO INTERNO: AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	73
2.2. O DESCENTRAMENTO EXTERNO: O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL.....	89
3. DISCUSSÕES SOBRE AS IDEIAS FORA DO LUGAR.....	109
4. CONCLUSÕES.....	116
5. REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO – DA AMBIGUIDADE MUNDIAL QUE NOS CABE.

Para analisar a ideia de descentramento nas obras do crítico de literatura Roberto Schwarz, foi traçada, num primeiro momento, uma rota que incluía a exposição dos pressupostos de suas análises, ou seja, os autores, conceitos e noções em que ele se apoiou e aqueles dos quais ele se afastou, como tratou essa herança e como construiu sua obra numa discussão tensa com aqueles pressupostos. Com o intuito de demonstrar como opera o descentramento e torná-lo mais claro, por último seria descrito o debate de Schwarz com aqueles que criticaram suas ideias, comparando as análises dos diversos autores dos mesmos fenômenos sociais com a análise do próprio Schwarz e mostrando como tais autores reproduzem o descentramento e seus corolários.

Com exceção desse debate, o projeto inicial foi sendo modificado no decorrer das pesquisas, principalmente quanto à abrangência. Vários trabalhos abordaram o conjunto da obra de Schwarz: alguns discutindo seus pressupostos; outros, seus aspectos mais ligados à Literatura; outros, ainda, os ligados à História e à Sociologia. A discussão do entorno de suas obras foram diversas e produtivas, porém, não houve discussão da noção central delas, que é objeto deste trabalho. Tal noção, que é a de descentramento, fundamenta, a partir da apropriação daquela herança intelectual, uma análise original de questões brasileiras, principalmente no que se refere às que nos interessam, sobre o desenvolvimento capitalista do Brasil e as interações sociais, fenômenos vistos por meio duma mesma chave de interpretação, a relação entre as características históricas e sociais do país com as universais, que o capital ia engendrando em seus avanços.

Feita a precisão de rota, partimos para o tema deste trabalho, que não pode ser abordado fazendo referência apenas ao mundo das ideias, mas, conforme o método materialista do crítico, e seguindo sua tradição intelectual da Teoria Crítica, buscamos os referenciais concretos de que derivaram tais ideias no universo de suas leituras e autores. Durante as pesquisas, constatamos que as experiências dos deslocamentos¹ surgiram quando da ascensão da civilização burguesa e das grandes revoluções Francesa, Industrial e Americana. Essas revoluções trouxeram em seu arcabouço um conjunto de ideologias de liberdade, igualdade, justiça, emancipação e progresso que, devido à universalização do capitalismo, se disseminou por diversos países. Essas ideologias encontraram dinâmicas culturais próprias nos diferentes

¹ Schwarz não distingue os termos descentramento e deslocamento, utilizando para os mesmos fenômenos os dois termos.

países, que não as recepcionaram num vazio cognitivo, mas se apropriaram delas e as reelaboraram.²

Roberto Schwarz percebeu a mistura da ideologia da burguesia progressista com os pressupostos sociais e históricos brasileiros, observando que tais ideias da modernidade europeia, berço da civilização capitalista, estavam deslocadas entre nós.

Os pressupostos sociais do Brasil foram sendo construídos desde sua colonização, que aconteceu num contexto mundial de guerra civil religiosa, cujas igrejas intolerantes travavam duros combates e perseguiam cruelmente umas as outras numa “anarquia generalizada”. Quando o Estado Absolutista ascendeu na Europa, ele subordinou e tratou de forma utilitária a Igreja e a religião, impondo a doutrina da Razão de Estado. Ou seja, as ações do monarca passariam, então, a não reconhecer nenhuma instância superior a si mesmas, com exceção de Deus. E a política passaria a estar livre de prescrições morais religiosas. Com isso, o monarca passa a ser a fonte do direito, do que é justo e injusto, e a ser autorizado a cometer todo tipo de transgressão do direito e da moral. Com o fim das guerras civis religiosas, a guerra entre Estados Absolutistas torna-se externa a eles e se transforma num instrumento da política dos príncipes (KOSELLECK, 1999). Dessa forma,

Enquanto a Europa ainda se enredava no cipoal de restrições e particularismos do Antigo Regime, despertávamos para o mundo quimicamente puro da forma-mercadoria, a um tempo periférica e hipermoderna. Fizemos a experiência extrema do que significa o vazio social no qual se reproduz um território comandado integralmente pela violência da abstração econômica (ARANTES, 2008, p.13).

Quando as guerras passaram a ser de Estados contra Estados, as colônias, inclusive o Brasil, ficaram sujeitas a essas exteriorizações da anomia, em que o mundo quimicamente puro da forma mercadoria exigia um permanente Estado de Exceção³ que combatesse o inimigo interno, toda massa de desvalidos, escravos e agregados que pudessem se rebelar, judicializando a violência extralegal do Estado (ARANTES, 2008). O colono, primeiro agente mercantil da América Portuguesa, devedor de fidelidade ao príncipe e exercendo poderes de mando maiores na Colônia que o príncipe na Metrópole (SOUZA, 2006), então palco de

² Para verificar a acomodação de tais ideias em contextos diferentes do brasileiro, vejam-se, por exemplo, Karnal, 2007 e Bosi, 2012.

³ “As denominações variam conforme as respectivas tradições jurídicas nacionais e a hora política: estado de sítio, exceção, urgência, emergência, lei marcial etc.” (ARANTES, 2008). O mesmo autor, noutra local, adiciona a ideia de Estado de exceção a de Razão de Estado.

normalização de guerras, entra nesse espaço juridicamente vazio, tornando-se dono de terras e homens.

Seguindo ainda outro dos autores que Schwarz utilizou para interpretar o Brasil do século XIX e construir sua obra, Franco (1997) afirma que a estratificação social brasileira era formada por proprietários, homens livres e escravos. A escravidão, sendo o domínio do arbitrário (ALENCASTRO, 2002), possibilitava que o dono de escravo fosse dono de sua vida e morte. Os homens livres, vivendo de favores junto aos senhores e tendo a violência como positivamente valorada (FRANCO, 1997), trabalhavam como capatazes e caçadores de escravos, em milícia etc., e repeliam tudo que fosse associado à escravidão, ou seja, o trabalho físico e o esforço continuado. Dessa forma, constituiu-se uma estratificação social hierárquica assente na concessão de mercês e privilégios enquanto recompensa pela fidelidade e pela prestação de serviços.

As dinâmicas culturais e política brasileiras ou, como denominou Schwarz, nossos pressupostos sociais eram, portanto, fundados no paternalismo, no arbítrio e na hierarquia, cujas ideias modernas dos países centrais, principalmente as da França, disseminadas durante sua revolução, impregnaram o Brasil depois de sua Independência. Dessas acomodações das ideias da modernidade europeia no Brasil, surgia a sensação de deslocamentos que se faziam sentir devido ao caldeamento entre valores e ideias, por vezes contrárias, latentes principalmente no período citado, da Independência do Brasil, quando eram proclamadas as liberdades civis, o parlamento, a Constituição, o trabalho livre, a ciência, indispensáveis, mas, em termos sociais e históricos, deparava-se também com o trabalho escravo e de desvalidos, a hierarquia e a dominação pessoal, o favor e o arbítrio, inevitáveis.

A partir desse contexto de situação colonial e ideias progressistas, descrente, devido à leitura de Adorno e Lukács, da concretização das promessas postas em circulação por essas ideias, Roberto Schwarz descreve o caminho que percorreu para ver, na gravitação delas no Brasil, um movimento que nos singularizava:

[Partimos] da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias [europeias] estavam fora de centro, em relação a seu uso europeu. E apresentamos uma *explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital*. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir

sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional (SCHWARZ, 2000a, p. 30, grifo nosso).

Preocupado com as questões de seu tempo, particularmente as relacionadas ao desenvolvimento do país, e tendo sido integrante de um grupo que identificou os problemas fundamentais deste tema (o desenvolvimento), Schwarz elabora as perguntas sobre o passado. Esse grupo do qual Schwarz fez parte constata que, apesar de o Brasil se modernizar, problemas antigos como a segregação social e a falta de direitos permaneciam. Nosso crítico sabia que quando o capital avançava, repunha seus fundamentos, ou seja, a dominação, a ideologia, o trabalho assalariado, a propriedade privada e os meios repressivos.⁴

Dessa forma, no Brasil, desejosos de fazerem parte do conjunto das nações adiantadas e utilizando, de forma nominalmente objetiva, conceitos e noções europeus, sem compromisso cognitivo e crítico com a realidade prática, os proprietários punham em circulação a ideia de desenvolvimento advinda da modernidade europeia, cuja aplicação acrítica reforçava os pressupostos sociais brasileiros instituídos no Brasil colonial. Ou seja, aplicando uma ideia europeia de desenvolvimento capitalista, repúnhamos os fundamentos do capitalismo que se instalou na origem do país e a reprodução de sua classe dominante por via da dominação direta, da hierarquia, do arbítrio, da violência banal. No centro desse quadro, encontramos o descentramento, experiência social engendrada na articulação de todos esses elementos sociais concretos e as ideias postas em circulação no Brasil.

No primeiro capítulo, concentramos-nos brevemente nas ideias centrais de alguns autores e obras que influenciaram diretamente Schwarz e que nos interessam para discussão deste trabalho, já que tais autores e obras foram analisados noutros trabalhos, naturalmente com outras finalidades e abrangências.⁵ Foram expostas as ideias do grupo de estudos surgido na década de 50, denominado Grupo Marx ou d'O Capital, que reuniu, além de Schwarz, intelectuais que visavam a um “retorno a Marx”.

Esse grupo tinha basicamente três objetivos: elaborar uma nova interpretação do Brasil por meio dum rigoroso esforço metodológico para profissionalizar as Ciências Sociais, rompendo com o conhecimento anterior, principalmente o dos ensaístas Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, considerados como pré-científicos; superar o ecletismo teórico de Florestan

⁴ Brito Junior, Bajonas Teixeira, 2012.

⁵ Cf. Arantes, 1998; Veiga Junior, 2010; Ré, 2005; Martins, 2008.

Fernandes, que foi bastante influenciado pela Sociologia da modernização norte-americana; e questionar o nacional-desenvolvimentismo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que defendia uma interpretação nacional-burguesa do Brasil, a fim de construir a nação e definir uma estratégia nacional-desenvolvimentista apoiada num pacto político que unia Estado, burguesia e trabalhadores pela industrialização.

Os intelectuais do Grupo Marx eram professores e assistentes, principalmente ligados a Cadeira de Sociologia I da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Essa Cadeira, Maria Silvy de Carvalho Franco também a ocupou, distanciando-se, porém, de seus colegas porque criticava a Sociologia do desenvolvimento então em vigor, considerando-a impregnada da Sociologia funcionalista norte-americana e centrada na noção disjuntiva de moderno e tradicional (FRANCO, 2011). Destacamos ainda algo que, nos trabalhos de Franco, *o favor*, teria pouca importância, mas para Schwarz seria o tema central. Relações estabelecidas entre os sujeitos, o favor fazia oscilar os critérios entre impessoais e pessoais e fundava uma consciência que indiferenciava os sujeitos – indiferenciação assentada em relações pessoalizadas, não em relações impessoais fundadas na igualdade, como pode parecer –, mas que se assentava na diferença inata dos sujeitos.

As obras de Antonio Candido, crítico de literatura, foram mais uma influência no pensamento de Schwarz. Candido, inclinado para as questões de formação da nação⁶, não para as de modernização, fazendo uma “crítica de vertentes” junto com um grupo de intelectuais e estudantes de orientações teóricas distintas (JACKSON, 2007), convida Roberto Schwarz (que tinha pouca inclinação para pesquisas sociológicas⁷ e, desde muito novo, era influenciado por Anatol Rosenfeld (SCHWARZ, 1987), ensaísta de origem germânica) a estudar Literatura Comparada, que era o que ele “gostava mesmo”⁸.

O método de análise literária de Candido, em que ele busca verificar qual a função da realidade social sobre a estrutura da obra, denominada de Formalização ou Redução

⁶ Em análise estética da literatura, de aspectos ficcionais, Candido buscou identificar o sentimento de pertencimento e compartilhamento que determinados grupos sociais e comunidades possuem, constituindo-se em uma nação, em uma “comunidade imaginária” (ANDERSON, 1989).

⁷ “No ano seguinte, comecei a ficar abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica, os levantamentos e as tabulações não eram comigo”. *Revista Pesquisa Fapesp*, 1998, 54 ed.

⁸ “Nessa altura, Antonio Candido passara da Sociologia para as Letras e estava ensinando Literatura Brasileira em Assis. Ruminei o exemplo e fui até lá me queixar da vida e pedir conselho, pois gostava mesmo é de Literatura. Ficou mais ou menos combinado que quando eu terminasse o curso faria um mestrado em Literatura Comparada no exterior e depois iria trabalhar com ele na USP. Nessa época, eu já escrevia um pouco de crítica literária para jornal.” *Revista Pesquisa Fapesp*, 54 ed., 1998.

Estrutural, demonstrado em *Dialética da Malandragem*, permitiu-lhe constatar o modo fluido da sociabilidade brasileira, que oscila entre a ordem e a desordem, sustentada por uma ausência de juízos morais (e de classe, diria Schwarz) que, em última análise, estrutura um mundo sem culpa. Associando textos a contextos e promovendo a análise formal daqueles, Candido ligava estrutura e história.

Nesse sentido, as obras literárias possuiriam uma finalidade interna significativa, um conjunto de relações necessárias que expressam, num nível de máxima coerência, visões de mundo do homem em frente aos problemas fundamentais que colocam as relações inter-humanas e as relações entre o homem e a natureza. O foco da análise dele se concentra nos elementos das obras inseridos na totalidade de que faz parte, a sociedade humana, que abrange tanto a obra analisada quanto o analista dela, buscando a necessidade, total ou parcial, de cada elemento em relação à totalidade da estrutura. Ou seja, a estrutura significativa ou princípio válido de generalização, como Candido denomina, organiza em profundidade a obra e é ao mesmo tempo dado real pressuposto, mas não dependente dele. É ao mesmo tempo real e fictício.

Tal programa de junção de estrutura e história já vinha sendo realizado por Adorno e Lukács antes de Candido. Lukács demonstra, no âmbito da Literatura, como o progresso social capitalista é essencialmente contraditório. Quando da ascensão da burguesia, sua ideologia progressista, que prometia o avanço intelectual e científico, o desenvolvimento das capacidades humanas, o esclarecimento e o progresso, enfim, essa ideologia foi desmentida pelo próprio avanço do capital que junto com as promessas trouxe a alienação dos sujeitos. As armas que a burguesia empunhava contra o feudalismo se levantaram contra si mesma; e suas teorizações passaram a ser apologias ao sistema.

Adorno, para o que nos interessa, segue a mesma linha de Lukács, porém na esfera filosófica, fazendo a crítica à Razão Iluminista. Tal Razão, apesar de prometer a emancipação e o progresso, deixando de pensar o pensamento, fez-se meramente formal, tornando-se indiferente a qualquer fato ou “indivíduo psicológico” concreto e transformando-se em instrumento de dominação negando, portanto, o progresso e a emancipação que prometera. Adorno será analisado neste trabalho, por ser mais voltado às questões sociais.

De forma mais detida, no segundo capítulo a ideia de descentramento foi analisada em suas duas dimensões: interna e externa. Em sua dimensão externa, os deslocamentos foram

constatados na interpretação de Schwarz no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Produto duma inserção internacional subordinada e dependente, o país insistia em aplicar em si mesmo as categorias europeias, principalmente a ideia de desenvolvimento, para se igualar às nações adiantadas, o que era impossível, já que quando damos um passo em direção ao cumprimento dessa ideia os europeus dão dois, três (SCHWARZ, 1999).

Tal insistência faz com que reponhamos permanentemente os fundamentos dum capitalismo no Brasil. Posto que seja da dinâmica do Capital expandir-se continuamente e visto que “o Brasil nasceu como um negócio” (ARANTES, 2008) associado aos avanços do capitalismo mercantil, institui-se um modo de dominação e exploração garantido por um Estado de Exceção permanente que ainda não foi extinto⁹. Esse deslocamento externo torna-se inevitável devido ao modo como tratamos as ideias modernas e como as reproduzimos a partir de nossas relações sociais.

Exercitando a Redução Estrutural na análise de obras literárias, já conhecedor das controvérsias geradas pela associação entre capitalismo e escravidão, produtos do Grupo Marx e tendo-se aprofundado nas leituras de Adorno, Lukács e Candido, Roberto Schwarz “já vislumbrava a volubilidade do narrador” em Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, mas faltava o nexos com a realidade concreta brasileira, que foi encontrado em Maria Sylvia de Carvalho Franco, em sua ideia de favor.

A forma literária encontrava, então, sua raiz social, deixando claro o processo social inscrito na obra literária. A volubilidade do narrador na literatura encontrava seu equivalente no favor, na esfera das relações sociais. Desse modo, tornava-se fundamental para a análise e demonstração da experiência social dos deslocamentos internos o estudo da constituição interna ao Brasil das relações sociais entre senhores e agregados, fundadas em relações personalizadas, mantidas por uma série de dependências e favores. Estes, por sua vez, dissimulavam a violência e o arbítrio que seriam reforçados com a impregnação das ideias da burguesia progressista europeia depois da Independência e com a impulsão dos proprietários do Brasil em entrar para o conjunto das civilizações adiantadas.

As interpretações de Schwarz sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil foram feitas, principalmente, a partir dos livros *Que horas são?* e *Seqüências Brasileiras* e do texto “As

⁹ Veja, por exemplo, Arantes, 2007.

ideias fora do lugar”. Além dessas, ele lançou mão de algumas outras obras de autores com os quais dialogou, a exemplo de Paulo Arantes e Robert Kurz.

Os outros textos escolhidos de Schwarz são aqueles que discutem o desenvolvimento do Brasil, tema central em suas análises sobre o processo social brasileiro, abordado, porém, de maneiras variadas em seus diferentes textos, mas todos perpassados pela noção de descentramento. O que denominamos de descentramento interno será analisado na interpretação que Roberto Schwarz fez de Machado de Assis, nas obras *Ao vencedor as batatas* (excluindo o primeiro capítulo *As ideias fora do lugar*) e *Um mestre na periferia do capitalismo*.

Outras obras de Schwarz e também de outros autores integrantes da mesma tradição intelectual dele, já que nem sempre o crítico detalha suas análises, serão utilizadas para deixar claro o objeto deste trabalho, seu surgimento, abrangência e reposição.

É importante enfatizar que a análise feita aqui não é de Literatura, mas gira em torno da Sociologia, da História e da Política, como foi demonstrado pelos temas, autores e obras. O que discuto, o descentramento, é a experiência que articula e dá sentido às interações sociais no Brasil, à aplicação da ideia de desenvolvimento por aqui e às relações entre as interações e tal aplicação.

Portanto, primeiro, concordamos aqui com Gildo Marçal Brandão (2003) que defende que as mais ricas interpretações da realidade derivam de enfoques metodológicos inter e transdisciplinares, tratando-se de situar o objeto investigado em suas relações com outras esferas e problemas da sociedade global¹⁰; e, segundo, concordamos com Elide Rugai Bastos (2002, p. 184) para a qual o desenvolvimento, cujo “atraso” é o maior problema, tem sido o eixo dos estudos sobre o país e foco das interpretações dos intelectuais e da reflexão sociológica.

¹⁰ “O “viver em colônias” se repõe sob novas formas no mundo globalizado. A grande internacionalização da economia brasileira não rompeu os laços da dependência, nem resolveu a questão social do país. A exclusão social do padrão atual de reprodução da economia aponta para um cenário politicamente preocupante num futuro não tão distante, caso formas de cooperação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social não sejam rapidamente construídas. Enfim, novos projetos de nação necessitam ser elaborados e discutidos. A emancipação nacional possível em muito se escora nesse pressuposto, que tem nos cientistas e intelectuais importantes artífices. A construção dum projeto nacional envolve a articulação dum profundo conhecimento empírico do país (em suas potencialidades e deficiências) com o conhecimento dos mecanismos de reprodução do capitalismo avançado (os ritmos e processos internacionais em curso) e com o conhecimento prático do funcionamento da vida política brasileira. Só na confluência de tais vetores é possível traçar um diagnóstico que aponte medidas viáveis para a democratização progressiva do Brasil” (BRANDÃO, 2008).

No último capítulo, as discussões com intelectuais que criticaram as obras de Schwarz, especificamente o texto *As ideias fora do lugar* foram trazidas e utilizadas como efeito comparativo a fim de demonstrar a operação do descentramento nas ideias daqueles que criticaram as obras dele.

Concluimos o trabalho fazendo uma síntese das discussões e apontando repercussões derivadas da experiência social dos descentramentos no Brasil.

1 ANTECEDENTES E INFLUÊNCIAS

Na década de 1950, no Brasil, chegava ao auge a ideia do nacional desenvolvimentismo. Tanto aqui como em diversos países da América Latina, a noção de desenvolvimento nessa época estava associada à ampliação do processo de acumulação de capital, à incorporação do progresso técnico àquele processo, à democracia e ao planejamento estatal cujo foco era melhorar os padrões de vida da população. O desenvolvimento de um país estaria associado à sua modernização social¹¹, com a disseminação dos direitos políticos, civis e sociais, o avanço da alfabetização, a mobilidade social etc. A própria noção de desenvolvimento se vinculava a mudanças sociais, políticas e econômicas como fenômenos interligados. Conforme Theotônio Santos (2009, p. 3), as principais características da literatura predominante de então referente à “teoria do desenvolvimento” eram as de

conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional.

Disseminadas pela Comissão Econômica para a América Latina, Cepal¹², da Organização das Nações Unidas, a partir de um diagnóstico dual-estruturalista de que as economias subdesenvolvidas possuíam uma estrutura produtiva agroexportadora que as submetiam a uma troca desigual com as desenvolvidas, as doutrinas nacional-desenvolvimentistas visavam a diminuir a distância entre esses países, defendendo a intervenção estatal de inspiração keynesiana, o estímulo à industrialização, a defesa da indústria nacional e a “reforma” (OLIVEIRA, 2003, p. 31) do comportamento dos países industrializados, criticando o mercado livre, as teorias liberais do comércio internacional e o livre cambismo.

Nessa mesma época, década de 50, a chamada Sociologia da modernização, produto da Sociologia norte-americana, que associava os trabalhos de Talcott Parsons e Robert Merton com as técnicas de pesquisas capitaneadas por Paul Lazarsfeld, cuja preocupação central era a

¹¹ A modernização social, ou seja, a satisfação das necessidades básicas de saúde, habitação, nutrição, além da garantia de uma existência humana plena, com acesso universal à educação, às liberdades civis, participação política (superção da pobreza ou da privação relativa) e garantia de direitos, foi tomada, pelas teorias da modernização que influenciaram os intelectuais brasileiros, cujo maior intérprete foi Talcott Parsons, como necessária para que houvesse uma mudança social que garantisse que países subdesenvolvidos, ou seja, aqueles que possuíam baixa produção, estagnação e pobreza, atingissem o estágio desenvolvido (OUTWHITE; BOTTOMORE, 1996, p. 197).

¹² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), e tem sua sede em Santiago, Chile. A Cepal é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou ao objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Informações no *site* da Cepal. <http://www.eclac.org>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

questão das mudanças sociais e que chegou a ser chamada de “Sociologia mundial” devido a sua grande difusão, defendia que os processos de modernização nos países “subdesenvolvidos” se caracterizariam pela passagem de uma “sociedade tradicional” para uma “sociedade moderna”, cujo modelo era a sociedade norte-americana (BRASIL JUNIOR, 2011).

Em resposta a um projeto de modernização da sociedade e de mudança do modelo de desenvolvimento brasileiro, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, atendendo a um projeto político e pedagógico da elite de São Paulo.

[...] procura então, Júlio de Mesquita Filho mostrar a importância dos ‘organismos de cultura’, que se compõem dos centros de altos estudos teóricos e doutrinários, dos estabelecimentos chamados de ensino secundário, ou de humanidades, e, por último, do sistema de educação primária. [...] A função da educação primária seria a de ‘elemento de contacto entre a massa popular e as elites pensantes’. A função do secundário seria a de criar a ‘mentalidade média nacional’ e constituir ‘reserva permanente para a constituição das indispensáveis elites intelectuais’. A função das universidades seria formar as elites indispensáveis à obra de regeneração política da sociedade brasileira e à superação da ‘crise nacional’ com a destruição do poder das oligarquias (CARDOSO apud MARTINS, 2008, p.47).

Para tanto, foi trazida ao país uma missão francesa que incluía, dentre outros, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Frommont, Paul Hugon, Gilles-Gaстрon Granger e Martial Guérault. Essa missão teria a função de formar um quadro de intelectuais que problematizasse o modelo de desenvolvimento do país e fosse preparado para ocupar posições políticas, o que demonstrava que as discussões sobre desenvolvimento não se esgotavam no âmbito acadêmico. Essa problematização, fundada na constatação da permanência do atraso entre nós, permanência que teria sido central em debates anteriores, demonstra que as discussões sobre desenvolvimento tinham centralizado as preocupações dos sociólogos no Brasil (BASTOS, 2002).

Ao assumir, em 1954, a disciplina de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, em substituição a Roger Bastide, que retornara à França, Florestan Fernandes – sociólogo, para quem o problema do Brasil não era de crescimento, mas, do ponto de vista sociológico, era de como participar do padrão de civilização das sociedades nacionais, o que aconteceria quando fossem demolidos os obstáculos estruturais que impediam a emergência duma ordem social competitiva e a consequente modernização ou

desenvolvimento¹³ do país –, acreditava que o desenvolvimento cultural, que seria homólogo à modernização econômica, política e social da nação, tinha na industrialização e na urbanização aceleradas seu polo dinâmico (ARRUDA, 2010).

Com o intuito de analisar as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil e a relação *sui generis* entre opostos – arcaísmo e modernidade, riqueza e pobreza –, de verificar os princípios que estruturam a sociedade periférica na sua relação dependente com o centro hegemônico da economia, de superar a interpretação dualista da sociedade (BASTOS, 2002) e a defasagem entre o alto nível de formação acadêmica trazida pela “missão francesa” e por professores estrangeiros e as necessidades sociais e culturais do Brasil, Fernandes se concentrou na temática das mudanças sociais. Tais mudanças seriam possibilitadas com a formação de cidadãos. Estes, em contato com o avanço da ciência e com a ampliação da participação política, se tornariam mais esclarecidos para intervirem no mundo público.

Essas inquietações em Florestan revelavam a influência dos “pais fundadores” da reflexão social contemporânea: de Durkheim, a tomada de posição circunstanciada pelo conhecimento e a pretensão duma intervenção racional e científica na realidade social; de Weber, a sensibilidade para os problemas derivados da revolução burguesa frustrada e dos obstáculos conservadores à ordem social competitiva; de Marx, a pretensão de intervir racionalmente, mas para acelerar a mudança (LAHUERTA, 2008).

Para implantar uma cultura científica e um projeto de consolidação das Ciências Sociais dentro da Faculdade de Filosofia, Florestan iniciou um processo de formação de um grande grupo de pesquisadores e cientistas sociais para a difusão da Sociologia.

A partir de então, com o recrutamento de alguns ex-alunos e alunos para a constituição dum grupo de trabalho dentro do departamento de Ciências Sociais – especificamente na cadeira de Sociologia I, onde estava o projeto Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento, cuja principal preocupação era às resistências as mudanças –, Florestan Fernandes iniciou seu projeto de estabelecimento duma escola de pensamento sociológico, que se denominou Escola Paulista de Sociologia. A implementação desse projeto de Fernandes, intelectual de origem social subalterna, causou forte tensão e disputas dentro da própria FFCL, de mesma origem elitista e oligárquica daqueles que fundaram a USP na

¹³ Arruda (2010) fala em modernização e Jackson, (2007) fala em desenvolvimento e sociologia do desenvolvimento, o que demonstra aquilo que foi citado acima, de que havia uma forte relação entre essas ideias.

década de 1930 e origem da maioria dos integrantes do Grupo Marx (MARTINS, 2008). De acordo com Antonio Candido (2011, p. 6),

Estas coisas [as consequências da implantação de uma universidade por uma oligarquia] foram mais ou menos vislumbradas por Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*. Ele conta que ao chegar a São Paulo em 1934, percebeu que os professores estrangeiros tinham sido recrutados para fornecer a sobremesa da oligarquia. Os setores esclarecidos da oligarquia paulista, já realizada e amadurecida como classe dominante, criaram uma Faculdade para ter a sua filosofia, os seus estudos de alto nível como enquadramento e viveiro de intelectuais a seu serviço. Mas, diz Strauss, bastava ver a composição dos alunos para perceber que isso não seria verdade: eram professores primários, gente da pequena burguesia, filhos de fazendeiros arruinados. Completando o pensamento, diríamos que a oligarquia suscitou um “aprendiz de feiticeiro”: criou condições para formar intelectuais que a exprimissem, mas estes desenvolveram uma atitude e um pensamento radical de pequena burguesia, que a negaram. Daí a decepção de muitos que contribuíram para a sua fundação (“esta não é a Faculdade dos meus sonhos”).

Dentro desse novo cenário, a FFCL começava a ganhar luz própria, já que vários de seus alunos passaram a destacar-se em seus cursos, acabando por serem convidados a tornarem-se professores assistentes dentro de seus departamentos. Formava-se nos diversos departamentos da Faculdade de Filosofia uma estrutura que lançaria a própria faculdade numa nova correlação de poder dentro da USP. Florestan e seus assistentes – que depois seriam integrantes do Grupo Marx, devido à grande influência dos intelectuais franceses que vieram executar o projeto político pedagógico de modernizar a Universidade, o Estado e, posteriormente, o país por meio da transmissão para os trópicos do método científico utilizado no Velho Mundo e por considerarem, conforme Bachelard (LAHUERTA, 2008, p. 328), que conhecer significa destruir o conhecimento prévio mal elaborado e pré-científico – acabam por constituir duas perspectivas analíticas diferentes, apesar de se voltarem para o mesmo problema, que era a modernização do país, nos inícios da institucionalização das Ciências Sociais, nas décadas de 1930 e 40: a do grupo de Florestan, mais científica, e a que viria a ser a do Grupo Marx, mais inclinada à filosofia.

Colega de assistência na mesma cadeira de Florestan Fernandes, Antonio Candido, cuja perspectiva científica era vista por Florestan como “estamental, o modo de fazer ciência dos colegas” (SPIRANDELLI, 2008, p. 61), desenvolveu de 1942 a 1958, na Cadeira de Sociologia II, de Fernando de Azevedo, atividades como assistente de docência e pesquisa e, posteriormente, de 1958 a 1960, exerceu o cargo de professor de literatura brasileira no curso de Letras da recém-inaugurada FFCL de Assis. Durante o tempo em que permaneceu na FFCL, Candido dava aulas, realizava pesquisas em Sociologia e praticava crítica literária em

jornais. Em 1960, Candido retorna à USP para assumir a cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada. Sua primeira providência, influenciado por Fernandes, foi a de formar um grupo de assistentes (JACKSON, 2007, p. 126). Apesar da convergência nos estudos sobre modernização do Brasil, o grupo de Candido, mais ligado à produção de ensaios e estudo da cultura por meio da análise estética e sociológica da literatura, se distancia do de Fernandes; esses dois se afastam do Grupo Marx, que será liderado pelo filósofo José Arthur Giannotti.

Daquelas tensões na USP, visando a superar as interpretações de Fernandes, dos ensaístas e da Cepal e como reação ao marxismo oficial da URSS, disseminado mundialmente, foi formado, então, o Grupo Marx que passo a descrever.

1.1. O SEMINÁRIO MARX E A DISCUSSÃO SOBRE CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO.¹⁴

De 1958 a 1964, organizou-se na FFCL da USP, na “Rua Maria Antônia”, o Seminário Marx¹⁵, formado por um grupo interdisciplinar de professores, assistentes de professores e alunos de diversas origens acadêmicas como Filosofia, Sociologia, História, Antropologia, Economia etc. Os principais personagens, de acordo com Roberto Schwarz (1999, p. 87), foram José Giannotti, filósofo que teve a iniciativa de montar o Seminário; Fernando Novais, historiador que convidou seu aluno Paul Singer, economista, único que não era da FFCL e que buscava então juntar Marx e Keynes; Octavio Ianni, Ruth e Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Michael Löwy e Gabriel Bolaffi, estes últimos seis, vindos da Escola Paulista de Sociologia; ainda compunham o grupo Bento Prado Júnior, filósofo; e o próprio Schwarz, então da Sociologia.¹⁶

Algumas referências foram fundamentais para a releitura de *O Capital*, para o “retorno a Marx”. A primeira delas¹⁷ foi a morte de Stalin, em 1956, que fez aparecer “as realidades

¹⁴ Nosso objetivo com a exposição sobre o Seminário Marx e das discussões sobre capitalismo e escravidão é de mostrar as conexões entre as ideias de alguns autores e, a partir disso, as preocupações que levaram à constituição do grupo e o predomínio de alguns integrantes e de suas ideias. Portanto, como foi dito na introdução, não é nosso objetivo um estudo exaustivo desse tema, já feito em outros lugares.

¹⁵ Foram vários nomes utilizados para esse grupo: Seminário Marx, Grupo Marx, Grupo d’*O Capital*.

¹⁶ Conforme Pato, 2011, “[...] incluíam-se ainda Ruy Fausto, Juarez Brandão, Leôncio Martins Rodrigues e Sebastião Advíncula. [...] Emir Sader menciona ainda Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, João Quartim de Moraes, Lourdes Sola, Cláudio Volga, Albertina Costa, Paulo Sandroni e Beth Milan, embora, nesse caso ele, se refira à segunda geração do seminário”.

¹⁷ Sigo as referências dadas por Schwarz (1999), que coincidem com as de Arantes (1992), de Novais (2007) e de Martins (2008).

inaceitáveis da União Soviética e da vida interna dos partidos comunistas” (SCHWARZ, 1999, p. 88). Havia incompatibilidade entre a realidade soviética stalinista e as aspirações libertárias e o espírito crítico do socialismo. Tal incompatibilidade se disseminara pelo Partido Comunista da União Soviética, cuja burocratização imposta àquele país foi analisada e exposta na França por Claude Lefort, num grupo denominado *Socialisme et Barbarie*, do qual Giannotti fazia parte. De volta ao Brasil, em 1958, e estimulado pelas análises francesas, Giannotti sugere a criação do Seminário Marx.

Ali seria questionada a exclusividade que detinha o Partido Comunista do Brasil na interpretação das obras dos clássicos e de Marx. A leitura de Marx no Brasil pelo Partido Comunista daqui era, de acordo com Schwarz (1999), redefinida em termos da agenda local, de superação do atraso por meio da industrialização, o que contribuía para que fosse atingido um dos objetivos da releitura d’*O Capital*, que era o de promover um ponto de vista mais crítico e também uma concepção científica superior, ainda que distante do ambiente acadêmico de então, que, conforme Paul Singer constituía a mais importante Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do país, a da USP, que

continuava ensinando que a divisão internacional do trabalho é uma das causas fundamentais do progresso e que a teoria das vantagens comparativas destinava o Brasil a produzir café. E que toda a industrialização que estava acontecendo, que foi obra de Juscelino Kubitschek, não tinha sentido. [...]. Então era estranho a Universidade de São Paulo, no centro dessa imensa industrialização ultra-acelerada [...] estivesse completamente alienada do processo; não ‘crítica’ do processo; mas simplesmente alienada do processo, recusando-se a entender por que não cabia nos modelos (SINGER, 2007, p. 325).

Dessa industrialização ultra-acelerada, capitaneada por Juscelino, que pretendia avançar cinquenta anos em cinco, Schwarz (1999, p. 89) afirma que “o país sacudia o atraso, ao menos na sua forma tradicional, mas é claro que nem remotamente se guiava por uma noção exigente de progresso”.

A outra referência internacional para a releitura de *O Capital* foi a Revolução Cubana, que cotejava o marxismo ortodoxo. Este afirmava, por sua vez, que a revolução deveria ser realizada por operários, liderada pelo partido comunista e seguir a sequência prevista na teoria, feudalismo-capitalismo-socialismo.

Um motivo interno ao país e à USP para a constituição do Seminário e que era consensual ao grupo foi, de acordo com Novais (2007, p. 314), a existência duma “[...] insatisfação. Na

história da universidade brasileira, o marxismo estava entrando para o mundo acadêmico nas Ciências Sociais”. Fernando Novais não discorre mais sobre tal insatisfação, porém, concorda com Giannotti acerca dos equívocos metodológicos que se faziam da leitura de Marx derivando-se duma leitura que não era filosófica, o que demonstrava a insatisfação com o estágio das Ciências Sociais de então, preocupadas com a modernização da sociedade, e a influência do filósofo, bastante inclinado para questões de método. Fernando Henrique (2007, p. 330) afirmava que, em pesquisas de campo, convidado e orientado por Florestan Fernandes e Roger Bastide, lutava “[...] para juntar os princípios metodológicos ao conhecimento efetivo dos problemas”.

Assim demonstrava que, apesar do questionamento inicial às interpretações de Fernandes sobre o capitalismo no Brasil, a sua contribuição para a institucionalização da Sociologia, ou seja, seu início como campo de investigação e a grande influência do sociólogo no meio intelectual, sustentando-se como “militante solitário” (posto que Florestan Fernandes não houvesse sido convidado¹⁸ para participar do Seminário de Marx) mantinham seu pensamento influente. Porém, como registra Arantes (1992, p. 29),

Quem lhe acompanhar a marcha das ideias [de Fernandes], haverá de registrar efetivamente o quanto pesou na variação delas, no ecletismo das fontes doutrinárias, na perene inquietação metodológica, a sensação constante da distância que nos separava dos parâmetros sociológicos estabelecidos, expressa, por exemplo, na obsessão característica com ‘padrões’ e ‘dilemas’. Nessas condições, o Brasil sociológico vinha a ser de fato um elenco de atores que teimavam em não cumprir os papéis que por definição lhes estavam destinados – uma curiosa coleção de ausências comprometendo pela raiz a instituição entre nós de uma ‘ordem social competitiva’ plena.

Bárbara Freitag (2005, p. 234) chegaria à mesma conclusão em sua revisitação ao pensamento de Florestan Fernandes:

Segundo o sociólogo paulista, o Brasil da primeira metade do século XX estava cheio de contradições e “dilemas”. Entre esses, apontava para o “dilema social” de uma sociedade rural, estamental, em fase de modernização, que não conseguia libertar-se de seus fantasmas e estruturas do passado. A mentalidade escravocrata (apesar da liberação dos escravos em 1888), a substituição da mão-de-obra no campo pela mão-de-obra livre (dos imigrantes), a estrutura do latifúndio, baseada na monocultura e exportação do café, inviabilizava a industrialização que se impunha para manter os padrões de acumulação necessários para implementar uma “ordem social competitiva”. Faltavam à “sociedade patrimonial” os agentes que representassem a racionalidade e o espírito empresarial, pré-requisito, em sua opinião, para a implementação do capitalismo no Brasil. A falta de agentes

¹⁸ Jackson (2007) afirma que Fernandes não havia sido convidado, achando que era modismo implantar um grupo de estudos no Brasil por influência de um grupo estrangeiro.

dinamizadores da modernidade retardou a introdução de novas tecnologias, sistemas de transporte, sistema bancário bem como as estruturas básicas de uma nova ordem competitiva.

Apesar de não participar do grupo de leitura de *O Capital*, Florestan Fernandes era uma referência para ele, que utilizava amplamente seu esquema conceitual. Seu pensamento, de acordo com Ianni, se inspirou, principalmente, nas três matrizes clássicas do pensamento sociológico: o método funcionalista, sistematizado por Durkheim; o compreensivo, formulado por Weber; e o dialético de Marx. Giannotti (2007, p. 321) observa que, lidando com os três paradigmas, Florestan não se considerava marxista como se pensa hoje, já que Marx, àquela época era um autor entre outros. Weber era mais presente em suas análises e estas foram as que mais influenciaram o grupo, com a forte utilização da ideia de “tipo ideal” para caracterização da ação social.

Portanto, o grupo de estudos teve como motivação a inquietude em frente àqueles eventos internacionais as críticas às interpretações de Marx pelo PCB, com intenção progressista e referência a modernidade europeia (SCHWARZ, 1999, p. 90) e à interpretação das Ciências Sociais sobre os problemas do país, interpretação que parece ser a principal causa da “insatisfação” de Novais, já que predominava na Sociologia a ideia de que para acelerar a transição para o socialismo, o capitalismo deveria ser instalado em sua plenitude por meio dos agentes racionais e de espírito empresarial, ideia que seria questionada no decorrer Seminário. Esses processos de modernização, de progresso, para os quais convergiam burguesia progressista e o marxismo ortodoxo, eram demonstrados em duas principais obras que resultaram do Seminário: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (2003) de Fernando Henrique Cardoso e *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1985), de Fernando de Novais. Em seu supramencionado livro, Fernando Henrique Cardoso afirma isto:

Se é certo que o regime produtivo não era feudal, não seria correto, entretanto, supor que ele fosse idêntico ao sistema capitalista pleno. [...] Desta verificação decorre que não é possível analisar a situação do senhor e do escravo como se lidássemos com empresários e operários. Tampouco a consciência possível dos senhores e escravos, bem como o sentido do movimento abolicionista, podem ser analisados utilizando o símile da revolução burguesa ou proletária. [...] O problema teórico central para qualificar a sociedade capitalista-escravista brasileira é, portanto o da forma capitalista (mercantil) do sistema econômico mundial com a base escravista das relações de produção (CARDOSO, 2003, p. 21).

Cardoso dá um passo importante para a análise das relações entre capitalismo e escravidão quando questiona o emergir duma suposta consciência para o surgimento duma revolução e

quando situa o problema a ser analisado, que é a junção de capitalismo mercantil e a escravidão. Porém, na tentativa de explicar a convivência entre Capitalismo e escravidão, Cardoso¹⁹ o fez por um viés clássico, identificando que a economia escravocrata impunha limites ao processo de racionalização e ao cálculo econômico, devido à inexistência dum mercado de trabalho com indivíduos formalmente livres, pela falta dum mercado de consumo interno e pela impossibilidade de extração de mais-valia relativa, além de essa economia não seguir requisitos econômicos abstratos de racionalidade.

O sociólogo, concentrando-se nas contradições lógicas, ou seja, observando o conflito na aplicação dos modelos estrangeiros²⁰ à realidade social brasileira, chegou à conclusão de que escravidão e capitalismo se inviabilizariam reciprocamente, afirmando que cada sistema social de produção ocultava o outro.

Noutros termos e sintetizando, a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de certo limite, a economia escravocrata se apresenta como um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo (CARDOSO, 2003, p. 217).

Realizando uma análise dialética, raciocinava em termos de contradição a ser superada e obstáculo ideológico que a presença do escravismo mantinha — apesar de constatar que o que chamou de escravidão moderna, pela qual passou o Brasil Colônia, seria produto duma dinâmica histórica derivada da expansão do capitalismo mercantil.

Observando essas relações concretas em que o capitalismo ao invés de suprimir o trabalho escravo recria-o, agora sob bases modernas, Cardoso encontra-se numa posição de crítica ao marxismo ortodoxo, supostamente científico, do Partido Comunista da URSS, que argumentava sobre a existência de etapas obrigatórias e consecutivas para a chegada ao comunismo que, iniciando no comunismo primitivo, passava pelo escravismo, pelo feudalismo, pelo capitalismo e pelo socialismo.

¹⁹ Os trabalhos de Fernando Henrique e Maria Silvy de Carvalho, de acordo com Roberto Schwarz, foram fundamentais para a construção de seu texto *As idéias fora do lugar*. Apesar de não se conhecerem, seus trabalhos “eram involuntariamente complementares” (SCHWARZ, 2008).

²⁰ Pato (2011) afirma que Marx, Hegel e Sartre foram fundamentais no método de Cardoso. Sartre é o filósofo francês que interpretou os trabalhos de Hegel via Kojève, onde o Intelectual aparece como uma “categoria” no hegelianismo, como portador do Conceito onde se buscará a raiz real da Dialética, não no conflito entre classes.

Concentrado na problemática da modernização e do desenvolvimento e buscando respostas para a permanência de elementos arcaicos na sociedade brasileira, o Grupo Marx volta ao período colonial e Cardoso, na análise do relacionamento desses fenômenos, universal e local, conclui também que a associação abstrata que a Economia Política do século XVIII fazia entre capitalismo e liberdade não se colocava no Brasil. Adam Smith, filósofo escocês, considerado o pai da economia moderna, cuja obra *Uma investigação sobre a natureza e a causa das riquezas das nações* (1776), é referência para economistas liberais, defendia que os indivíduos atuando separadamente e em busca da maximização de seus interesses individuais seriam guiados por uma mão invisível que faria com que os benefícios dessa maximização fossem distribuídos entre todos. Desse modo, afirmando que a riqueza das nações derivaria da liberdade individual, política e econômica, Adam Smith associava o sistema capitalista nascente à liberdade (SMITH, 1996). Assim, de acordo com Cardoso, no Brasil a convivência entre capitalismo e escravidão falseava a associação ideológica entre capitalismo e liberdade.

Porém, de acordo com o próprio sociólogo (CARDOSO, 2003, p. 27), em seu estudo sobre a “totalidade social concreta”, formada pelas interações sociais entre as posições polares da sociedade escravocrata rio-grandense-do-sul, ele buscava aplicar a análise dialética para investigar os problemas decorrentes daquelas interações, além de procurar descrever “a história da luta do homem contra a alienação” por meio da tomada da “consciência da situação” pelo escravo, tornado coisa pelo sistema escravista no Brasil, e da busca da superação de sua “consciência passiva”, que apenas refletia os desígnios do seu senhor.

O modo de análise de Cardoso o faz descrever a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul como sendo formada a partir da interação dos polos sociais constituídos pelo senhor e pelo escravo, que fundamentava a ordem escravista inserida nos movimentos globais do Capital, relações fundadas na alienação e na violência, na despersonalização e socialização parcial do negro. Alienação e violência como elementos da consciência social que se estabeleciam sobre as consciências individuais, tornadas, portanto, aspectos sociais.

Em sua análise, a sociedade rio-grandina se assentava numa economia que se voltava em parte para exportação e em parte para subsistência num sistema de dominação autocrática baseado no mando e em expectativas de subordinação, perpassado pelo exercício arbitrário e violento dos que eram hierarquicamente superiores.

[...] capatazes ou peões não primaram por subordinar-se a princípios democráticos de afirmação de autoridade e poder. Ao contrário, parece que a violência e a arbitrariedade se inseriram de tal forma no sistema de relações sociais que se justificaria falar na perversão do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul. O apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no Sul que a violência e a falta de respeito às normas estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social e para a motivação dos ajustamentos às condições normais de vida. Um sistema estruturado a partir de tais princípios supunha, naturalmente, mecanismos básicos de socialização que adestravam os agentes sociais para alcançar um mínimo de gratificação do ego pelo exercício da violência e pela prática da arbitrariedade (CARDOSO, 2003, p. 109).

Onde havia um quadro generalizado de pobreza, o acesso a bens materiais, sociais, a mobilidade social e material estavam intimamente ligados aos favores e privilégios associados particularmente ao acesso ao trabalho, cujas relações se fundavam em atitudes violentas e arbitrárias que, porém, se normalizavam devido a generalização da falta de respeito às normas que se compensava na “gratificação do ego”. Onde a regra é o arbítrio que garante satisfações psicológicas e sociais em frente aos demais, é natural que os indivíduos tratem dessa maneira as ideias e as pessoas.

Tal normalização e tal convivência entre norma e infração foram discutidas também no que se referiam aos contrabandistas. De acordo com Cardoso, o contrabando, compensatório e generalizado devido ao lucro que proporcionava, fazia com que os contrabandistas fossem fundamentais tanto para a administração da Coroa quanto para os estancieiros, tanto em momentos de “arreadas”, de toca de tropas, quanto em função de os estancieiros (os proprietários) e os exércitos da Coroa manterem relações de solidariedade com os contrabandistas em decorrência de suas origens comuns e do auxílio que estes davam à Coroa em momentos de batalha. Os contrabandistas tornavam-se frequentemente grandes proprietários e, junto com isso, seu perfil baseado na coragem, na violência e na força física passou a ser associado à autoridade econômica e política, estabelecendo seu perfil como aquele a ser seguido.

A falta de demarcação entre norma e transgressão era, portanto, sustentada e estimulada pela oferta generalizada de “prebendas” pelo Estado para se manter operante, o que gerou uma série de abusos privados, já que conferia cada vez mais autoridade, prestígio e possibilidades de apropriação de bens econômicos da Coroa cujos funcionários, civis e militares, em paralelo, expropriavam cada vez mais os habitantes da região.

Na esfera das interações sociais, essa constante oscilação de papéis entre público e privado, cujo interesse último era o pessoal, sustentava-se pelas relações pessoais próximas que, de acordo com Cardoso (2003, p. 134), levou muitos autores a afirmarem que existia uma “democracia gaúcha” assentada no “igualitarismo”. Os senhores de estância exerciam grande influência moral sobre agregados e escravos e estes viam, nas relações com aqueles, possibilidades de ascensão social e moral, “se elevando pela dedicação e pelo carinho até seus amos e superiores”. A interpretação da existência duma “intimidade democrática” era possibilitada também pelo fato de que, aparentemente, não havia divergência entre as vontades dos escravos, agregados e dos senhores, portanto, inexistia tensão nessas relações. Esse igualitarismo se assentava em condições em que o negro era considerado “como realmente e não socialmente inferior. Assim o branco castigaria o negro [...], porém, merecidamente; a sociedade seria democrática, no entanto, sem ‘rebaixamento’ dos senhores” (CARDOSO, 2003, p. 136).

À medida que os escravos eram vistos como coisas e incapazes de ação autônoma, eles se tornavam instrumento para a objetivação das ações e das vontades dos senhores e dos homens livres. Numa situação de inferioridade e de falta de reconhecimento social, os escravos das estâncias se comparavam aos animais, buscando na “objetivação imaginária, subjetiva, na condição de senhor de outros seres vivos” uma compensação para sua situação inferior. Conformava-se dessa maneira uma rígida hierarquia fundada na resignação do escravo e na arrogância e rudeza dos senhores; resignação aparente, já que na busca por um “vago desejo de liberdade” se revoltava violentamente contra a violência cotidiana a que era submetido.

As relações pessoais entre dominados e dominantes, portanto, dissimulavam a violência corriqueira e a arbitrariedade fundadas numa relação hierárquica entre senhores e escravos. Essa relação era concebida como normal e natural, mas não social. Ou seja, a consideração pelo outro era ao contrário dessa perspectiva social, reputada como democrática. Porém,

Sempre que o abrandamento das relações entre dominados e dominadores poderia por em risco o sistema escravocrata, ou que as condições de exploração do escravo exigiam o enrijecimento das formas de interação social e o aumento da distância social entre senhores e escravos, as relações entre as duas camadas redefiniam-se, deixando transparecer o fundamento real do sistema escravista de dominação: a escravidão funda-se em relações de violência (CARDOSO, 2003, p. 184).

No capítulo de *Capitalismo e escravidão* que trata da desintegração da ordem escravocrata, Cardoso afirma que a crítica ao trabalho escravo e a defesa da abolição foram feitas não no

intuito de libertação dos negros, mas devido ao obstáculo em que se constituía a ordem escravocrata para a implantação do capitalismo e por acreditarem nas virtudes do trabalho livre, no caráter regenerador e civilizador da mão de obra europeia, numa vontade consciente de progresso, “fetiche máximo do século XX”. A Abolição foi considerada “um bom negócio”; esperava-se que fosse uma “solução para o problema migratório”, sendo o restante um “problema de consciência”.

Este foi resolvido graças à aparência de que se revestiu o movimento de 84. A grande festa da libertação de Porto Alegre, a 7 de setembro, e a festa da libertação de Pelotas corresponderam à dramatização do comportamento nobilitante dos brancos, pelo qual se fez uma espécie de catarse coletiva que eliminou a consciência culpada. Pouco importa se as coisas não tivessem mudado radicalmente [...] (CARDOSO, 2003, p. 281).

Mesmo com a abolição da escravidão, o trabalho físico e o esforço continuado mantiveram-se associados à escravidão e, portanto, considerados atitudes inferiores, que deveriam ser evitadas. Tal associação fez com que a massa de homens livres e libertos que seria, posteriormente, os operários muitas vezes preferisse não trabalhar a ser confundida com o escravo. Isso provocava uma forte desqualificação social do trabalho.

Somava-se a isso a ideia que se tinha de liberdade nessa sociedade escravocrata, identificada com a posse de escravos e, portanto, com a possibilidade de mando sobre homens, o que demonstrava a permanência duma sociedade fortemente senhorial, hierárquica e depreciadora dos negros. Estes, apesar de terem tido, mesmo após a abolição – conforme nosso autor –, sua condição de homem reconhecida, tiveram ainda mantidas a sua representação social associada à dos escravos, em nada alterando substancialmente a orientação do comportamento do branco em frente ao negro. Em seu processo de desalienação, de passagem da condição de escravo para a de homem logo após a Abolição, há a passagem da mercadoria-escravo para outra, a mercadoria trabalhador formalmente livre, sem, porém, que fosse mudada sua representação social, que permanece a de ser inferior.

Com a desintegração progressiva da sociedade escravista, a constituição da sociedade de classes e a afirmação da lei, nosso autor afirma que, devido à criação e manutenção da representação do negro enquanto escravo perpetuava-se sua situação de inferioridade “natural”, agora não mais sob a violência senhorial, mas sob outro tipo de violência: o preconceito de raça, na verdade, a “racionalização do branco para seu próprio comportamento arbitrário”. Ou seja, em nome duma desigualdade natural e num sistema social construído

sobre posições e vantagens assimétricas, mantém-se a espoliação social do negro como se ela fosse construída em torno da noção de “raça”. Isso se agrava devido ao impedimento posto pelo branco ao reconhecimento social do negro que, para alcançá-lo e ter sua humanidade reconhecida, precisava imitar os brancos em sua forma de agir, pensar etc. Quando o conseguiram e ascendiam socialmente, alcançando o “ideal de branqueamento social”, surgia a “vergonha da negritude” (CARDOSO, 2003, p. 331).

Com a Abolição da escravatura e o estabelecimento progressivo da sociedade de classes e, principalmente, quando a classe senhorial precisou aperfeiçoar as técnicas e o instrumento humano para aumentar a exploração sobre o escravo, acabou criando o “antiescravo” na figura dos indivíduos que começavam a dominar técnicas, a criar meios e a imaginar soluções, tornando mais complexas suas tarefas. Isso os tornava “escravos-especialistas” e fazia com que suas qualidades pessoais fossem ressaltadas e, por isso, socialmente reconhecidas. Para além disso, a violência e a coação que imperavam nas relações com os escravos ficaram mais evidentes, demonstrando que, apesar da instauração duma ordem democrática precária, já se abriam, conforme o sociólogo da USP, novas possibilidades de luta e emancipação para os negros.

Diferente de Fernando Henrique, que se concentrou nas interações sociais entre senhores e escravos numa sociedade escravocrata em que o Capital ia transformando, Fernando Novais, historiador da USP, discutia em sua tese de doutorado, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*, as relações entre a colônia brasileira e a metrópole portuguesa num contexto de crise do sistema colonial. Novais (1985) desenvolve a análise em dois níveis: no do universo mais geral, estrutural, que afeta todo o Sistema e no plano contextual e concreto, por meio da política metropolitana na colônia.

Considerada por Schwarz a obra-prima do Grupo Marx, o crítico cita alguns aspectos que considerou importantes na obra de Novais: ela teria posto em dificuldade as ideias feitas, como o primado da produção sobre a circulação, as ideias que defendem que temos de compreender historicamente uma sociedade a partir das relações de produção locais e a falta de ênfase na interligação entre história local e mundial. Além disso, a obra conclui que a escravidão moderna seria uma imposição do tráfico negreiro, não o contrário, demonstrando a espantosa invenção da mercadoria-escravo, mais uma das enormidades coloniais de nosso excesso de capitalismo (ARANTES, 2008), finalidade última de nossa colonização.

No período histórico estudado por Novais, final do século XVIII e início do XIX, tem vigência o Mercantilismo como doutrina de economia e política econômica. Assentada sobre a busca duma balança comercial favorável, o protecionismo, a criação de colônias e a ideia “metalista”, essa política econômica disseminava que os lucros se gerariam no processo de circulação de mercadorias, ou seja, configurariam vantagens em detrimento do parceiro. O capitalismo mercantil, portanto, não poderia ser observado em relação ao seu devir, o capital industrial, mas em função de seu ser, já que uma volubilidade intrínseca caracterizava seu movimento, dado que sua vocação seria o investimento em meios que agilizassem o circuito do capital: matérias-primas, mercadorias, armazéns, moedas etc.

Devido às altas rentabilidades, à livre mobilidade e ao variado leque de investimento, resistia em adentrar a produção e submetê-la por meio de imobilização de fatores, demonstrando, com isso, sua natureza conservadora, parecida com a do capital monopolista na fase financeira, que tende também a expatriar-se e dominar, via aparelho financeiro, a estrutura produtiva do sistema, reservando-se, para fugas rápidas, se fosse ameaçado seu lucro excepcional (ARRUDA, 1996).

Esses “superlucros”, conforme Novais, somados à grande ameaça que corria a Coroa portuguesa de perder a posse do território brasileiro, que era muito maior que o de Portugal, sendo por isso vulnerável as invasões e devido, também, ao seu grande litoral, foram propiciadores de licenças, concessões e contrabandos. Licenças e concessões eram feitas com diversas nações, a fim de garantir a posse da Colônia e o contrabando, devido à existência de lucros que compensavam os riscos das atividades ilegais.

Todas essas atividades seriam explicadas, de acordo com o historiador, ainda pela noção de Sistema Colonial, já que elas não comprometiam o sistema, mas causavam no máximo um abrandamento. O Sistema Colonial era um conjunto de mecanismos estruturais, normas de política econômica e relações econômicas efetivas que integravam e articulavam a colonização com as economias centrais europeias, constituindo-se na “categoria básica”, da análise de Novais, das relações coloniais com a metrópole portuguesa.

Dessa forma, nas economias complementares, que eram as colônias, vigorava uma economia mercantil simples, com acumulação primitiva de capital autônomo, fazendo-se, devido a essas características, a indução ao desenvolvimento de forma extraeconômica, principalmente pelo

Estado, cuja força se encontrava em sua capacidade de tributação que, por sua vez, dependia da vitalidade da economia (MARIUTTI, 2003, p. 136-7).

A economia colonial era, portanto, instrumento da política mercantilista, cujo sistema dava sentido à colonização. Essa política era praticada por vários Estados modernos em desenfreada competição na busca de lucros excepcionais por meio da exploração de Colônias e da venda dos produtos da metrópole para ela, com o exclusivo metropolitano se constituindo em verdadeira reserva de mercado para a burguesia metropolitana. Esta ganhava na compra e na venda. A citação a seguir exprime bem a espoliação por intermédio do que foi denominado “exclusivo metropolitano”: sistema a que estávamos sujeitos e que obrigava a Colônia a manter relações comerciais apenas com a Metrópole:

Efetivamente, detendo a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores da mãe-pátria podiam deprimir na colônia seus preços até o nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos de produção; a revenda na metrópole, onde dispunham da exclusividade de oferta, garantia-lhes sobrelucros por dois lados – na compra e na venda. Promovia-se, assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino. Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta de produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preço de mercado na Europa, podiam revendê-lo nas coloniais no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria impraticável; repetia-se, pois, aqui, o mesmo mecanismo de incentivo da acumulação primitiva de capital pelos empresários da mãe-pátria. [...] adiantemos, porém, desde já, que é a estrutura socioeconômica que se organizava nas colônias, a produção escravista e a decorrente concentração de renda nas camadas dominantes, que possibilita o funcionamento do sistema (NOVAIS, 1985, p. 89).

Analisando por esse âmbito mundial, Novais deslocou o olhar das características locais e passou a associá-las ao movimento internacional do capitalismo comercial, promovendo a inter-relação das histórias local e universal, cujo centro das ações com alcance mundial estava na Europa. No Sistema Colonial, a Colônia se constituía como ponto principal dum capitalismo metropolitano que se expandia e mostrava sua natureza nas franjas do sistema, nas colônias, já que essa expansão ultramarina e a colonização foram acompanhadas pela formação dos Estados Nacionais na Metrópole, que buscavam uma saída econômica para a superação da crise do mundo feudal.

Com isso, a produção colonial e seu ritmo tiveram de se adequar ao setor externo. A produção para o mercado europeu e mesmo a parte da produção colonial voltada para a subsistência interna tinha seus recursos produtivos direcionados para a produção externa quando a

demanda metropolitana por produtos coloniais aumentava, fazendo da economia colonial um “setor especializado na produção de determinadas mercadorias” (NOVAIS, 1985, p. 97).

De acordo com o historiador, a ampliação do comércio capitalista exclusivo e a aceleração da acumulação primitiva na Metrópole reinventaram a escravidão de duas formas: em primeiro lugar, devido ao fato de que o tráfico negreiro que alimentou a escravidão ter sido um dos setores mais rentáveis do comércio colonial (NOVAIS, 1985, p. 98); em segundo lugar, como a forma de trabalho forçado conhecida, ou “natural”, como destacou Novais em sua leitura de Eric Williams,²¹ era a escravidão que seria utilizada, mesmo com críticas e defesas via “contorções mentais” para racionalizá-la. Então, ao mesmo tempo em que a Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII abolia o trabalho forçado e caminhava em direção à instituição do trabalho assalariado, assistia-se a seu renascimento nas colônias, confirmando o que Marx dizia, que eram as Colônias que revelavam o segredo da Metrópole (NOVAIS, 1985, p. 98). Porém, a análise de Fernando de Novais estava concentrada no movimento do capitalismo, fenômeno essencialmente mundial, não sendo o foco de sua atenção às relações sociais de dominação próprias a Colônia e suas relações com as exigências sociais capitalistas:

Nesse sentido, o regime de trabalho prevalescente no mundo ultramarino do Antigo Regime se apresenta como um contra-senso. E de fato, como já procuramos indicar, a mercantilização da produção só pode generalizar-se, dominando as relações sociais, quando a força produtiva do trabalho se torna ela própria mercadoria, isto é, quando a economia mercantil se integra em capitalista. [...] É, pois menos rentável o trabalho escravo para a produção mercantil, trabalho oneroso, e como tal absurda instituição foi o escravismo considerado por Adam Smith, fruto do orgulho e do amor a dominação dos senhores de escravos (NOVAIS, 1984, p. 99-100).

Exploração colonial significava exploração do trabalho escravo, cuja manutenção, por sua vez, fazia com que a economia colonial fosse “predatória”²², de baixa produtividade, que apenas repunha e agregava, já que os escravos eram forçados pelos senhores a se manterem num nível cultural infra-humano, para que não percebessem sua humanidade. Isso colocava a acumulação de capital em níveis crescentes, por meio da extração de mais-valia relativa e da redução de custos praticamente impossível, devido à dificuldade de se inserirem tecnologias mais complexas, responsáveis pela extração de mais-valia citada, no universo do escravo.

²¹ Novais destaca a obra *Capitalism & slavery*, 1961, de Eric Williams, que retoma as análises marxistas, para estudar a gênese do moderno escravismo, e observa que ele foi uma imposição moderna das condições históricas e econômicas, condições que tornaram “naturais” a utilização dos escravos nas colônias.

²² Cardoso denomina, na obra discutida acima e por essas mesmas causas, de “economia do desperdício”.

A classe senhorial, dessa forma, quando precisava adequar-se para atender ao centro dinâmico último, o capitalismo europeu, reduzia ao mínimo os custos de manutenção do escravo, já que não era possível fazê-lo via inversões em tecnologia. Montadas com o propósito de serem alavancas do crescimento do capitalismo das economias metropolitanas e operando de acordo com suas linhas de força, observa Novais (1985, p. 102) que quando a Europa libertava os produtores diretos e os inseria no trabalho livre, camuflando a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas “punham a nu essa mesma exploração na sua crueza mais negra, timbrando em revelar as entranhas da Europa”.

Se observarmos que a finalidade da colonização era de espoliação de terras e homens e se considerarmos o que foi citado anteriormente, sobre o capital comercial, que produzia “altas rentabilidades, livre mobilidade e variado leque de investimento”, que “resistia em adentrar a produção e submetê-la pela de imobilização de fatores” e que a intenção com a manutenção da escravidão, até que fosse menos rentável que o trabalho livre, era de manter “essa mesma exploração na sua crueza mais negra,” teríamos de repensar se nossa experiência colonial foi um “contra-senso”. Até onde podia, onde fosse conservada a maior margem de lucro possível, manteve-se a exploração econômica via capital comercial e sustentou-se a dominação social sobre escravos.

Dessa forma, como o Brasil estava, desde o início, integrado à dinâmica mundial; a expansão do capitalismo aqui gerava uma forma de progresso *sui generis*, de grande exploração e extração de riquezas, em que as elites locais, subordinadas, porém, integrantes da nova burguesia internacional, não tirariam proveito em contrariar.

Pilares do Antigo Regime, a dominação política, o comércio exclusivo e o trabalho compulsório proporcionaram a acumulação de capital na Metrópole e na Inglaterra, que possuía vantagens nas relações comerciais com Portugal em troca de defesa militar. Essa acumulação foi fundamental para a eclosão da Revolução Industrial. Em meio a relações de exclusividade comercial e mercados restritos, a Inglaterra, centro dessa Revolução, começa a forçar pela desintegração das relações coloniais, exigindo mercados livres para expandir a venda de seus produtos. Os novos interesses industrialistas entram em conflito com os monopolistas do ultramar, pela dissolução do monopólio e, como consequência, pela abertura dos mercados a seus produtos e para obtenção de matérias-primas, gerando toda ordem de

tensões e competições políticas e comerciais, além de uma “crise geral de mentalidade”, cuja crítica mirava o próprio sistema colonial.

Portugal tentou de diversas maneiras e meios manter a exclusividade e o domínio sobre sua grande colônia. Porém ampliou-se enormemente o comércio clandestino que fez decrescer paulatinamente as exportações das manufaturas portuguesas, envolvendo contrabandistas propriamente ditos, funcionários da coroa e colonos que tinham “encontros ajustados” com os contrabandistas e que contribuíram, com essa atividade, para o desenvolvimento da indústria na Inglaterra. O contrabando, como teria sido registrado na Balança Geral do Comércio, em 1807, seria “o mal que tem grassado em toda a América”. Constituindo-se na “face interna” da crise do sistema colonial português com o Brasil, o contrabando forcejou até romper as barreiras para a abertura dos portos.

Em frente a esse quadro e influenciados pela mentalidade das Luzes, que vinha promovendo uma enorme transformação mental por meio do primado da Razão, surgiu em Portugal e nos países atingidos pela Reforma Católica, de acordo com Fernando Novais, o que este denominou de “*Aufklärung* católica: assimilação da ciência moderna pelo pensamento tradicional, modernização sem romper com a ortodoxia” (NOVAIS, 1985, p. 219). Esse esclarecimento produzia um ecletismo de ideias que visavam à manutenção do esquema mercantilista de política econômica com um reformismo de cunho ilustrado “que a própria situação de atraso impunha”, selecionando-se, no conjunto dessa nova mentalidade, as ideias que mais se adequassem a essa finalidade.

Essa *Aufklärung* católica fazia com que Portugal, dada a importância da exploração colonial para o desenvolvimento das economias centrais, tentasse combinar liberalismo e recolonização do Brasil e o deixava num dilema, reproduzido pelos ilustrados luso-brasileiros: a remoção da defasagem implicava, no plano teórico, na crítica do Antigo Regime, que, porém, eles tinham interesse em manter, para superar o atraso por meio da colônia e acumulação na Metrópole. Porém, a impossibilidade prática de haver avanços que levassem a uma menor defasagem em relação à Inglaterra, poderia conduzir a rupturas revolucionárias e, portanto, a colocação explícita do dilema.

Dado o caráter necessário da existência de Colônias que se especializassem e ofertassem produtos complementares aos da Metrópole, possibilitando que elas e os países em via de

industrialização se distinguissem na produção de manufaturados, a impossibilidade teórica estava em ultrapassar o sistema colonial e se desenvolver, porém não o criticando; e a impossibilidade prática de ultrapassagem, dado seu caráter necessário, poderia conduzir a rupturas drásticas do sistema, de acordo com Novais. A solução dada nos períodos de crise pelos ilustrados luso-portugueses do Brasil foi conciliar os extremos e os estadistas, e fazer reformas. As pressões para a passagem do mercantilismo ilustrado para o capitalismo industrial permanecem e culminam com a “inversão do pacto”, quando a monarquia portuguesa se transfere para o Brasil, mais difícil de manter que a pequena Metrópole.

Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808), de Fernando Novais, analisa, em síntese, como a estrutura colonial reagiu ao impacto da economia de mercado e à industrialização ascendente e como buscou adequar-se ao contexto. Nessa tarefa, a Ilustração luso-brasileira teve papel central. São características culturais dos países ibéricos a “precocidade das reformas e a importação de ideias”. Portugal foi um dos primeiros países a iniciar reformas, sem ter sido um dos primeiros centros geradores de pensamento – contrário à França, que disseminou ideias, mas tardou nas reformas – e um dos primeiros importadores de ideias por meio do “estrangeirado, isto é, o intelectual que, saindo para o exterior e respirando os ares da modernidade, se propunha de uma ou outra maneira, a arejar a pátria” (NOVAIS, 1984, p. 105).

Essas características geraram um ecletismo que sustentou o mercantilismo ilustrado, mistura de ideias fisiocráticas, da economia política inglesa e do mercantilismo tradicional, e era impulsionado principalmente pelo “problema do atraso” em relação à Europa das luzes, em que só um progresso simultâneo das duas partes (colônia e metrópole) poderia romper o círculo vicioso, de que a exploração da Colônia é condição para desenvolvimento da metrópole e ao mesmo tempo pressupunha esse desenvolvimento (NOVAIS, 1984, p. 111).

Portanto, era a crítica clássica da civilização burguesa que estava sendo feita. Essa crítica clássica da ideologia pressupunha que havia um funcionamento normal da ideologia burguesa na Europa liberal. Ou seja, à medida que a ideologia burguesa prometia que sua correspondente civilização liberal traria emancipação, progresso, liberdade, justiça, universalidade e que a crítica clássica da ideologia iria corrigindo o sistema capitalista para que fossem atingidos aqueles objetivos, a coexistência sistêmica entre capitalismo e escravidão, em países periféricos como o Brasil, parecia a esses críticos um falseamento da

vigência dos padrões civilizatórios da burguesia e que a eliminação do “atraso” se daria com a expansão das relações socioeconômicas capitalistas.

Apesar de se libertarem de polarizações abstratas entre capitalismo e escravidão, de não realizarem uma associação ideológica de liberdade com capitalismo e de identificarem características particulares do Brasil como a acomodação das ideias europeias, mas com a permanência, na economia, das práticas locais, esses intelectuais permaneceram presos à ideologia burguesa de progresso e civilização, acreditando que o capitalismo, em seus avanços, necessariamente suplantaria a escravidão e seus corolários e que éramos um “contra-senso”, já que os senhores de escravos, colonos e proprietários no Brasil deveriam estimular o mercado interno e aumentar a exploração de mais-valia relativa via progressos tecnológicos.

Não se percebeu que as reformas promovidas por Portugal, além de contribuírem para a crise do Antigo Sistema Colonial, foram decisivas também para a manutenção da relação de exploração capitalista, de mesma natureza, porém noutra patamar, cujo Sistema Colonial era o fenômeno concreto. Tinham, portanto, como ideal as noções de desenvolvimento, progresso: ideologias da burguesia progressista que combatiam.

O objetivo do Seminário Marx, portanto, fazer uma leitura meticulosa d’*O Capital* de Marx, de acordo com Giannotti (2007, p. 322) “[...] de dois pontos de vista, separando os trechos mais estruturalmente organizados, como o primeiro capítulo, daqueles mais históricos, a exemplo de ‘Acumulação Primitiva’”. A análise dos trechos mais estruturais, relativos a método, tornou-se uma “obsessão” para o filósofo. Conforme Paulo Arantes (1994, p. 21), o Seminário buscava demonstrar a respeitabilidade científica do método Dialético, “que raramente atendia pelo nome” já que, devido à forte influência francesa sobre os intelectuais do grupo, faltava-lhes o que pôr na fôrma filosófica, o que fez com que invertessem a ordem natural das coisas: em vez de principiar pelo “chão histórico” que pisavam, fizeram-no por onde os europeus terminaram, pela filosofia universitária, o que demonstrava que a filosofia feita no Seminário, especializada em “explicação de texto” e produzindo “pastiche conscientes”, era para “consumo próprio”. Com tal leitura d’*O Capital*, o Grupo buscava superar os dogmatismos do marxismo vulgar, disseminados pelas discussões teóricas do Partido Comunista do Brasil (PCB), esquerda tradicional de então.

Um das obras que, de acordo com Schwarz (1999), respirava o mesmo clima das obras do Grupo Marx era a de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (1997), que estudou a civilização do café existente no século XIX na região do Vale do Paraíba, parte do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua tese de doutorado discutia a existência de uma grande quantidade de pessoas que, não sendo escravos nem trabalhadores livres ao modo da sociedade burguesa, eram obrigadas a se agregar a um proprietário, para ter acesso a bens materiais e sociais, alimentação, abrigo, segurança etc. Tais homens constituíam uma “ralé”, que não se proletarizara como os trabalhadores modernos, mas também não se submetera aos rigores do trabalho forçado como os escravos.

Enquanto os intelectuais do Grupo Marx estudavam a influência internacional do sistema capitalista sobre a colônia, em que conviviam senhores e escravos, atribuindo a estes o estado de violência e atraso da Colônia, e não ao capitalismo, Franco analisou a multidão de homens livres que estava entre os senhores e os escravos, que tinha sua localização social definida pela produção escravista para o mercado externo, já que essa produção comandava a expansão ou retração da produção dos meios de subsistência, o que os tornava, de acordo com as oscilações do mercado, tanto necessários quanto descartáveis.

Convivendo com mínimos vitais e mínimos sociais²³, tais homens tinham de se agregar a algum proprietário por meio do favor, fundado em relações morais e concretizado nas relações pessoalizadas, o que engendrou a dominação pessoal, cujo fundamento se assentava nas relações de contraprestações pessoais, fundadas numa identificação entre aqueles que delas participam como “pessoas”, reconhecidamente humanas, sujeitos de favores, agregado e proprietário: este se utilizava daquele para seus propósitos mercadológicos; e aquele se utilizava deste para obter acesso aos meios de existência individual e social. Relação evidentemente desvantajosa para o agregado, que via seu mundo desabar quando, arbitrariamente e de acordo com seus interesses econômicos, o senhor lhe retirava o que havia dado, material ou moralmente.

²³ Esses mínimos são uma decorrência “[...] da agricultura extensiva, itinerante, que possibilitou o estabelecimento do equilíbrio ecológico: ‘recurso para estabelecer as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra. Por outro lado, condicionava uma economia naturalmente fechada, fator de preservação da sociabilidade estável e pouco dinâmica’. [...] Portanto, ressalta-se, na cultura caipira tradicional, a permanência de traços, em parte condicionados pela economia quase fechada, a qual atuava como fator de preservação da vida social marcada pelo isolamento, independência e alheamento às mudanças sociais, mantendo-se na transmissão da tradição as mesmas formas de vida, quanto à alimentação e à cultura” (HIRANO, 1992, p. 92).

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) mostrou, portanto, que numa sociedade cuja produção material se dividia para o mercado externo e para subsistência e onde as interações humanas possuíam dois princípios de ordenação, por via das associações morais e pelo interesse, as relações pessoalizadas entre agregados e proprietários, mediadas pelo favor, se constituíam no meio de dominação exercida pela classe senhorial, que quebrava tais relações quando bem entendesse, de acordo com seus interesses mercantis ditados pelo mercado externo, deixando desprotegido o inferior. Nessa “unidade contraditória” em que o influxo econômico externo era o que determinava o movimento do conjunto, tais relações e suas derivações estavam determinadas pelo modo de produção capitalista e não por um modo de produção escravista ou outro anacronismo qualquer. A arbitrariedade e violência nas relações, entendidas como modalidades de emprego, não legitimado ou consensual, de uso da força para impor a própria vontade, provinha, agora, da existência do favor, não mais da escravidão, vista por Franco (1997) como uma mera instituição econômica e não mais como princípio unificador social, apenas respondendo à necessidade de expansão da força de trabalho no Brasil.

Por não fazer parte do Grupo Marx e não discutir, senão de maneira acessória, os arranjos entre capitalismo e escravidão e, ainda, pelo fato de Antonio Candido, em sua análise de *Memórias de um Sargento de Milícias*, ter identificado a *Dialética da Malandragem* nas ações dos homens que não eram nem senhores nem escravos, mas na multidão de homens que compunham o centro da estratificação social, a questão do Favor será discutida em seguida, junto com a “Dialética” supracitada.

1.2 A ANÁLISE DOS “HOMENS LIVRES”.

1.2.1 O favor

Maria Silvia de Carvalho Franco, filósofa, professora aposentada da USP, foi aluna de Florestan Fernandes e ocupante duma das cadeiras de Sociologia dessa mesma universidade. Apesar dessa proximidade, distanciou-se das ideias predominantes de seu professor, Fernandes, que passou de “mestre admirado a opositor respeitado”, mais problematizando que corroborando suas ideias, principalmente as que diziam respeito à Sociologia do desenvolvimento. Essa Sociologia teria sido fortemente influenciada pelo estrutural-

funcionalismo de Talcott Parsons, sociólogo norte-americano, e por uma ideia disjuntiva de desenvolvimento, segundo a qual haveria etapas diferentes num mesmo processo de desenvolvimento dum país, o que possibilitaria a existência de interpretações que classificariam o Brasil como tendo uma parte moderna e outra arcaica.

Franco critica também o que denominou de “dependentismo”, análise da sociedade que, apesar de considerar que o estágio subdesenvolvido dum país esteja ligado ao estágio desenvolvido de outro, acredita que com a inserção aprofundada do subdesenvolvido na ordem capitalista mundial os aspectos arcaicos de sua sociedade seriam superados. Nessa vertente da Teoria da dependência,²⁴ está situado Fernando Henrique Cardoso, discutido neste trabalho.

[...] Maria Sylvia de Carvalho Franco chama a atenção para a impropriedade da contraposição entre “tradição” e “modernidade” na análise da sociedade brasileira (e latino-americana) – seja em sua versão “disjuntiva”, seja em sua versão “integrada” ou “dependentista” – em virtude da *gênese essencialmente moderna* dessa experiência social, o que tornaria errônea a identificação de quaisquer traços “tradicionalistas” no âmbito dessas sociedades. Sua “Sociologia política” pode, assim, ser entendida como um tipo de contraposição crítica ao princípio teórico funcionalista mais amplo, segundo a autora, presente na Sociologia do desenvolvimento e, indiretamente, nos trabalhos de seu orientador e de colegas de cátedra, de que as inovações modernizadoras *funcionariam* como variáveis sistêmicas interligadas e intercambiáveis de modo (relativamente) independente dos seus contextos históricos [...] (BOTELHO, 2012).

Na obra *Homens livres na ordem escravocrata*, Franco (1997, p. 15) tem como ponto de partida “o caráter ‘moderno’ da colonização portuguesa”²⁵. A filósofa já estaria exercitando aí a crítica ao modelo funcionalista impregnado em seu mestre e o “dependentista” admitido por vários de seus colegas da Cadeira de Sociologia da USP, demonstrando a inadequação de ideias como relação comunitária, autoridade tradicional e sociedade estamental quando aplicadas ao Brasil, conforme o requisito dos “tipos ideais”, já que esses são construções

²⁴ “Os antecedentes imediatos para o enfoque da dependência foram a criação de tradição crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento, incluindo aí as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neoclássica de Raul Prebisch e da Cepal e o debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neomarxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy. Eles resumem em quatro pontos as ideias centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem: i) o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; ii) o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; iii) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; iv) a dependência, contudo, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política)” (SANTOS, 2009, p. 10).

²⁵ A eliminação, portanto, da análise que considera aspectos como dominação pessoal, hierarquia, arbítrio, características pré-capitalistas etc. como arcaicos os inclui no universo moderno, da modernidade dos países periféricos. A nomenclatura “arcaico” permanecerá aparecendo neste trabalho simplesmente por questões de análise, que interessam para mostrar o relacionamento daquilo que, até aqui, denominamos de arcaico em relação ao moderno.

teóricas associadas a aspectos culturais, portanto históricos, sendo errôneo generalizá-los e, dessa forma, transformá-los “em conceitos classificatórios que meramente sumarizam os traços comuns a certos fenômenos empíricos” ou tratá-los com o intuito de verificar a maior ou menor distância entre situações empíricas e conceitos puros.

Franco faz, então, no conjunto de suas obras, uma crítica radical de aplicações acríticas de categorias estrangeiras na explicação do Brasil, argumentando que a atmosfera intelectual da qual fez parte e procurou questionar, das décadas de 1950 e 1960, estava “preocupada em estabelecer, entre nós, a Sociologia e a Antropologia como disciplinas científicas autônomas e rigorosas, afastando-se tudo o que se considerava ‘impressionista’ na discussão metodológica, tudo o que pudesse parecer menos técnico”, buscando “transformar as Ciências Sociais no Brasil em um saber positivo, desprezando-se seus aspectos humanísticos”. Essa orientação foi institucionalizada com a criação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, (FFLCH) da USP, que se colocou de encontro às tendências autoritárias do setor liberal paulista, e pela tradição francesa, com seu racionalismo de um lado, e seu positivismo de outro (FRANCO, 2011, p. 1). A própria missão francesa trazia na palavra “missão”, conforme Novais (1994, p. 1), algo muito significativo, já que mostrava, “evidentemente que éramos terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação”.

Ainda de acordo com Franco, a aplicação de tais categorias era feita de forma “arbitrária”, com a “rapidez do imediato”, “esquecendo o adversário contra quem, muitas vezes”, as construções teóricas buscavam responder.

Em resumo, a teoria do desenvolvimento-subdesenvolvimento, as etapas do marxismo ortodoxo, as combinações de conceitos sistemáticos ordenados em seriação histórica, a passagem do tradicional para o moderno, as clivagens isebianas, a teoria da dependência, a apologia da sociedade civil, o renascimento romântico da idealização comunitária e seu correlato necessário, a fragmentação dos movimentos sociais, o socialismo católico, sucederam-se em cerca de duas décadas, o que dá aproximadamente uma teoria para cada dois anos, acotovelando-se na cena política e nos corredores acadêmicos. Qualquer tentativa de reflexão séria sobre qualquer destas orientações esta fadada ao insucesso, dada a vertigem com que se sucedem e a ligeireza com que mobilizam conceitos e sistemas de pensamento extremamente precisos e complexos em sua origem. Antes que se possa dar conta das fontes teóricas invocadas, a doutrina em pauta já caiu em desuso, “ninguém mais pensa assim”. Na verdade, continua-se a fazê-lo exatamente da mesma maneira, mudando-se apenas a fraseologia (FRANCO, 2011, p. 174).

As aplicações dessas categorias e teorias, porém, responderam ao imaginário que buscava concretizar as transformações pretendidas no Brasil e fizeram com que os estudos chamados

“concretos”, “termo invocado sem nenhuma determinação e invariavelmente confundido com o empírico”, fossem tomados como critério normativo e horizonte das pesquisas que se desejam “práticas”, o que resultou numa “reposição interminável” que ia do “empírico ao empírico, sem mediação de pensamento criador, sem produção de conceitos novos” (FRANCO, 2011, p. 168).

De forma sintética²⁶, Maria Silvia de Carvalho Franco verifica nas comunidades da região do Vale do Paraíba no século XIX a existência duma grande quantidade de pessoas que, não sendo escravos nem trabalhadores livres ao modo da sociedade burguesa, eram obrigados a se agregar a um proprietário, para ter acesso a bens materiais e sociais: alimentação, abrigo, cuidados médicos, segurança etc. Tais homens, vivendo num pedaço de latifúndio que não lhes pertencia, tendo apenas o direito de subsistir ali, latifúndio que era em parte utilizado para agricultura, constituíam uma “ralé”, que não se proletarizou como os trabalhadores modernos, mas, também, não se submeteu aos rigores do trabalho forçado como os escravos.

Nas comunidades rurais estudadas, marcadas por uma grande pobreza, Franco observa que havia um estreito vínculo entre homem e Natureza, que era de lá que o caipira retirava a maioria de seu sustento e onde, muitas vezes, se tornava o local de seu entretenimento por meio da caça, o que demonstra o amálgama entre trabalho e lazer. Os elementos integradores do sistema social em seu princípio de solidariedade, quais sejam, as relações com a Natureza e o modelo de sociabilidade patriarcal, que abrangiam o poder paterno e a piedade filial objetivados na benção de caráter sagrado são as noções rudimentares do conceito de relações comunitárias que incluem o consenso e a recíproca determinação das vontades. Porém, nas comunidades estudadas por Franco (1997, p. 24), tais relações eram assentadas na extrema violência, ou seja, na falta da busca do consenso e na imposição das vontades. A violência banal, sem que necessariamente tenha existido estado de tensão anterior que pudesse contribuir para tal, surgia num momento de autoafirmação e predominantemente entre compadres, amigos e vizinhos, que eram apoiados em condições comuns de vida (cooperação). Essa violência que muitas vezes, até mesmo para os membros da comunidade não envolvidos diretamente com esta ou aquela agressão concreta, era tida como desproporcional.

²⁶ Como já foi dito anteriormente, nosso objetivo não é de discutir profundamente as obras da autora visto que outros trabalhos já o fizeram, mas retomar os pontos centrais de seu argumento e verificar como eles se relacionam com os trabalhos de Schwarz.

Na vizinhança, a violência era costumeira devido à existência de homens que viviam com “mínimos vitais”, com recursos de sobrevivência escassos, o que fazia com que os homens livres instituíssem uma solidariedade de socorro de uns aos outros. Isso aumentava os contatos pessoais, as áreas de atrito e as pendências, instituindo um processo concorrencial que, sem mecanismos flexíveis de ajustamento, ou seja, com “a relativa indiferenciação da estrutura social e a fraca discriminação das linhas alternativas de poder, aliadas ao domínio uniforme da cultura e à comunhão num sistema simples de valores claramente definidos” (FRANCO, 1997, p. 28), faziam com que o acontecimento passasse, em si, a ser irrelevante para o ajustamento violento. A sobreposição das áreas de interesse e a radicalização na manutenção de prerrogativas pressupunham a eliminação das prerrogativas dos outros de forma violenta. Com uma integração cada vez maior da região estudada aos mercados e a contínua escassez de meios de vida, qualquer possibilidade de obtenção de produtos para venda ou para sobrevivência, muitas vezes as sobras de colheitas que seriam vendidas no mercado internacional dos latifúndios que abrigavam os homens livres, era disputada com violência, de modo que tais conflitos eram solucionados de forma costumeira, com a intervenção dum senhor.

A forma cooperativa do trabalho, denominada de mutirão, bastante comum e necessária a essas comunidades, diferiu da cooperação como uso moderno de organização, já que esta seria fundada em uma tradição, assentada na regularidade dos contatos espontâneos, o que corrigiria o aspecto arbitrário das relações pessoalizadas e espontâneas, tradição essa que nas comunidades do Vale Paraíba, devido à presença permanente das atividades mercantis, não se estabilizou. No caso estudado, a distância entre as famílias separadas por grandes extensões de terras, em locais pouco habitados, e o caráter de permanente mobilidade delas, devido a problemas de subsistência, desavenças, dentre outros, constituíram-nas como marginais, dada a condição de sua inserção no capitalismo considerado “inclusivo”, por Franco, e fizeram com que não se cristalizassem “antigas e inquebrantáveis obrigações recíprocas”, não garantiram a uniformidade na conduta nem sua estabilidade, mas antes estimularam o recurso à violência nos mutirões.

Numa terra rica e farta em que se tornou desnecessário o trabalho dos homens livres e, ao mesmo tempo, quando precisaram, ficaram impossibilitados de exercê-lo devido à existência do trabalho escravo, cujas relações eram frouxamente ligadas por uma tradição, ou seja, por um princípio de regulamentação do comportamento baseado na crença de que o que é

transmitido tem um caráter sagrado e inquebrantável, que sai da esfera do fático para articular a noção de antigo e consensual à de valor (FRANCO, 1997, p. 61) e ainda, como não havia meios institucionais para canalizar as resoluções de desavenças, a violência tornou-se princípio normativo, coagindo todos a utilizarem-na como forma de resolução de conflitos pessoais quando a honra e coragem fossem objetos de zombaria, como nos momentos lúdicos, por vezes também extremamente violentos.

A mistura entre lar e empresa instituída pelo latifúndio que abrigou, respectivamente, dois princípios opostos, de associações morais e interesse, possibilitou a prática e a permanência da dominação pessoal, a fim de obter vantagens econômicas e manter o predomínio econômico e político por parte do latifundiário, unificando e legitimando as práticas de controles sociais com a sujeição dos jovens aos mais velhos, às linhas de autoridade e às hierarquias. Esses dois princípios constituíam-se em uma “unidade contraditória”, em contraposição a uma “dualidade integrada”, cujo movimento era determinado pelo interesse econômico dos senhores.

Desse modo, as tensões surgidas dentro das famílias eram tratadas de forma tradicional, ou seja, utilizando-se daqueles controles sociais que dissimulavam a violência e, ao mesmo tempo, reforçavam a dominação pessoal, a hierarquia e o mando. Nessa sociedade senhorial, as relações muito próximas entre superiores e inferiores se dissimulavam em convivências de amizade, companheirismo, ou seja, tentava-se imprimir a todo custo um caráter igualitário a essas interações, o que as reforçava e contribuía para perpetuar a dominação pessoal e o tratamento arbitrário entre superior e inferior, calcados na troca pessoal de favores e serviços. Porém, conforme Franco (1997, p. 47), bastava um “componente mínimo de interesses econômicos para que mesmo as prescrições mais fundamentais de autoridade paterna versus piedade filial [deixassem] de ser respeitadas”, pondo em descoberto a fragilidade das relações pessoais que caracterizavam as associações morais, que se baseavam em um sentimento de identificação de interesses comuns entre o proprietário e o agregado, reforçado pela ausência de sinais exteriores de superioridade por parte daquele, por uma indiferenciação social causada pela escassez de meios de sobrevivência e por um estilo de vida simples.

Esse caráter supostamente igualitário da camada dominante em relação às outras, Franco (1997, p. 92) o denomina de “consciência da indiferenciação”, dado que essa consciência não

prega a igualdade concreta, mas a desigualdade inata dos sujeitos²⁷. Surge, assim, uma premissa de que todos os homens são potencialmente iguais, afirmando suas diferenças para justificar os desequilíbrios de privilégios. Assim, a aceitação da pessoa no meio social dependia do nível de proximidade com o dominante, o que amenizava a tensão e agravava a dominação pessoal, já que esta não aparecia na consciência do dominado.

Nesse tipo de relação, a assimetria de poder encoberta por supostas relações de amizade e companheirismo, fustigadas permanentemente pelo interesse econômico, em nada limitava a arbitrariedade do mais forte e a submissão do mais fraco, já que essa grande massa de homens dependia dos proprietários para os quais prestavam serviço e demandavam reconhecimento pessoal. Essa instável permanência das associações morais, perturbadas em decorrência do cálculo econômico, de forma arbitrária, pelos proprietários, fazia com que o fundamento das relações dos homens livres se assentasse num padrão de comportamento baseado na violência como positivamente valorada, na reputação baseada na valentia, padrão ligado à rotina doméstica e ao círculo mais próximo de relações, e na aceitação de situações antagônicas como que regulamentando normativamente a conduta.

Os homens livres ligados ao comércio, a exemplo do vendeiro, num ambiente de escassez de meios, utilizavam habilmente seus recursos pessoais, participando da moralidade dos homens pobres com o intuito de exaurir seus recursos; os sitiante, os compadres dos senhores, buscavam não se associar aos escravos, que eram rejeitados e reprovados, mas se entrelaçavam numa rede de contraprestações que, de um lado, identificava seus interesses com os dos mais poderosos, indo até ao assassinato, e de outro envolvia o proprietário no dever de lhe proteger, constituindo uma cadeia de favores e enrijecendo a dominação pessoal que faziam com que a submissão do agregado aniquilasse seus predicados de ser humano.

A submissão a esse poder molda a consciência para uma percepção muito parcelada da realidade social e só permite que ela seja apreendida com significados sempre redutivos aos atributos de um sujeito dado. Não só ficam visíveis apenas os segmentos iluminados pela vontade dominadora, mas, sobretudo esses fragmentos consubstanciam-se de imediato na atividade dessa vontade. [...] Os efeitos desse processo não param no nível da orientação da conduta, cancelando a racionalidade mínima que implica a representação subjetiva de motivos e de fins, eles atingem até a própria consciência do mundo social, impossível de ser concebido senão mediante o prisma formado pela encarnação do poder: este transfigura a realidade social,

²⁷ Essas mesmas ideias foram vistas em Cardoso, discutido anteriormente, quando fala do “igualitarismo”, da “intimidade democrática” e da ausência de “divergência das vontades dos escravos e agregados das dos senhores” que faria o sociólogo concluir que “inexistia tensão nessas relações”. O igualitarismo e a intimidade democrática se assentavam em condições em que “o negro era considerado como realmente e não socialmente inferior”.

convertendo-a nas formas objetivadas da existência daquele que é ideado como superior [...] (FRANCO, 1997, p. 94).

O agregado torna-se uma “criatura domesticada” que, apesar de só conseguir apreender conscientemente o mundo social de forma fragmentada, fazendo-o pelos olhos do senhor ou da autoridade oficial, enxerga seu mundo como livre, posto que não existissem constrictões objetivas à sua existência, cujas escassas tensões inerentes a esse tipo de dominação eram fortemente ocultas.²⁸ Nesse ponto, Franco discute diretamente com Cardoso e agrava a situação do agregado em frente à do escravo. O sociólogo afirma que o escravo possui um “vago desejo de liberdade”, já que sua opressão é visível. Mas essa possibilidade de “vago desejo” não se aplica ao agregado, por este já achar que seu mundo é livre. Essa dominação criava no agregado uma visão “parcelada da realidade”, traduzindo-se numa revolta individual incapaz de se transformar em revolta social. Isso o tornava um nada na sociedade em que o máximo que ele poderia fazer era “construir um mundo seu”, canalizando suas energias para “representações nostálgicas que valorizassem um passado farto e seguro para o qual gostaria de poder voltar” (FRANCO, 1997, p. 113).

A pobreza da região, que se estendia dos aspectos materiais aos culturais, e as mínimas diferenciações das condições materiais de vida, somadas à ausência de sinais exteriores de superioridade foram fundamentais também para a mistura entre patrimônio público e privado.

Em meio à precariedade das condições materiais que se refletia nos prédios, na alimentação, nas técnicas agrícolas rudimentares numa sociedade praticamente indiferenciada – precariedade que se estendia para a vida intelectual e cultural, fazendo da conversação sobre os acontecimentos entre famílias um dos únicos divertimentos da região –, a vida dum senhor de engenho, que preferia o ócio, com inconveniências, ao trabalho e ao conforto, era “ambição geral”. Numa sociedade em que o trabalho era uma prática regular para todos, senhores, homens livres e escravos, em que a riqueza a que os primeiros aspiravam, “precisaram criar”, esse requisito do trabalho e a possibilidade de sua dispensa eram fundamentais para a composição da hierarquia social: impossível para o escravo e possível para os homens livres, ocupados em tarefas de supervisão.

²⁸ Schwarz, em análise das obras de Machado de Assis, afirma que, devido às relações de dominação existentes, as tensões derivadas delas são resolvidas nas “cólicas morais” do inferior.

Essa pobreza geral que incluía o poder público fez com que os recursos privados fossem utilizados com fins públicos e, como decorrência, a atitude inversa, ou seja, os recursos públicos fossem utilizados com fins privados, uma vez que, conforme Franco (1997, p. 131), “o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados a sua guarda”.²⁹

A pobreza que forçou a fusão entre público e privado gerou várias situações paradoxais em que uma delas era a seleção de candidatos cujas atribuições dos cargos pretendentes eram fixadas com rigor, mas os admitidos eram amadores quando se precisava de especialistas. As regras gerais e abstratas, características da administração dum Estado nos casos clássicos, distantes da vida concreta das pessoas da comunidade estudada, apareciam aos admitidos como “formalidades vazias”, “satisfação muito de aparência e exterioridade” (FRANCO, 1997, p. 133), fazendo com que a efetiva orientação da conduta delas acontecesse pelo “estatuto costumeiro” e, além disso, aprovado pelos demais da comunidade que não faziam parte do poder público, tendo em vista o compartilhamento de valores.

O que se procura pôr em evidência, na situação aqui focalizada, é como se justapõem, dentro do mesmo círculo de homens, dois princípios antagônicos de orientação da conduta, ambos com iguais possibilidades de serem seguidos como válidos: um imposto pelos quadros coativos da Lei e do Direito, configurado na ação do promotor; o outro, alicerçado na força do costume e tacitamente observado pela população em geral (FRANCO, 1997, p. 132).

Mesmo com “iguais possibilidades de serem seguidos como válidos”, eram recorrentes no exercício do poder público o afastamento das normas impessoais e a utilização das relações pessoais na resolução dos problemas, o que se adequava perfeitamente à agilidade e simplificação requeridas para o exercício das atividades administrativas.

A passagem dos senhores de terra que exerciam a dominação pessoal para o controle do poder público fazia com que se transferissem também suas desavenças para esse âmbito, servindo o Estado agora como instrumento para as finalidades pessoais dos detentores de poder e misturando autoridade oficial com influência pessoal. O governo, apesar de submetido por

²⁹ Apenas como exemplo dos diversos que Maria Silvy dá, ressalto a utilização de propriedades particulares com fins públicos que foram expressivas, principalmente na esfera judiciária: “Seria incontável o número de vezes em que as residências de autoridades aparecem na documentação usadas para fins públicos: “Mando a qualquer oficial que, em cumprimento deste... intime as testemunhas...para comparecerem em minha residência...a fim de deporem no processo...” (FRANCO, 1997, p.130).

pressões externas e internas para utilizar cada vez mais os controles racionais, foi forçado a continuar empregando as práticas costumeiras, visto que a penúria de recursos ainda fazia com que ele recorresse ao auxílio financeiro do privado. Isso agravou a instrumentalização do poder público, reelaborando, de acordo com seus interesses que foram generalizados por meio da ideia de interesse nacional, os instrumentos estatais, formando-se assim, o “Estado-instrumento” (FRANCO, 1997, p. 149).

Esse baralhamento das finanças públicas e privadas, porém, cria uma contradição. À medida que é atribuído ao poder oficial o incremento nos investimentos para aumentar a produção, esse poder se vê obrigado a aumentar sua arrecadação, para realizar tal finalidade. Esse aumento só poderia ser feito tributando mais os proprietários, dada a falta de recursos generalizada. Desse modo, os grupos dominantes que subordinaram o Estado liberaram uma força que acabou por ser-lhes adversa, característica do Estado burguês, em que a iniciativa privada ora o repele, ora o subvenciona, conforme seus interesses, num movimento pendular. Para resolver o problema e conciliar a necessidade de ampliação dos investimentos estatais e a não utilização dos recursos privados dos latifundiários, os recursos para os investimentos foram buscados na dívida interna, distribuindo os prejuízos, já que todos pagam, e concentrando os ganhos advindos diretamente da dívida tornada investimento público, com finalidade última privada.

Com a expansão das atividades mercantis, as orientações contraditórias da vida econômica presente nas grandes propriedades, produção para consumo direto e produção para o mercado, penderam para o lado da produção para o mercado e determinou que os interesses individuais fossem fortemente guiados pelo lucro, em que “a única palavra de ordem” e a maneira de ganhar dinheiro era “deixada à consciência de cada indivíduo”. Um personagem aparece aqui como central nessa época de avanço da produção e aumento da ligação com os mercados externos: o comissário de café.

Esse comissário, de acordo com a autora (1997, p. 172), “[...] em princípio foi um representante do produtor” que em seu impedimento realizava por ele as transações, mas progressivamente foi assumindo o papel de banqueiro, ou seja, participava do custeio e da montagem das fazendas, além de entrar na própria área da produção, financiando-a. Ele se constituiu como elo entre os mercados mundiais e o fazendeiro produtor de café. Por intermédio de suas relações pessoais, de vizinhança, amizade e parentesco, mas sempre com

forte interesse econômico, o comissário aliciou diversos clientes estabelecendo, com isso, uma produção em larga escala e garantindo um fluxo regular de venda de mercadorias.

Por essa via, determinava-se naturalmente o círculo de clientes duma firma, cujos limites não estavam mesmo sujeitos a flutuações. Contudo, esses padrões foram incorporados por uma ordem competitiva e dentro dela adquiriram o sentido dum meio eficaz de as firmas comerciais expandirem suas operações, mantendo ou alargando sua freguesia. Nessa luz, os propalados liames de confiança, solidariedade e auxílio que uniam fazendeiro e comissário aparecem como uma técnica em que esses componentes da ordem “tradicional” foram reelaborados e transferidos para o plano dos negócios, tendo aí eficientemente se adequado aos propósitos de lucro. Dessa maneira, cuidava o comissário que seus clientes tivessem garantidos determinados obséquios e serviços, de acordo com uma norma que estava firmemente integrada a ordem social vigente e cuja observância, por isso mesmo, lhe resultava tão rendosa. A mesa grande, farta e aberta aos que viessem, a hospedagem por ocasião de visitas à Capital, a acolhida e o cuidado dos filhos mandados a estudar, a compra e a remessa de artigos inexistentes no interior, contavam-se entre os programas observados pelas casas comissárias (FRANCO, 1997, p. 175).

Ao mesmo tempo em que aumentava seu leque de clientes por meio das relações pessoais, arrecadava recursos com a venda dos cafés no mercado externo, o que lhe proporcionou a possibilidade de financiar a produção dos fazendeiros. Fundindo os princípios ordenadores da ação social baseadas em associações morais e considerações de interesses e agindo nas duas pontas da economia, financiando a produção e sendo conselheiro dos negócios do fazendeiro, por vezes gerindo seus investimentos e atuando na venda das mercadorias – eximindo-se apenas da administração do processo de trabalho –, o comissário garantiu previsibilidade e estabilidade às operações mercantis, além de tornar secundária, devido ao seu modo de operar, a manutenção de direitos pela via do contrato.

Esse modo de operar, contudo, traria problemas para o próprio comissário, já que ele criava um curso de espoliação do fazendeiro em que este entrava num processo de empobrecimento e tornava-se incapaz de realizar investimentos em suas fazendas, prejudicando o próprio comissário que venderia sua produção. Com o intuito de resolver tal problema de produção e continuar atendendo à “compulsão de ambos pelo lucro”, o comissário endividou cada vez mais o fazendeiro, posto que aquele aglutinasse em torno de si os capitais estrangeiros emprestados e os gêneros nacionais de café, de grande aceitação no mercado externo devido ao seu reduzido preço, à sua baixa qualidade e à sua grande oferta. Essa oferta era possível em função da grande produção de café no Brasil, cultivado, preparado, escolhido e ensacado de forma negligente, mas com rapidez: requisito essencial das práticas capitalistas. Franco demonstra com isso que a fazenda “tradicional” ajustou-se harmoniosamente à economia e à

sociedade “modernas”, e seu modo de dominação pessoal, com todos os seus corolários, está inscrita no centro do processo de acumulação do capital, de âmbito internacional.

Como pudemos ver, o favor permeou as relações pessoais, a atividade produtiva, o comércio, o Estado e suas relações com a sociedade, sendo sempre posto e repostado. Em síntese, vimos que a sociedade estudada tinha a produção material dividida em duas: produção dos meios de vida para subsistência e produção para o mercado. O princípio de orientação da conduta daqueles que fossem diretamente ligados à subsistência, como os homens livres, era determinado por associações morais baseadas em relações pessoais em que os sujeitos não eram vistos como indivíduos que desempenhavam papéis sociais em contextos específicos, mas reconhecidos na sua plenitude humana, apesar da sempre presente violência como moralidade.

Os sujeitos voltados ao mercado, os proprietários, fundavam sua ação nos interesses econômicos. No relacionamento entre proprietários e os homens livres, que denominei genericamente de agregados, os proprietários eram ora homens de negócios, ora patriarcas utilizando habilmente as relações pessoais e visando à troca de favores, mercês, obséquios, com finalidade de lucro. Assim, quando a orientação estratégica predominava, o senhor retirava a proteção, o auxílio e os compromissos tácitos dados aos agregados. Consequentemente esses viam seu mundo desabar por se sentirem tratados como coisas ou mais como empregados do que seres humanos.

Em face disso, reagiam pessoal e violentamente a esse situação, quando não a resolviam na esfera dum resignado conformismo, da imaginação e da fantasia. Os agregados também se utilizavam das relações pessoais com um grande, mas para conseguir proteção, riqueza e ascensão social na tentativa de tornarem-se senhor e conseguirem o privilégio da desobrigação do trabalho. Com a necessidade de se integrar à ordem social, era preciso que os agregados se relacionassem com um proprietário, cujas afinidades intersubjetivas eram comandadas pelo favor. Em troca de proteção e dum pedaço de terra para viver, o proprietário dispunha dum homem experiente em determinadas tarefas, que fazia os trabalhos que o senhor não fazia.

Esse processo cumulativo de lealdades, encargos e favores baseados nas relações pessoais foi transferido para as instituições governamentais, proporcionado pela fusão entre patrimônios

públicos e privados, devido à pobreza generalizada que impediu a construção dum Estado com recursos públicos desvencilhados dos privados e dum corpo de funcionários seguidores de regras impessoais. Tais favores também se transferem para as relações mercantis em que as interações pessoais que os sustentam se transformam em oportunidades de negócio e, ao mesmo tempo, no afastamento dos instrumentos legais, como o contrato.

Franco observa, por último, que os fazendeiros mobilizaram com sabedoria o lastro que herdaram, “redefinindo e reeditando antigas sujeições” que, porém, devido à continuidade de suas ações, conforme seus interesses pessoais, eles continuariam a comprometer suas bases de poder, apesar da resignificação que elaboraram dos quadros ditos “tradicionais” ou “atrasados”, com finalidade “moderna”.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seus trabalhos, exercitando-se para se desvencilhar de alguns aspectos do pensamento uspiiano em ascensão na década de 30, fortemente voltados para a institucionalização da Sociologia pela utilização rigorosa de métodos na busca dum saber positivo, aproxima-se de Antonio Candido (1918), crítico de literatura.

Também para mim não foi fácil escapar dessa linguagem cifrada, pouco significativa, valorizada como sinal de competência. Creio que foi minha convivência com pessoas que se dedicavam a outros setores, sobretudo os estudiosos de literatura, que me alertou para a necessidade de escrever de modo acessível. Nesse ponto, uma influência decisiva foi a de Antônio Candido. A simplicidade, o requinte despretenso, o sincero gosto pela cultura, o alargamento das aspirações e interesses chegaram até mim, como ideais, ouvindo-o e lendo-o. Seu único livro de antropologia, *Os Parceiros do Rio Bonito*, mostrou-me como o observador cuidadoso e teoricamente preciso, simultaneamente, seria o artista imaginoso e sensível, o escritor comovido e comovente (FRANCO, 2011, p. 1).

Outra convergência entre Franco e Candido neste trabalho é observada no objeto de análise dos dois: os homens livres e pobres. No próximo texto a ser discutido, o princípio mediador que articula a forma do romance e o processo social do qual o romancista é produto, a dialética entre ordem e desordem, é fundamentalmente observada nas ações dos homens livres e pobres. É a obra *Dialética da malandragem*, publicada em 1970 na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, que trata, além da dialética mencionada anteriormente, do processo criado por Candido e utilizado por Schwarz na busca do elemento estrutural relativo ao processo social que forma os romances, denominado Redução Estrutural, que passamos a discutir agora.

1.2.2. A Dialética da malandragem

Quando fazia graduação em Ciências Sociais e no mesmo período em que participava do Seminário Marx, Schwarz teve aula de Sociologia com Antonio Candido, de quem teria recebido a maior influência intelectual. Não tendo inclinação para a pesquisa sociológica,³⁰ partiu para trabalhar com Candido, que, nessa época, 1960, iniciou sua docência em Literatura Brasileira.

De acordo com Schwarz, Candido é formalista e historicista, porém, sem “cacoetes de escola”; fazia as análises mais estruturais e inventivas do período, tratando as questões de método como algo relativo, que dependia do objeto, já que sempre foi mais intuitivo que metódico e que, acostumado a fazer crítica diária nos jornais, recorrente em sua geração de 1930 e 1940, permitia que a realidade se impusesse, deixando alguns pressupostos de lado, para se ajustar à natureza de cada artigo. “O crítico muito estrito em matéria de teoria e método acaba tendendo a tratar apenas as obras que se enquadram nos seus pressupostos” (CANDIDO, 2010). Considerando-se um “crítico nato” e um autodidata nos estudos literários, o que formou sua mentalidade foi

[...] em primeiro lugar, o ambiente de [sua] família, marcado por pai e mãe muito cultos e por uma ótima biblioteca. A seguir, a leitura voraz e caudalosa desde os oito ou nove anos, com predomínio dos autores franceses. Mais tarde, a Faculdade de Filosofia da USP, com seus professores estrangeiros, que nos marcaram profundamente, e com meus companheiros de geração, o chamado ‘grupo de Clima’ (CANDIDO, 2010).

Antonio Candido destaca três períodos que marcam suas obras e preocupações (CANDIDO, 2011): a década de 1940, em que se preocupava com “condicionamentos e causas” das obras literárias, sua sequência temporal e seus encadeamentos, que dominavam o marxismo de então, preocupação fortemente positivista num sentido, não do de Augusto Comte, mas no “da tradição universitária francesa, associada ao cientificismo na Filosofia”; na década de 50, preocupa-se com a “funcionalidade”, ou seja, com a “pertinência de traços dum determinado sistema”, aliando análises num “sentido diacrônico combinado ao respeito pela visão sincrônica”, cujos trabalhos da Antropologia Social inglesa (Malinowski, Radcliffe-Brown) e das ideias críticas de T. S. Eliot e do “new criticism” americano foram centrais; na década de 60, busca analisar como a “estrutura se estrutura”, como um “elemento externo se torna

³⁰ “No ano seguinte comecei a ficar abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica, os levantamentos e as tabulações não eram comigo”. “Um crítico na periferia do capitalismo”, *Revista Pesquisa Fapesp*, 1998, 54 ed.

interno”. Ou seja, unindo esses dois períodos de forma criativa, buscava ver na obra o que era “condicionante se tornando elemento interno pertinente”.

Buscando uma caracterização brasileira que por si mesma já se inscrevesse no debate contemporâneo, que é brasileiro, mas também internacional, e promovendo uma leitura desprovinciana da obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, Cândido constrói o ensaio "Dialética da Malandragem" ³¹ em que mostra o balanceio entre ordem e desordem, o elemento externo àquela obra que se tornou interno. Com a leitura de Machado, Schwarz observa o mesmo vaivém entre oficialismo e desvio brasileiro da norma e afirma que, sua leitura de Machado era uma retomada da "Dialética da malandragem" de Antonio Candido, no âmbito de Machado de Assis.

Em *Dialética da malandragem*, Candido exercita a Redução estrutural na obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, identificando um princípio mediador que organiza em profundidade tanto os dados do real quanto os da ficção, fazendo parte dos dois planos, que denominou de dialética da ordem e da desordem.

Redução estrutural é um processo denominado por Antônio Cândido que trata da formalização da ficção, ou seja, permite verificar a função exercida pela realidade social historicamente localizada na estrutura da obra. Um dos pressupostos de Cândido (2006) era de que a literatura é, sobretudo, um conjunto de obras, mais do que de autores ou fatores, e que, portanto, tais obras teriam de ser analisadas em perspectiva histórica, devendo atender tanto à singularidade estética de cada obra quanto ao seu papel na formação da literatura como instituição regular da sociedade.

A preocupação do autor se concentrava na interação dinâmica entre "autor-obra-público", ou seja, num sistema orgânico que envolve produção e recepção da obra e como ela se prolonga no tempo pela tradição. Redução estrutural, portanto, era o processo captado pelo crítico do essencial das relações da ficção com a sociedade, demonstrando, não apenas indicando, de que maneira as condições sociais são interiorizadas e transformadas em estrutura literária. Não se trata, portanto, de fazer análises paralelas, ou seja, “descrever as condições sociais e depois registrar a sua ocorrência no texto, o que pode levar, por exemplo, a encarar a criação ficcional como um tipo de documento, que pode ser legítimo para o sociólogo ou o

³¹ *Revista do Instituto de estudos brasileiros*, nº 8, São Paulo, USP, 1970, p. 67-89.

historiador, não para o crítico" (CANDIDO, 2010), mas compreender como o dado social se transforma em estrutura literária, através de sua forma, princípio mediador entre o real e o fictício, "síntese profunda do movimento histórico" (SCHWARZ, 1987, p. 135).

Nesse processo de Redução estrutural, Candido observa que os personagens de *Memórias de um Sargento de Milícias* vão e vêm entre as esferas sociais da ordem e da desordem, que se compensam sem aparecerem em estado de inteireza, baseados em certa ausência de juízo moral, "mistura de cinismo e bonomia". Sem que o autor do livro valere positiva ou negativamente tais alternâncias, ordem e desordem acabam igualmente niveladas ante um leitor incapaz de julgar, porque Manuel Antônio de Almeida retirou a escala necessária para isso. Compostos pelos homens livres, que não eram escravos, que foram suprimidos, eliminando, com isso, quase totalmente o trabalhador, e nem eram senhores, esse setor social intermediário era cercado por todos os lados por uma "desordem vivaz".

No que teria sido o primeiro estudo literário propriamente dialético, Candido inicia sua análise das *Memórias*, verificando sua interpretação por alguns autores em tempos diferentes. Analisa a interpretação que, em 1894, fez José Veríssimo, em 1941 fez Mário de Andrade e quinze anos depois, Darcy Damasceno.

José Veríssimo definiu as *Memórias de um sargento de milícias* como romance de costumes, de "realismo antecipado". Mário de Andrade o classificou como "um romance de tipo marginal, afastado da corrente média das literaturas," com personagens pícaros. E Darcy, rejeitando as posições anteriores e afirmando que não é nem realista nem pícaro (o equivalente ao malandro), acabou classificando como de "costumes". Portanto, tem-se apreciado as *Memórias* como um romance de costumes e realista, devido à documentação desses costumes da época, ou como romance pícaro.

Candido, sem discordar que há características dum e doutro, afirma que elas são, porém, fracas, sendo fortes apenas quando subordinadas a outro movimento, o da ação conduzida pela dialética da ordem e da desordem, a forma literária derivada duma intuição profunda do movimento da sociedade brasileira. Essa forma, que é um princípio mediado entre romance e sociedade, na acepção marxista, e aplicada às questões sociais, trata da forma social objetiva, que é posta e repostada pelo "processo de reprodução social independente das consciências individuais" (SCHWARZ, 1987, p. 141).

Candido constata que há dois estratos no livro de Almeida: um universal mais abrangente, que concentra “arquétipos válidos para a imaginação de um amplo ciclo de cultura”, que se traduz numa espécie de “sabedoria genérica da sobrevivência”; e outro, que vive em tensão com o primeiro, que é “a intuição do movimento histórico”, que se constitui num “estrato universalizador de cunho mais restrito, onde se encontram representações da vida capazes de estimular a imaginação dum universo menor dentro deste ciclo: o brasileiro”.

Estando esses homens livres num setor em que a ordem dificilmente se mantinha, já que rodeada por todos os lados de uma “desordem vivaz”, e estando eles entre um hemisfério positivo da ordem e um hemisfério negativo da desordem, que funcionam como dois ímãs que, porém, são fundados numa ausência de juízos morais, “mistura de cinismo e bonomia”, os polos extremos se dissolvem, equilibrando a moral dos fatos conforme as relações dos homens.

Com essa visão folgada dos costumes, as formas espontâneas de sociabilidade garantiram que o Brasil atuasse com maior desafogo nos choques entre norma e conduta. Isso fez abrandar os choques, “tornando menos dramáticos os conflitos de consciência” e gerando um “mundo sem culpa”, em que o remorso não existe, já que as avaliações das ações são feitas de acordo com sua eficácia³²; em tal mundo há uma “repressão mutiladora da personalidade”, em cujo contexto a opressão da sociedade patriarcal convive com uma “liberdade feérica”, deslumbrante, e o conseqüente recalque do oprimido; também há a presença de uma “tolerância corrosiva, muito brasileira, que pressupõe uma realidade válida para lá, mas, também, para cá da norma e da lei”, que se manifesta, algumas vezes, na “piada devastadora”, com nostalgia de valores mais genuínos, agredindo, por vezes, a norma burguesa que ameaça nossa fluidez cultural. Essa comicidade

[...] amaina as quinas e dá lugar a toda sorte de acomodações (ou negações), que por vezes nos fazem parecer inferiores ante uma visão estupidamente nutrida de valores

³² Schwarz (2000, p. 96) observou essas avaliações em *A mão e a luva*, romance de Machado de Assis, em que a personagem Guiomar procura substituir-se a filha de sua madrinha. Assim, observado pelo crítico, Machado diz que ela possui uma “impostura”, um artifício para enganar, porém “devendo entender que é honesta e reta, porque a intenção da moça não era mais do que não amargurar a madrinha, e tirar-lhe o motivo a qualquer aflição antecipada”. Guiomar é artificiosa, porém honesta e esta impostura que pode soar como cálculo de simulação para obter a herança da madrinha não o era, já que o sentimento desta segunda mãe era correspondido. Ação eficaz de Guiomar, portanto. Havia aqui uma espécie de cálculo sincero. Observado pelo padrão burguês, seria condenável esta postura para ludibriar a senhora rica, a fim de obter sua herança, porém há reciprocidade no sentimento, o que faz com que cinismo e virtude sejam levados a coincidir, cálculos e sentimentos são cooptados por um movimento que modifica os termos do problema, mas mantém sua nomenclatura.

puritanos, como a das sociedades capitalistas; mas que facilitarão nossa inserção num mundo eventualmente aberto (CANDIDO, 1970, p. 88).

Estudando os homens livres e pobres, Antonio Candido pôde analisar um “modo de ser brasileiro” dum setor social que se inseria num quadro de antagonismo de classes historicamente determinados e, ao mesmo tempo, esse setor demonstrava um traço cultural brasileiro de acordo com qual podemos nos comparar com outros países. Permite também demonstrar como essa dialética da ordem e da desordem, agora não mais entre os clássicos senhor e escravo, polos antagônicos, mas em um modo de ser popular que pode ser tanto senhor quanto escravo, generaliza-se para o país.

A transformação de um modo de ser de classe em modo de ser nacional é a operação de base da ideologia. Com a particularidade, no caso, de que não se trata de generalizar a ideologia da classe dominante, como é hábito, mas a de uma classe oprimida. Com efeito, Antonio Candido identifica a dialética de ordem e desordem como um modo de ser popular. Mais adiante, ele a generaliza para o país, sublinha os inconvenientes do racismo e fanatismo religioso de que ela nos poupou, e especula sobre suas afinidades com uma ordem mundial mais favorável, que pelo contexto seria pós-burguesa (SCHWARZ, 1987, p. 150).

Para Candido, na sociedade brasileira, livre de culpa, o arrependimento e a reprovação da consciência são avaliados de acordo com a eficácia das ações ou por fatores externos diversos, fatores estes que incluem “mecanismos ideais” que buscam disciplinar a irregularidade social, visando a equiparar as novas nações às antigas, dando supostamente a estas maior organicidade social. Tais mecanismos são observados, na esfera jurídica, na rígida aplicação de normas que foram impecavelmente construídas, o que cria a aparência e ilusão de que exista uma ordem regular que, pelo fato mesmo de não existir constitui o alvo ideal e na esfera da literatura, no gosto acentuado pelos símbolos repressivos, que parecem domar a eclosão dos impulsos (CANDIDO, 1970). O princípio moral das *Memórias*, portanto, seria o balanceio entre o bem e o mal, a ordem e desordem, sem nunca nem um ou outro aparecer em estado de inteireza e sem que o sujeito ancore suas ações num ou noutro desses pares antitéticos.

Um dos maiores esforços das sociedades, através da sua organização e das ideologias que a justificam, é estabelecer a existência objetiva e o valor real de pares antitéticos, entre os quais é preciso escolher, e que significam lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita política e assim por diante. Quanto mais rígida a sociedade, mais definido cada termo e mais apertada a opção. Por isso mesmo, desenvolvem-se paralelamente as acomodações de tipo casuístico, que fazem da hipocrisia um pilar da civilização. E uma das grandes funções da literatura satírica, do realismo desmistificador e da análise psicológica é o fato de mostrarem, cada um a seu modo, que os referidos pares são

reversíveis, não estanques, e que fora da racionalização ideológica as antinomias convivem num curioso lusco-fusco (CANDIDO, 1970).

Portanto, fora da racionalização ideológica trazida pelos mecanismos ideais supraditos, cujos exemplos foram do universo jurídico, com suas normas bem construídas e severamente aplicadas, e o mundo de referência da literatura, que via imperar nas ações dos sujeitos os ímpetus irracionais só controláveis com repressão externa, tudo isso com vistas nas sociedades que nos serviam de exemplos, por isso nunca alcançáveis, mas sempre tentadas, tais antinomias deixam de ser o alvo para darem lugar, numa sociedade como a brasileira, flexível, possuidora de costumes folgados que fizeram abrandar o conflito entre a norma e a conduta, a acomodações circunstanciais e deixadas ao arbítrio de cada um. É esse balanceio cujas “antinomias convivem num curioso lusco-fusco” que Antonio Candido nos traz em sua análise dos homens livres de *Memórias de um Sargento de Milícias*.

O crítico ligou, então, em suas análises, a estrutura, nesse caso elementos arquetípicos de cunho popular associados à lenda, à mitologia, ao folclore e ao irreal que propiciam a “imaginação para um amplo ciclo de cultura”, com a história, em que se privilegiam aspectos locais de cada sociedade. Fazendo essa ligação tensa, Candido observou o balanceio no universo da sociedade brasileira do século XIX, intuído pelo autor das *Memórias*.

A ligação entre os aspectos universais que o Capital construía com os locais, relativos a determinada configuração sócio-histórica e à associação de análise estilística com a reflexão histórico-social, em que se busca a forma da obra e que reflete um dado profundo da realidade, foi realizada também por Adorno. Ou seja, ambos, Candido e Adorno, buscavam fazer descobertas sobre a sociedade contemporânea, a partir da análise estética, atividade que foi central nas obras de Schwarz.

Iniciadores duma tradição intelectual denominada Teoria Crítica, que “não buscava consolidar um sistema, desconfiava da universalidade dos axiomas, recusava a simples separação entre sujeito e objeto, implodia a divisão acadêmica do trabalho intelectual, pensava sua atividade teórica como prática política e recusava a definição prévia de um método” (ALMEIDA, 2007, p. 47), Adorno e Horkheimer identificaram, contemporaneamente, por um lado, um avanço da produtividade que viabilizaria um mundo mais justo e, por outro lado, uma grande regressão da cultura teórica, que abrigaria a reflexão e proporcionaria que o pensamento pensasse o pensamento. Essa regressão provocaria o abandono da reflexão sobre o elemento destrutivo

do progresso fundado na expansão dos aparelhos técnicos e a cegueira de um pensamento pragmatizado incapaz de se superar³³ (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13).

Horkheimer já havia produzido alguns trabalhos nas décadas anteriores a 1940 acerca do caráter dominador do avanço técnico sobre a natureza, quando conheceu a primeira versão da obra *Filosofia da nova música* (1940), terminada em 1948, de Theodor Adorno, que analisava o desenvolvimento da música ocidental, associado à ascensão da indústria cultural. Esses textos, somados aos trabalhos de Walter Benjamin e ao *O Fetichismo na música e a regressão da audição* (1963), em que Adorno mostra a correlação entre os processos objetivo, em que consiste a generalização da mercadoria cultural, e o subjetivo, concernente à regressão da audição, dada a incapacidade de o público avaliar aquilo que lhe é oferecido (DUARTE, 2007, p. 33), foram fundamentais para a construção da obra cujo título seria sinônimo de dialética entre cultura e barbárie, a *Dialética do esclarecimento*. Nessa obra, os autores Adorno e Horkheimer se propunham a “[...] descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está-se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 11), produto da ascensão da Razão Iluminista.³⁴

2.3. CRÍTICA À RAZÃO ILUMINISTA

Nosso objetivo, aqui, é discutir sumariamente a crítica à Razão, trazida na obra *Dialética do esclarecimento*, e as ideias correlatas de progresso, civilização, técnica e dominação, que surgem com a ascensão da Indústria cultural e do desenvolvimento tecnológico.

Para Adorno e Horkheimer, cultura não significa práticas, hábitos ou modo de vida, mas arte, filosofia, literatura e música. É um processo de humanização que se deve estender para toda a

³³ Esse pensamento altamente pragmatizado será central para a ideia da experiência social dos descentramentos, discutida em seguida.

³⁴ Quanto ao título do livro de Adorno e Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, há diferença entre Iluminismo ou ilustração e esclarecimento, importante de ser destacada. Os autores utilizam a palavra esclarecimento como sendo o processo de desencantamento do mundo, de racionalização que proporcionou, ao longo da história, a libertação dos homens das potências míticas da natureza e a vitória sobre a ignorância e sobre o preconceito em questões de ordem prática (religiosas, políticas, sexuais etc.). Não se referem, dessa maneira, a apenas uma época histórica ou um movimento filosófico, como foi o Iluminismo, sendo identificado pelos autores desde a obra *Odisséia*, de Homero, “[...] um dos mais precoces e representativos testemunhos da civilização burguesa ocidental” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 15). Como estamos tratando do capitalismo e de suas ideias correlatas, não discutiremos essa interpretação retroativa; trataremos Esclarecimento como sinônimo de Iluminismo, o que não prejudica o argumento já que esse movimento filosófico também defendeu a racionalização, a crença na ciência, na emancipação humana e no progresso que contribuíram para uma visão desencantada do mundo.

sociedade. Desse modo, cultura está associada à dimensão espiritual; e civilização está circunscrito ao mundo material (ORTIZ, 1985).

Considerado isso, o objetivo central da obra de Adorno e Horkheimer é a crítica ao formalismo da Razão, na sua forma desenvolvida por Kant, e à racionalidade derivada desse formalismo, que provoca a uniformização das consciências e a indiferença perante qualquer objeto. O objeto a ser dominado pela Razão, para os filósofos, se identifica com a Natureza, que se divide em interna e externa: externa é a Natureza da “vida animal e vegetativa”, é a vida no estado natural, matematizada e descrita por símbolos figurativos, que propiciava a existência de mitos; interna é a natureza do ego dos indivíduos formado na e para a sociedade de massas.

Para o esclarecimento, o elemento básico do mito é o “antropomorfismo, a projeção do subjetivo na natureza” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 22). À medida que avança o esclarecimento e o conhecimento de tudo, o conhecimento mítico tenderia a reduzir-se, porém, a sociedade que realiza esse avanço vê-se afundando em um novo tipo de mito, dado o predomínio cada vez maior da Razão formal, que busca permanentemente sua autoconservação, e da reificação dos homens, impotentes em frente a uma expansão da mercantilização que os faz se apegar ainda mais a uma cosmovisão de sociedade, submetendo-se aos imperativos da Razão, no sentido de Kant.

O esclarecimento “[...] exprime o movimento real da sociedade burguesa como um todo sob o aspecto da encarnação de sua Ideia em pessoas e instituições” (ADORNO, 1985, p. 14) e busca “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” por meio de seu programa de desencantamento do mundo, fazendo progredir o pensamento, libertando os homens do medo e investindo-os na posição de senhores.

Na crítica da transformação do mito em esclarecimento e do esclarecimento em mito, os autores buscam “um conceito positivo de esclarecimento”, que se concentre em si, afaste o pragmatismo excessivo e renove a cultura teórica que estimula o pensamento a se pensar.

Na transição entre mito e Razão e na transformação desta naquele, Adorno e Horkheimer observam que todas as figuras míticas podem reduzir-se ao sujeito, em cuja consciência se projeta a supremacia da Natureza, o inanimado. O mito, cuja função é relatar, denominar,

dizer a origem e expor, fixar, explicar, (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 23) contribuiu para a eliminação do “pavor primordial” dos seres humanos, que são “claramente inferiores aos fenômenos da natureza” (DUARTE, 2007, p. 42), por meio da explicação.

Com o avanço da sociedade burguesa e com o avanço tecnológico sintetizados na ideologia do progresso e da civilização, cujo fulcro era a Razão, tornada instrumental, ela, a Razão, deve se distanciar de qualquer sentido concreto. O homem não se deve deixar levar por seus desejos e inclinações, mas buscar sempre a “lei moral”, ou seja, os princípios formais, lógicos, abstratos e gerais para alcançar a virtude e a liberdade interior. É a máxima de Kant que é seguida, “[...] age de tal maneira que a máxima a que obedece a tua vontade possa ser transformada em qualquer momento em princípio de uma legislação geral”. Princípio, por isso, totalizador, já que não permite qualquer outro tipo de racionalidade diferente do proporcionado pela matemática, pelo cálculo tratando-os como falsos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 23). A Razão, nesse avanço pelo esclarecimento total, recai num “automatismo de autoconservação”, num uso da razão que privilegia a operação mental em detrimento de qualquer aspecto material, que causa “[...] um aprofundamento da reificação até atingir o pensamento, a ponto de ele não poder mais ser distinguido de um processo maquinal” (DUARTE, 2009, p. 23).

O arauto da racionalidade científica moderna é Francis Bacon, de acordo com os autores de *Dialética do esclarecimento*, que buscava desbancar o “apriorismo nas concepções de conhecimento dominantes na Europa no início do século 17” e substituí-los pelo método, por uma maior produtividade do trabalho e pelo conhecimento científico que, devido às suas características de disciplina e poder, objetivos de Bacon, já se encontravam no mito e na magia, cujo processo de domínio, que na magia se aplica às forças naturais de base mítica transfere-se para o mero fazer, para o meio, em suma, para a indústria (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). Ambos, ciência e mito, impulsionados pelo pavor diante da morte e da destruição, colocam em movimento um processo de autoconservação da espécie.

Durante o trajeto do mito – que identifica o inanimado ao animado –, e do esclarecimento – que identifica o animado no inanimado –, há a passagem permanente da alma para a coisa e da coisa para a alma. No mito, identificam-se as forças naturais com um poder vital; e no esclarecimento, a alma dos indivíduos, devido ao fetichismo, fenômeno que designa a

transferência de poder do indivíduo para a coisa desejada resultando na dominação desta sobre ele, que é tornado coisa como qualquer outra.

O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas. O aparelho econômico, antes mesmo do planejamento total, já provê espontaneamente as mercadorias dos valores que decidem sobre o comportamento dos homens. A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas as suas qualidades econômicas salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos. As inúmeras agências da produção em massa e da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes, racionais. [...] A figura demoniacamente distorcida, que as coisas e os homens assumiram sob a luz do conhecimento isento de preconceitos, remete de volta à dominação, ao princípio que já operava a especificação do mana nos espíritos e divindades e fascinava o olhar nas fantasmagorias dos feiticeiros e curandeiros (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 40).

O avanço da sociedade das mercadorias, que garante a resolução dos problemas materiais e a regressão das questões sociais e que deixa os indivíduos impotentes em frente a um poderio econômico gigantesco e alienante faz com que estes, os sujeitos, vejam no progresso tecnológico burguês, responsável pelo avanço material e retrocesso social, um verdadeiro poder animado, que os submete, comparável aos espíritos e às divindades mitológicas.

Com o objetivo de demonstrar como a razão, a “apoteose do progresso”, opera no que Kant denominou de esquematismo do entendimento, ou seja, o funcionamento inconsciente do mecanismo intelectual, e que esse esquematismo que harmoniza o universal e o particular já o faz subsumido a ciência, esta como portadora do interesse da sociedade industrial (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 83), Adorno e Horkheimer retomam a ideia de esclarecimento em Kant. Afirmam que a razão, para Kant, tem por objeto “o entendimento e sua aplicação funcional” e, como objetivo, tem a unidade coletiva de diversos conhecimentos isolados, denominado de sistema.

A racionalidade consiste em conectar esse sistema a partir dum princípio. O pensamento, nesse sentido, opera para produzir uma ordem científica unitária, derivando o conhecimento factual de princípios. Ou seja, a unidade reside na concordância; e o conhecimento é subsumido a princípios. A razão deve estabelecer a ligação entre o universal e o particular, os princípios e os fatos concretos, e o que garante a homogeneidade desse sistema, dando possibilidades de a razão operar, é o mecanismo intelectual que estrutura a percepção em correspondência com o entendimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 82). “O entendimento imprime na coisa, como qualidade objetiva, a inteligibilidade que o juízo

subjetivo nela encontra, antes mesmo que ela penetre no ego”, considerado por Kant, como o ponto em que se deve ligar a lógica inteira, “a unidade sintética da apercepção”, na verdade produto e condição da existência material, já que, como afirmam os autores de *Dialética do esclarecimento*, “os sentidos já estão condicionados pelo aparelho conceitual antes que a percepção ocorra, o cidadão vê a priori o mundo como a matéria com a qual ele, o cidadão, o produz para si próprio” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 83).

Portanto, como a linguagem, como meio de dominação, e a cultura fetichizada da sociedade industrial subsumindo as culturas particulares criadas por sociedades específicas, o “sujeito psicológico”, o inconsciente do indivíduo, é produzido em correspondência com a sociedade das mercadorias e da indústria cultural. Isso faz com que a razão, que opera no âmbito consciente, já esteja emaranhada no universo do trabalho e da linguagem criadas por aquela sociedade, fazendo as relações entre determinantes gerais e particulares a partir desse condicionamento.

A razão formalista, desse modo, não se submetendo a realidade particular alguma, adequando-se a qualquer uma e sendo um instrumento burguês para a consecução de seus fins, portanto, faz com que a apatia, a calma e a determinação, a dominação e a opressão juntamente com a “liberdade de remorsos”, a falta de bondade e beneficência, a falta de escrúpulos, a crueldade, as injustiças e a violência sejam suas qualidades maiores. Como só importam os fins para a sociedade burguesa, “a bondade e a beneficência tornam-se pecado, a dominação e a opressão virtude” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99).

Comentando a personagem de Juliette, de Sade, cujo “credo é a ciência”, os autores afirmam que ela executa a ideia kantiana de submeter todos os poderes ao seu próprio poder da razão. Adorno e Horkheimer (1985, p. 92) afirmam que Juliette encarna “[...] o gosto intelectual pela regressão [...], o prazer de derrotar a civilização com suas próprias armas. Ela ama o sistema e a coerência, e maneja excelentemente o órgão do pensamento racional”. Comentando Nietzsche, que junto de Sade são os “escritores sombrios”, por se terem afastado dos apologetas da sociedade burguesa, que os perseguem, por terem tomado a ciência ao pé da letra e “proferir brutalmente a verdade chocante” (ADORNO, 1985, p. 111), Adorno e Horkheimer destacam que “[...] os culpados, eis aí a doutrina de Nietzsche, são os fracos, eles iludem com sua astúcia a lei natural”, sendo que tal lei é a da dominação burguesa, tornada natural, devido aos fatos de a dominação ser um imperativo cego da segunda natureza dos

sujeitos (TRENKLE, 2002) e de estar associada, numa sociedade burguesa, com aqueles que desenvolvem seus valores, predominantemente os burgueses. Os fracos se fazendo fortes “constrangem a natureza”, já que não lhes foi dado à força. Em convergência com Nietzsche, nossos autores comentam Sade:

Mas o que, verdadeiramente, está nas leis dessa mãe sábia é a lesão do fraco pelo forte, já que para chegar a esse procedimento ele não faz senão usar os dons que recebeu. Ele não precisa se revestir, como o fraco, de um caráter diferente do seu: ele só coloca em ação os efeitos do caráter que recebeu da natureza. Por isso, tudo o que daí resulta é natural: sua opressão, suas violências, suas crueldades e suas tiranias suas injustiças (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 96).

Assim, encontra-se o princípio kantiano, segundo o qual se deve “[...] fazer tudo com base na máxima de sua vontade enquanto tal, de tal modo que essa vontade possa ao mesmo tempo ser uma vontade legisladora universal”, com o super-homem de Nietzsche (ADORNO E HORKHEIMER 1985, p. 108), e o sadismo e a liberação do homem burguês de toda tutela de Donatien Alphonse François de Sade, nesse colosso inconsciente que é o capitalismo sem sujeito. Esse encontro faz com que, do ponto de vista da Razão formal, órgão do cálculo que instala a ordem totalitária, seja indiferente ao tratar de organizar uma fábrica, andar de bicicleta ou de torturar e massacrar sistematicamente seres humanos considerados como mercadorias concorrentes (TRENKLE, 2002).

Toda a História da humanidade é interpretada como progressiva sujeição da Natureza exterior e, sobretudo interior, um processo a partir do qual resulta o crescente e cada vez mais premente domínio do homem sobre o homem que, pelo avanço do progresso bem-sucedido, que tenta extirpar inteiramente a odiosa e irresistível tentação de recair na natureza, engendra a regressão e a reificação geral. Esse é o estado de barbárie que nasce da civilização e do progresso, que não admite exceções, duma dominação que aliena e indiferencia os indivíduos.

A Razão formalista e o progresso derivado da expansão dos meios tecnológicos constituíram a indústria cultural. Essa indústria fez com que a “[...] cultura deixasse de ser uma decorrência espontânea da sociedade humana” (DUARTE, 2007, p. 9) e os meios tecnológicos tornaram-se catalisadores de nossa afetividade e de nosso posicionamento em frente ao mundo. Discutir a indústria cultural, portanto, é necessário. Fá-lo-emos brevemente, dividindo o texto em sete partes, como o fez Duarte (2007), e retomando o conjunto no final.

A primeira parte trata da produção de mercadorias culturais. Tal produção deriva da necessidade social desses produtos, necessidade esta que decorre duma esfera espiritual condizente com a autocompreensão intuitiva dos indivíduos; é produzida pela indústria e pelo sistema de exploração que abriga; esse sistema prepara os sujeitos para o consumo de seus produtos.

A segunda parte, o “hobbysta”, nas garras do “estilo” da indústria cultural, trata do esquematismo de Kant, já discutido anteriormente, que faz com que, na produção em massa o sujeito entre em relação com objetos industrialmente produzidos e com finalidade de lucro, que lhe retira a capacidade de interpretar os dados fornecidos pelos sentidos, já que o inconsciente do sujeito já foi preparado para receber os estímulos da indústria cultural e, portanto, ele os reconhece quando da oferta do produto, e sente-se bem transferindo psicologicamente a autoridade ao objeto.

Na terceira parte, Rodrigo Duarte expõe as origens históricas do liberalismo, da cultura como adestramento e da diversão como disciplina, já que a indústria cultural surge durante o capitalismo monopolista, mas mostra-se como um enclave oriundo do capitalismo comercial, devido à permanência da existência do mecanismo de oferta e demanda continuar atuante na superestrutura, apesar da monopolização da esfera da produção. Quanto ao adestramento e à disciplina na cultura e na diversão, com o objetivo de gerar adaptação ao processo produtivo, as mercadorias culturais possuem características infinitamente repetitivas, produtos do prolongamento, durante o ócio, dos mesmos procedimentos das fábricas e escritórios, fazendo com que a percepção ocorra por meio do hábito, não da reflexão, constituindo-se uma tarefa disciplinadora para o trabalho.

A “atualidade da confiscação”, que é a quarta parte, trata do ser genérico que degrada os sujeitos pelo mero pertencimento ao gênero e que pode ser escolhido casualmente, para o escolhido, por exemplo, em algum jogo, mas nunca é casual para os detentores do poder, tornando-se um planejamento do acaso.

Esse procedimento se associa à quinta parte, a do “provimento autoritário e liquidação do trágico”, que afirma que a ambientação social proporcionada pela indústria cultural é totalitária, não por não admitir espaços para a liberdade individual, mas por fazer com que os bens sucedidos sejam aqueles que melhor se identifiquem com seus fundamentos.

Na sexta parte, do “indivíduo confiscado, propaganda”, o autor constrói seu argumento a partir da ideia de pseudoindividualidade. Na sociedade da indústria cultural, as pessoas pensam serem indivíduos de fato, mas não são imunes e resistentes à manipulação do sistema econômico e político, sendo, por isso, pseudo-indivíduos. Essa ideia é o correlato subjetivo da padronização que se assenta na difusão e na repetição constante das mercadorias culturais. Essas mercadorias encontram a percepção desse pseudoindivíduo firmado na desconcentração que elas operam, fazendo o indivíduo esquecer e, subitamente, reconhecer o produto cultural. Tal ideia é utilizada para demonstrar o fato de que os indivíduos já não têm mais poder sobre suas vidas particulares, o que faz surgir a ideologia da privacidade para encobrir aquele fato.

A sétima parte, por fim, em “a cultura como reclame”, é demonstrado o caráter publicitário da cultura no capitalismo tardio e a forte associação da publicidade com o produto propriamente dito.

Desse modo bastante sintético, vimos que a indústria cultural cria os demandantes para seus produtos por meio da interferência no funcionamento inconsciente do mecanismo intelectual, padronizando e reificando os sujeitos que, automatizados, seguem o “estilo” da indústria cultural que se estende do trabalho ao lazer, da produção ao consumo de propaganda e de bens culturais elaborados com a mesma finalidade, a venda no mercado de massas, dando uma sensação de diferença individual, que esconde a mais profunda homogeneização, visto que a indústria já predispôs o consumidor a seus produtos. Por isso essa indústria cultural é totalitária e provoca nos indivíduos o represamento duma fúria, duma violência inaudita, uma vez que o indivíduo nessa situação de indiferença se torna nada, mas almeja ser alguém: “Para ser transformada num inseto, uma pessoa precisa daquela energia que poderia eventualmente promover sua transformação numa pessoa” (ADORNO apud DUARTE, 2007, p. 38).

A Razão formalista e seu produto, o progresso burguês, e a Indústria Cultural, que “estende o fetichismo da mercadoria para o domínio da produção da cultura e dissemina padrões hegemônicos para indivíduos cujas identidades subjetivas foram pressupostas na produção” (HAMBURGUER, 2002, p. 54-5), padronizam os sujeitos e eliminam as diferenças, uniformizando a vida segundo os padrões da racionalidade técnica.

2 O DESCENTRAMENTO EM ROBERTO SCHWARZ

Neste capítulo, discutiremos o que Roberto Schwarz denominou de descentramento ou deslocamento das ideias no Brasil. A divisão entre descentramento interno e externo é necessária, para enfatizar que esse fenômeno que acontece no nível das ideias, particularmente na ideia de desenvolvimento, cara aos intelectuais brasileiros e objeto deste estudo, tem reflexos nas interações sociais deste país. Tais interações, por sua vez, reforçam o fenômeno em apreço. No processo de desenvolvimento do país, aplicamos as ideias estrangeiras. Com isso, criamos todo um conjunto de aspectos jurídicos, políticos, econômicos e culturais cuja presença permanente, tanto das ideias quanto das instituições inspiradas por elas, provocam um descentramento nas ideias no Brasil, que contribui para repor, no nível das relações sociais, aspectos considerados arcaicos.

A inserção internacional do Brasil, acontecendo também no nível da cultura, recepcionando, assimilando ou rejeitando ideias estrangeiras, conforma interações sociais complexas e bastante receptivas ao “influxo externo” de ideias e pessoas, influxo cuja importância é grande, já que, se não for visto com “primarismo”, podemos concluir que “nem tudo que é nacional é bom, nem tudo que é estrangeiro é ruim; o que é estrangeiro pode servir de revelador do nacional e o nacional pode servir de cobertura às piores dependências” (SCHWARZ, 2008, p. 136).

Em um debate feito entre Roberto Schwarz e Maria Silvy de Carvalho Franco, esta afirma que as ideias “[...] não viajam [sic] a não ser na cabeça de quem acredita no difusionismo” (FRANCO, 1976, p. 61); e aquele responde dizendo que, de fato, as ideologias são produzidas socialmente, “[...] o que não as impede de viajar [sic] e de serem encampadas em contextos que têm muito ou pouco a ver com a sua matriz original” (SCHWARZ, 1978, p. 116). Schwarz (2008, p. 136) complementa, dizendo que, para a literatura e no século XIX, as ideias vinham da Europa de barco, de quinze em quinze dias em forma de livros, revistas, jornais (SCHWARZ, 2008, p. 137). Posteriormente, Franco afirma que “[...] as ideias circulam mesmo, e vivem desse trânsito [...]” (FRANCO, 1980, p. 169). Ou seja, há uma relativa autonomia da cultura em relação à infraestrutura econômica da sociedade, fazendo com que as ideias não se refiram estritamente aos processos políticos nacionais. De acordo com Roberto Schwarz,

nenhum de nós universitários, por exemplo, se liga somente ao seu país ou à sua região. Conforme o caso, nosso trabalho faz com que tenhamos um pé num departamento de letras da Unesp, outro num arquivo em Lisboa e outro na biblioteca

da Universidade de Indiana. É comum o processo cultural se configurar assim, mesmo que essa combinação não corresponda a nenhum processo político (SCHWARZ, 1999, p. 22).

O crítico demonstra, com tais afirmações, que possui um conceito “materialista e não tradicionalista de tradição”. Ele entende que a tradição, como um conjunto de costumes, dinâmicos e móveis ligado às esferas mais importantes da vida humana, como o parentesco, a religião, a comunidade organizada, que possui considerável profundidade no passado e uma aura de sagrado, não deve ser tratado como objeto de veneração com a respectiva manutenção da fidelidade ao antigo e consagrado.

O conceito materialista estaria mais ligado às práticas sociais que, sendo constitutivas de determinada cultura que assimila aspectos globais aos locais, são mediadas por esses aspectos locais (OUTWAITE, 1996, p. 778).³⁵ De acordo com Schwarz, Candido também possui esse conceito materialista de tradição, discutido por Sedi Hirano (1992), que afirma que a tradição, para o crítico, forma-se no processo histórico, é um “fazer-se”. Hirano chega a essa conclusão, analisando o estudo de Candido sobre o cururu em que observa que aspectos tradicionais como a rusticidade, o cunho coletivo da invenção, a obediência a normas religiosas, o predomínio das emoções e sentimentos e os aspectos modernos como o individualismo, a secularização, o cálculo, a industrialização, a urbanização, a burguesia, a racionalidade, o progresso e o planejamento formam uma cultura-síntese, que promove uma reinterpretação e reconstrução de práticas sociais que não excluem totalmente a passada, nem absorvem completamente a futura. Dessa forma, “tradição que significa transmissão”, proporciona a “[...] formação, produto de uma prática em seu fazer-se histórico” (HIRANO, 1992, p. 91).

Com a sensação duma contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos são referência, Schwarz dá o exemplo de que a aplicação dos Direitos Humanos no Brasil, que “beneficiava” presos, foi conturbada devido à ausência de tais benefícios para a população livre (SCHWARZ, 1987, p. 30). Num país em que as elites tiram

³⁵ Schwarz não conceitua esses termos, mas os mostra em situações: “Da ótica de um tradicionalista, a guitarra elétrica no país do samba é outro [exemplo de inadequação]” (SCHWARZ, 1987, p. 29). Comentando o conceito também materialista de tradição, Schwarz (1999, p. 19) afirma que a ideia de Antonio Candido de formação apreendia “um dinamismo decisivo, a saber, a gravitação cultural da independência, no interior da qual Arcadismo e Romantismo – estilos tão opostos – puderam ter uma inesperada funcionalidade comum. [...] Assim, alguns apontam o déficit em entusiasmo brasileiro da parte de Antonio Candido (!), que não incluiu na sua formação – por não fazerem parte dele – grandes figuras como Gregório de Matos e o padre Vieira, ao passo que outros críticos, ou os mesmos em momentos diversos, o acusam de bitolamento nacionalista por historiar uma aspiração nacional”.

proveito da ausência de direitos expandidos a todos os cidadãos, o moderno código de Direitos Humanos é aplicado aos presos pela mesma elite ciosa por participar da civilização moderna.

O desencontro, portanto, é objetivo, e não se elimina com um ato de vontade. Não se trata também apenas do mundo das ideias, já que, circulando mundialmente, elas criam instituições, práticas, arquitetura, literatura sempre adaptadas ao nosso contexto que, no Brasil, fazem conviver harmoniosamente passado e futuro, moderno e arcaico, Direitos Humanos e ausência de direitos.

Roberto Schwarz afirma que na obra *Ao vencedor as batatas*, analisada em seguida, o capítulo primeiro, “As ideias fora do lugar”, de natureza teórica e metodológica, foi pensado conjuntamente com o restante do livro, mais voltado à crítica literária. O argumento geral, de gravitação das ideias europeias, foi observado por ele na história do romance que retoma o esquema de “As ideias fora do lugar”.

Em suma, o meu ponto de partida foi este: uma análise da escrita, do estilo da segunda fase de Machado, mais uma tentativa de localizar os seus elementos no Brasil do tempo. Ao historicizar esses elementos para romper a carapaça localista, acabei dando com as ‘Ideias fora do lugar’, que nasceram do esforço de uma explicação estética. O ponto de partida da reflexão social no caso foi estético. Este ensaio teve um destino próprio, mais na área de Ciências Sociais, com um percurso diferente do resto do livro, que funcionou na área de Letras. Os ensaios foram lidos separadamente. Mas eles foram concebidos de maneira bem... [casada] (SCHWARZ, 2008).

Um forte traço da tradição intelectual uspiana é a referência à totalidade, entendida aqui como o inter-relacionamento entre política, sociologia e cultura e entre os projetos intelectuais e a vida pública (BASTOS, 2002), cuja análise é fundamental para se chegar ao conhecimento da realidade brasileira. Por isso, serão analisadas aqui as relações entre classes, estudadas por Schwarz na obra de Machado, com foco no aspecto social tornado interno à obra, a volubilidade; posteriormente, estudaremos a interpretação dada pelo crítico ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

2.1. O DESCENTRAMENTO INTERNO: AS RELAÇÕES SOCIAIS

Estudaremos aqui o que denominei de descentramento interno, ou seja, o modo como se dão as relações sociais no país quando seus pressupostos sociais, ou seja, as características culturais engendradas historicamente no Brasil acomodam as ideias europeias, nossas referências. Como e com que finalidade tratamos essas ideias? Buscamos nos comparar a elas em todos os casos ou em alguns buscamos nos afastar? Ou, ainda, tê-las próximas de nós para uma possível utilização súbita ou tê-las próximas, justamente, para mantê-las distante?

Neste item, utilizaremos as interpretações que Schwarz fez acerca de Machado de Assis, ou seja, analisaremos a síntese profunda do movimento histórico constatado no “Machado de Schwarz” (SCHWARZ, 1979), diretamente nas obras *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, obras ligadas ao mundo urbano, diferente da comunidade analisada por Maria Sylvia. Schwarz constata o princípio formal das obras de Machado, a volubilidade, dado social que se transformou em estrutura literária, nas relações sociais entre classes. É essa mobilidade arbitrária das ideias entre o que é moderno e “arcaico” que será analisada aqui.

Em *Ao vencedor as batatas*, Schwarz analisou, no primeiro capítulo, como as ideias europeias se aculturaram ao Brasil no período da Independência, um pouco antes e um pouco depois, demonstrando como essa aculturação, que fez com que as ideias ficassem “fora do lugar”, tornou-se central nas relações sociais e na circulação das ideias no país, constituindo-se num texto teórico-metodológico. Seu segundo capítulo tratou do estudo da importação do romance no Brasil e suas contradições em José de Alencar, observando que existiu romance no país antes de existirem romancistas brasileiros, ou seja, Alencar utilizou no Brasil, de forma alterada, os pressupostos do romance estrangeiro. No terceiro capítulo, Schwarz analisou o paternalismo e sua racionalização nos primeiros romances de Machado de Assis, *A mão e a luva*, *Iaiá Garcia* e *Helena*, que mostram o ponto de vista “dos de baixo”, dos dominados, a visão desses acerca dos dominantes. Em *Um mestre na periferia do capitalismo*, Schwarz lê um Machado que inverte o olhar, passando a analisar “os de cima”, os dominantes e sua visão dos dominados. Mostrando como Alencar tratou as ideias estrangeiras e como Machado demonstrou a aculturação delas aos aspectos sociais brasileiros, conforme Schwarz, e a permanência da tentativa de civilizar o paternalismo, o crítico retoma o esquema de “As ideias fora do lugar”.

A proposta metodológica de Schwarz tem ampla aplicação, não se referindo apenas à macrointerpretação de fenômenos sociais, mas abordando também as relações intersubjetivas. Nas obras de Machado, o foco dado aos agregados e suas relações tão próximas aos senhores colocaram aqueles numa situação ambígua, frágil, já que tinham reconhecidos seus predicados humanos, mas, ao mesmo tempo, eram socialmente desclassificados. A relação dos proprietários com as doutrinas estrangeiras eram utilizadas como forma de dominação e inferiorização do agregado, o que contribuía para o estabelecimento de interações ambíguas e fortemente hierárquicas entre proprietários e agregados.

A existência humana do agregado é vista por ele próprio como baseada na reciprocidade com o senhor, o que estimulava a manutenção da “desfaçatez de classe” deste para com o agregado, que o reconhece como humano na medida em que atenda a seus interesses econômicos, interesses que, quando se impõem, exigem rompimento das relações pessoais com o agregado. Assim, Machado resgata no agregado seu ser social e moral, garantindo-lhe o direito ao cálculo e a perfídia que assegurassem uma sobrevivência minimamente autônoma, humanizando-o por meio da relativização, por isso, autonomia que se aprofundava em dependência (ASSIS, 2007).

Em “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, segundo capítulo de *Ao vencedor as batatas*, Schwarz aborda os desacertos estruturais do escritor realista, mostrando que eles refletiam as circunstâncias peculiares do liberalismo numa sociedade escravocrata e clientelista como a brasileira (SCHWARZ, 1999, p. 221). O crítico retoma o esquema de “As ideias fora do lugar” na análise de Alencar, ou seja, nesse romancista temos uma forma literária europeia, trazida para o Brasil e impregnada pelas condições históricas e sociais deste país, escravismo e clientelismo, o que faz com que haja uma série de desencontros, inconsistências e contradições que, porém, por isso mesmo, mostram muito sobre as características brasileiras.

Schwarz analisa por que José de Alencar cria problemas com a importação da forma literária europeia e sua aplicação local e como o primeiro Machado, de *Ao vencedor as batatas*, interpreta essas aplicações e os imbrólios que causam. Posteriormente, o segundo Machado, o de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, oferece uma solução para esse conjunto de problemas derivado duma acumulação literária (SCHWARZ, 2008).

Com a importação da forma literária e sua mistura com conteúdos e assuntos de natureza local, e devido ao seu grande senso da realidade concreta, Alencar via julgarem suas obras como descalibradas. Apesar disso, levou a sério as ideias estrangeiras que flutuavam entre nós, o que se refletiu, de acordo com Schwarz, na obra *Senhora* em que se observam duas “dicções”: a europeia e a local. Aquela prevalece sobre esta. Às ideias europeias, Alencar buscava dar força e energia em desacordo com o que a vida brasileira conferia e em dissonância com os personagens locais.

Nessa obra, “um dos livros mais cuidados de Alencar”, Schwarz observa personagens que são centrais e outros, secundários. Destaca-se como central, a personagem Aurélia, moça pobre e inteligente que herda e, depois disso, “compra o marido de seu coração” que, antes de a personagem ter ficado rica, a havia deixado. Trata-se da operação dos princípios da vida moderna, a engrenagem do dinheiro e do interesse ‘racional’, consequências da perspectiva do individualismo burguês, da generalizada precedência do valor-de-troca sobre o valor-de-uso – também chamado de alienação, ou seja, da racionalidade burguesa e da generalização da troca mercantil (SCHWARZ, 2000a, p. 54).

Já os personagens secundários, mais preocupados em “arranjar a sobrevivência” (SCHWARZ, 2000a, p. 54), sem os quais as características locais não se destacariam e “desapareceria a dissonância” restando apenas “um romance francês” (SCHWARZ, 2000a, p. 50) não foram inseridos como elemento interno ativo da obra de Alencar que, apesar disso, a simples existência de seu mundo já desloca o perfil e o peso do andamento do primeiro plano dos personagens principais.

O mundo dos personagens secundários, ao contrário do de Aurélia que esquematicamente estamos expondo aqui como sendo o mundo da ideologia de primeiro grau em que vigoram a “igualdade, a república, a força redentora de ciência e arte, o amor romântico, mérito e carreira pessoal, ideias, enfim, que na Europa oitocentista sustentam sem despropósito o valor da existência” (SCHWARZ, 2000a, p. 53), é o universo onde tais “absolutos” dados pela ideologia burguesa estão relativizados. Trata-se de “ideologia de segundo grau”, cuja tensão se esvai, perdendo a força normativa e a “linha entre o aceitável e o inaceitável”, em que as soluções passam a ser balizadas pela “conveniência”, conformando-se “à relação de forças do momento”.

Essa falta de absolutismo nas normas burguesas, produto da predominância ideológica do favor, deriva do arbítrio característico das relações sociais de “tom mais desafogado”, cuja maneira narrativa que “relativiza os Absolutos (Arte, Moral Ciência, Amor, Propriedade) encanta os modernos” (SCHWARZ, 2000a, p. 59).

José de Alencar não percebe a contradição na coexistência entre ordem liberal e cultura do favor, pelo contrário, sendo “admirador e amigo” do favor e sendo também produto duma realidade social em que convivem aqueles dois princípios, o deslocamento causado pelo paternalismo ao liberalismo lhe é natural.

Alencar não insiste na contradição entre forma europeia e sociabilidade local, mas insiste em pô-las em presença, no que é membro de sua classe, que apreciava o progresso e as atualidades culturais, a que tinha direito, e apreciava as relações tradicionais, que lhe validavam a eminência. Não se trata de indecisão, mas de adesão simultânea a termos inteiramente homogêneos, incompatíveis quanto aos princípios – e harmonizados na prática de nosso ‘paternalismo esclarecido’ (SCHWARZ, 2000a, p. 71).

Nas obras de Alencar, portanto, predomina sua visão de classe, que desde sempre buscou conciliar clientelismo e ideologia liberal (SCHWARZ, 2000a, p. 71) e via, no desacerto entre molde europeu e conteúdo local, que Schwarz denominou como problema de composição, um “acerto da imitação”, em que a inautenticidade inescapável de nossa literatura é capitalizada como vantagem. Assim, semelhante à europeia, mas inautêntica por não a ser, nossa literatura passa a constituir um “acerto imitativo”, por isso uma vantagem.

Dessa forma, conciliando liberalismo e clientelismo, mas desconhecendo sua problemática, Alencar “naufrega no conformismo do senso comum”, fazendo com que tal contradição não seja levada adiante por causa do senso da realidade. Não podendo levar ao extremo o clientelismo, que prejudicaria a ideia moderna que pretendia transmitir, apesar de necessário para manter a dominação de classe, não poderia levar às últimas consequências também o liberalismo, necessário como ornamento, mas não muito, devido ao risco de concretização de seu mandamento, o que igualaria, de fato, sujeitos de classes diferentes.

É como se houvesse um paradoxo em que se fosse executado o liberalismo na sua completude, a dominação de classe, fundada, também, no clientelismo e na dependência se enfraqueceria; e se fosse aprofundado o clientelismo, nosso liberalismo ornamental, que por

isso mesmo serve também como dominação e manutenção de hierarquia social por aqui, dado o efeito ofuscante das teorias e costumes europeus, perderia sua capacidade de convencer.

Roberto Schwarz afirma que “[...] repetindo ideologias, que são elas mesmas repetições de aparências, a literatura é ideologia ela também [...]”. Para verificar a impropriedade que a ideologia europeia tem no Brasil, deve-se incluir, “[...] no próprio plano dos conteúdos, a falência da forma europeia, sem a qual não estamos completos”. Ou seja, antes da forma, foi preciso enriquecer o conteúdo com a degradação do universo formal (SCHWARZ, 2000a, p. 74), passo que Machado de Assis dará, no sentido de analisar a estreiteza apologética da sociedade burguesa, insistindo na santidade das famílias e na dignidade da pessoa, caminho diferente do de Alencar que se concentrou na coisificação burguesa das relações sociais e na utilização instrumental de indivíduos.

Na análise de *Senhora*, Schwarz, como foi visto, mirou a mesma população de Antonio Candido, em *Dialética da malandragem*, e de Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, população que comporá o mesmo conjunto de homens – agregados, camaradas etc. – que Machado de Assis focalizará diferentemente da teoria de Hegel, que se concentra nas figuras polares que proporcionam o processo dialético: o senhor e o escravo³⁶.

O percurso de Machado até sua grande fase³⁷, a segunda, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de agora em diante *MPBC*, começa pela adoção das ideias liberais e da retórica do progresso e da igualdade, passando por sua desilusão e entrando numa fase antiliberal que, porém, resultava numa “literatura ruim”, já que privilegiava o atraso histórico do Brasil, em que a “[...] exclusão da referência liberal evitava o descentramento das ideologias, de que tanto falamos, mas ao preço de cortar as ligações com o mundo contemporâneo” (SCHWARZ,

³⁶ “Hegel reivindica o conceito de contradição, não como sintoma de falsidade, mas como motor do movimento do real. O exemplo da dialética do senhor e do escravo é utilizado como a forma mais clara da relação de interdependência das determinações aparentemente opostas, mas que estão incluídas uma na outra” (MARTORANO, 2007, p. 11). “[A lei dos contrários] é o que fundamenta a contradição dialética, que considera a oposição de elementos contrários presentes em interação em uma mesma situação ou realidade. [...] Estes opostos estão em constante luta: quando um se manifesta, o outro se aniquila. [...] Com a sociedade não se dá de modo diferente, pois a história do desenvolvimento humano é uma interação de opostos que se encontram em luta, determinando-se reciprocamente: senhor-escravo, suserano-vassalo, patrão-empregado” (KELLER, 2005, p. 170).

³⁷ Na década de 1870, Machado publicou os romances “*Ressurreição*” em 1872, “*A Mão e a Luva*” em 1874, “*Helena*” em 1876 e “*Iaiá Garcia*” em 1878. Essas obras ainda estão ligadas à literatura romântica e formam a chamada primeira fase de Machado de Assis. Na década de 1880, a obra de Machado de Assis sofreu uma verdadeira revolução, em termos de estilo e de conteúdo, inaugurando o Realismo na literatura brasileira. Os romances “*Memórias póstumas de Brás Cubas*” (1881); “*Quincas Borba*” (1891); “*Dom Casmurro*” (1899) e os contos “*Papéis avulsos*” (1882); “*Histórias sem data*” (1884), “*Várias histórias*” (1896) e “*Páginas recolhidas*” (1899), entre outros, revelam o autor em sua plenitude e marcam sua segunda fase.

2000a, p. 86), cujas misérias modernas, produzidas pelo Capital, constituíam-se em “assunto baixo” em oposição aos “assuntos decorosos”, o paternalismo e seu conservadorismo. Assim, a recusa daquele assunto levava à busca destes. Porém, devido a sua inteligência e intuição, Machado entra numa “desilusão da desilusão” e retorna, à sua maneira, em sua grande fase, ao ideal “liberal e moderno, das doutrinas sociais, científicas, da vida política, da nova civilização material.” (SCHWARZ, 2000a, p. 88).

José de Alencar, em suas obras, destacou a perspectiva individualista e o cálculo instrumental ligado ao dinheiro e à competição. Machado, em sua grande fase, considera essa perspectiva, porém o “impulso analítico” e a “inspiração” são a família; esta produz uma “ideologia familista” (SCHWARZ, 2000a, p. 94), impedindo que os efeitos do dinheiro e da competição se universalizem.

A diferença ressalta bem na maneira de encarar a ascensão social: num caso aponta-se para o preço desta, ainda quando é bem-sucedida, pois o carreirista transforma a si e aos outros em degrau; no outro, estudam-se as condições em que ela, em si mesma desejável, se completa com dignidade, para bem do próprio carreirista, mas também das boas famílias, que se beneficiam de seu talento, e finalmente de nossa sociedade brasileira, que precisa aparar suas irregularidades e aproveitar o elemento humano de que dispõe. Em lugar da oposição absoluta entre indivíduo e sociedade, da instrumentalização geral e do correspondente radicalismo crítico, estão a comunidade de costumes, de interesses e crenças, o desejo de melhorar e o arranjo. Favor, cooptação, sutilezas da conformidade e da obediência substituem, no miolo do romance, o antagonismo próprio à ideologia liberal. São cálculos de um outro gênero, branqueados, para seu grande prejuízo artístico, pelo zelo do narrador (SCHWARZ, 2000a, p. 93-4).

Nos três romances de Machado destacados aqui, o que se analisa é a desigualdade social, ou seja, a relação entre as pessoas que “nascem abaixo de seu merecimento” e as famílias abastadas que devem elevar aquelas, reparando o equívoco da natureza (SCHWARZ, 2000a, p. 88). Em *A mão e a luva*, Schwarz destaca o papel de Guiomar, afilhada que busca “substituir-se junto à madrinha a filha que esta perdeu” (SCHWARZ, 2000a, p. 96). A herança da madrinha é desejável, o que estimula o uso ameno do cálculo, que do ponto de vista dos modernos seria cinismo, ou seja, a instrumentalização do sentimento da madrinha com finalidades de obtenção de sua herança, mas que é vista por Guiomar e pela madrinha, que tem seus sentimentos correspondidos pela afilhada, considerados virtuosos, como natural numa sociedade mercantilizada, cujo cálculo instrumental não se universalizou.

O cinismo e a virtude se misturam e coincidem. A espontaneidade, os sentimentos e os afetos da esfera familiar que, porém, podem ser percebidos do ponto de vista da modernidade

européia como voluntários, portanto interessados, são, de outro ponto de vista, virtuosos, já que a família, “penhor de altruísmo”, apara as arestas do utilitarismo e do cálculo, beneficiando-os. A “ambição consta como baixeza, necessidade, naturalidade e qualidade social eminente sem que entre essas estações pareça haver conflito” (SCHWARZ, 2000a, p. 112).

Observa-se aqui algo da obra *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, analisada anteriormente, que trata de pessoas de dois universos: do de homens completamente envolvidos pelo mercado e por sua lógica, os senhores, e do universo de homens livres, que vivem em “associações morais”, cujos fundamentos são as relações pessoalizadas.

Guiomar, impulsionada pelo interesse econômico, utiliza as relações pessoalizadas, para se aproximar da madrinha rica, relações de proximidade que encontram ressonância, apesar de a madrinha estar envolvida na esfera do cálculo econômico. Assim, em *A mão e a luva*, o tratamento da desigualdade social e sua reparação, por meio de Guiomar, que faz um “cálculo sincero”, são aprovativos. Em *Helena*, a suscetibilidade transparece; se fosse transposta para esse romance, Guiomar seria má vista. Machado muda a escrita, buscando aperfeiçoar o paternalismo, uma vez que os jogos de cooptação e dos interesses burgueses deixados livres dão resultados degradantes. O que impera nas relações sociais paternalistas em *Helena* é a vigilância do preceito cristão (SCHWARZ, 2000a, p. 117), cujas partes integrantes são o favor, o arbítrio pessoal e a dignidade da pessoa.

Nesse universo de predominância do paternalismo, a “severidade do amor familiar e cristão” e a dignidade da pessoa e da família não permitem o rebaixamento das pessoas por motivos econômicos. Estabelece-se uma relação entre ricos e pobres mediada pelo favor que serve, para os primeiros, associados ao universo do capitalismo da igualdade formal, expandirem sua capacidade de mando e dependência, aspectos paternalistas que, nesse caso, visam a sujeitar os pobres. Estes se rebelam, exigindo dignidade pessoal, que é o pilar das relações familiares que abrigam o paternalismo.

Assim como a desigualdade nas relações paternalistas não devia se traduzir pela sujeição da pessoa, as vantagens sociais e econômicas existentes não deveriam levar à conduta egoísta e interessada, em que a consideração da riqueza e das posições aliena o sentimento natural, quer dizer, familiar e cristão (SCHWARZ, 2000a, p. 129)

Desse modo, “[...] o favor é a norma, o favor é insuportável, e fora do favor só existe miséria” (SCHWARZ, 2000a, p. 127), visto que ele é que permite que nas relações entre um rico e um pobre não se cheguem a afirmar direitos para este, apesar de considerar sua sujeição degradante, além de garantir que seja eliminado o caráter excludente da riqueza. O favor apara as arestas. Lembremo-nos do que Antonio Candido nos disse anteriormente: na dialética da ordem e a desordem, nenhum dos dois aparece em estado de inteireza. Aqui, nem o comportamento baseado no cálculo econômico nem o paternalismo aparecem em estado puro, tendo sempre modificados seus termos devido à presença do outro.

Favor é entendido aqui como uma relação de dependência pessoal, não espontânea, que serve como mediação das relações sociais cuja finalidade é a de estabelecer trocas morais, não monetárias. Em uma sociedade considerada naturalmente hierárquica o que importa é a finalidade da ação. Desse modo, contanto que a riqueza mercantil não seja interessada nem sujeite os outros, mas auxilie, pelo favor, os “nascidos abaixo de seu merecimento”, ou seja, aquelas pessoas as quais foram atribuídas qualidades de que necessito ou admiro, não há problemas.

[O favor] Pede ao poder que não mande, à riqueza mercantil que não seja interessada, e, sobretudo, aos motivos econômicos que não influam nos outros.[...] De fato, o paternalismo não-autoritário e a riqueza mercantil desinteressada são, além de contradições em si mesmas, ideias que termo a termo atendem a situação de classe dos homens dependentes – oprimidos e desprovidos – e neste sentido restrito são destilações e negações de tais impasses. A separação, para fins de subtração, do elemento opressivo e interessado, conservando-se o quadro paternalista geral lhes expressa também a falta de saída histórica (SCHWARZ, 2000a, p. 133)

As relações de favor, desse modo, são vantajosas para os ricos, mas, também, são formas de mediação dos pobres. Estes veem nessas interações com os de cima, depois de se lhes apararem as arestas cortantes – o autoritarismo e o interesse mercantil – seu próprio reconhecimento e afirmação, estabelecendo-se uma imaginária relação igualitária e desalienada, que perpetua a hierarquia e a violência de fundo. Quando essa conciliação imaginária de posturas supostamente não antagônicas dos de cima com os de baixo, conciliação que se encontra no universo do favor, propiciando a manutenção da dominação destes por aqueles, generaliza-se, as relações sociais afastam-se da realidade, fazendo com que os sujeitos se apeguem a um “paternalismo puro”, de filiação moral cristã, e busquem elevar-se acima das baixezas do mundo.

Com outras palavras, as relações de favor, pessoalizadas, e de dependência entre o rico e o pobre fazem com que surja uma igualdade imaginária, que exclui a “moralidade das relações de força e de interesse”, estabelecendo uma moralidade em que os sujeitos, devido à proliferação de problemas concretos no seu entorno, desejam elevar-se acima de tais problemas avaliados, com parâmetros puristas, afastando-se deles, mas sem criticá-los com vistas à sua modificação.³⁸

Os personagens principais abordados por Schwarz aqui são Helena, moça educada, inteligente e pobre; e Estácio, rapaz bom e superficialmente cristão, filho do Conselheiro Vale, homem rico, que foi, posteriormente, descoberto como o pai de Helena, sendo ela, por isso, agregada a família. Ela, criada e educada sob rígidos preceitos cristãos e familiares, passando a conviver com a família abastada; Estácio, criado em ambiente predominantemente individualista e ligado ao cálculo econômico, “erra ao colocar o sentimento antes da razão”.

Quando na relação de Estácio com Helena, as vontades dele não são atendidas (ele que, até então, dispensava tratamento igualitário a ela conforme a ideologia capitalista predominante em seu ambiente familiar) a igualdade entre os dois passa para segundo plano e os motivos econômicos tomam o primeiro plano apoiados, porém, numa situação de arbítrio e humilhação. O arbítrio aqui não é aquele ligado ao direito do mais forte que desconsidera o mais fraco, mas é um “[...] arbítrio que se desconhece e que se exerce mesmo no interior da virtude e do respeito mais convictos” (SCHWARZ, 2000a, p. 138), arbítrio pessoal vinculado ao caráter paternal das relações, que confere a ascendência do irmão sobre a irmã, legitimado pela ideologia familista, cuja finalidade última é a felicidade dos “seus”. Helena reage ao tratamento do irmão, exigindo dignidade pessoal, com conotação de tratamento igualitário, já que o decoro paternalista plana acima das desigualdades materiais num permanente cálculo social.

Assim, a ambiência católica, que defende o sacrifício e a conseqüente manutenção dessas relações hierárquicas, “[...] faz ressaltar no paternalismo aspectos que deveria coibir: a opressão, o desrespeito, a desconfiança, a permanente disposição à violência” (SCHWARZ, 2000a, p. 119). Aqui Schwarz analisa dois níveis de realidade: a ambiência católica faz com que, no universo social das relações de favor haja o reconhecimento da pessoa; mas essas

³⁸ Observe a proximidade com Maria Sylvania de Carvalho Franco na obra analisada anteriormente, quando da relação entre consciência diferenciada e indiferenciada ou o igualitarismo de Fernando Henrique Cardoso.

mesmas relações, quando predomina o interesse econômico do senhor, passam a sustentar a dominação pessoal, instaurando, entre o senhor e o agregado, que vê que as relações morais que estabeleceu com o senhor foram rompidas sem mais, aquilo que as relações pessoais deveriam inibir por meio do reconhecimento da pessoa.

Em *A mão e a luva* a assimilação de paternalismo e interesses econômicos é escandalosa e bondosa, dado o predomínio do cálculo interesseiro e a afinidade de sentimentos sinceros, o “cálculo sincero”. Já em *Helena* o purismo paternalista toma a frente e leva a personagem a afastar-se dos aspectos degradantes do cálculo econômico, o que reforça as relações familiares e paternas ideais, uma vez que o predomínio aqui é dessas interações. Esse paternalismo puro, que instaura a sujeição pessoal e o interesse econômico, “[...] nossas duas formas de alienação social” que afetam Helena, façam com que ela, não sendo nem conformista nem crítica, fuja do “horror” que é o cotidiano capitalista associado às práticas paternalistas, não pretendendo mudá-lo³⁹, apesar de reproduzi-lo, agora no âmbito privado. Assim, a visão dos proprietários é de suspeita do interesse dos agregados em suas propriedades, suspeita que faz com que estes “suspeitem da suspeita” dos proprietários, recusando o comportamento interessado, cujo motivo material o pobre teria de provar a inexistência, o “que vem a ser seu pesadelo” e que remeteu a personagem ao purismo citado e ao âmbito privado.

Já em *Iaiá Garcia*, o quadro geral não é mais aprovativo ou de suscetibilidade, mas de desencanto. A contradição entre “dinheiro e paternalismo” mal é notada, já que o dinheiro aparece associado “naturalmente” ao paternalismo, retirando o caráter autônomo daquele.

Esse desencanto sem revolta, propiciado pela normalização entre paternalismo e interesses materiais, servia para preservar os agregados da arbitrariedade dos proprietários e manter sua dignidade pessoal. As relações entre proprietários e agregados, baseada no favor, ocorre com a troca de serviços destes com aqueles e de apreço dos dominantes pelos dominados, que, por sua vez, tal apreço pode se transformar em benefícios materiais pelos proprietários, considerados, por isso, benevolentes pelos dependentes que são explorados em suas fantasias, esperanças e ambições.

³⁹ Schwarz (2000a, p. 134) dá exemplos. Quando a sociedade é idealizada, Helena se sobressai um pouco, mas, em outros momentos, quando a sociedade é mostrada de forma concreta, com seus problemas, interesses escusos, ela vai ao martírio, já que seu purismo existe devido a esses problemas. Sabe que faz parte da sociedade e compartilha com ela seus problemas, mas busca se redimir. É o remorso de Helena. Outro: sabendo que as eleições são resolvidas em conversas entre lideranças locais, que as heranças são acontecimentos capitais, que os escravos estão misturados à vida familiar, tudo isso faz com que os personagens busquem a vida privada, seja na família seja na consciência rejeitando tal realidade que, porém, dá substância a essa rejeição.

O personagem Luís Garcia é viúvo, taciturno e retraído, funcionário público, trabalhador metódico, nada espontâneo, moderado e grave. Pode ser visto como característico portador de uma ética do trabalho e de autonomia pessoal, personalidade construída devido ao contato com Valéria, viúva rica e arbitrária no trato com os outros, com quem Garcia flerta. Ele prestava seus favores “a frio”, de forma impessoal, eficaz e, por isso, tratava logo de esquecer tais prestações para se manter distante do tráfico de imaginações do paternalismo que autorizava as relações de dependência e humilhação. Essa prestação de favores torna-se uma racionalização cujos “traços negativos” de Luís se tornarão aspectos de comportamento “ideais”. Mantinha, em seu trabalho, a forma da relação social capitalista, baseada na eficácia e impessoalidade, mas o móvel era ligado às satisfações e vantagens advindas do favor.

Luís Garcia, que tinha disposição para obsequiar e aversão ao obséquio (SCHWARZ, 2000a), era discreto, impessoal e elegante, para se livrar da indignidade da dependência pessoal, mas, também, fraquejava em seu comportamento, tornando-se interessante quando não aceitava nem recusava, mas se esquivava, quando aceitava frouxamente ao mesmo tempo em que tratava de igual para igual Valéria, quando lhe fazia observações justas. Ou seja, oscilava entre o tratamento igualitário, equilibrado e justo, com atitudes em que estes são relativizados conforme os interesses em jogo. Quando os aceitava frouxamente, era para extrair as vantagens da relação pessoal, mesmo que isso ferisse sua individualidade; e quando tratava de igual para igual a Valéria, fazendo observações justas à mulher rica, era para subir na hierarquia – e fazer com que Valeria descesse – também com o intuito de extrair as vantagens das relações pessoais utilizando, agora, as ideias modernas para isso.

Estela, moça pobre, é levada para a casa de Valéria, mãe de Jorge, moço rico, mas sério e grave, como Luís Garcia. Jorge passa a gostar de Estela. Com o tempo, as recusas de Estela passam a ser vistas como afronta ao rapaz, que a beija a força. Mantendo um “caráter severo”, Estela faz com que Jorge sentisse remorso de tal atitude e se tornasse respeitoso. Agregada, apesar de sua índole orgulhosa, ela aceita com naturalidade os favores que lhe são necessários para viver, e faz o necessário para merecê-los (SCHWARZ, 2000a, p. 167), mas logo exige o respeito à sua dignidade pessoal, cuja conotação é das modernas relações de igualdade formal, afastando o favor, em uma dualidade de submissão e dignidade. Quando Jorge, pretendendo igualar-se a ela, eleva-a, por intermédio dum relacionamento íntimo, considerado como favor por ele, ela o rejeita, mantendo a hierarquia e demonstrando sua noção de igualdade, que se dá afastando o favor oferecido e mantendo a desigualdade.

O resultado surpreendente de tanta sensibilidade moral é o imobilismo. De fato, é melhor que fiquem todos em seu lugar e conheçam sua condição. Não por que a diferença social seja justa ou porque a tradição a justifique, mas por que os mediadores do movimento – o obséquio bem como o desejo de subir – são ainda mais degradantes. Este é o lado conservador dessas figuras, cuja consciência da situação é aguda, sem que se transforme em consciência de classe. Mais exatamente, pela generalidade e pela recusa da solução pessoal a sua análise é de classe, sim. Entretanto a sua dimensão coletiva não tem sequência, e seus resultados são vistos na ótica do decoro e da dignidade da pessoa, o que os recupera para a esfera do paternalismo. Assim a cooptação não repugna por que é uma solução individual, mas porque é um favor, e um favor tão grande, que não há como o pagar. Nesta linha, a dívida de gratidão parece pesar mais que a inferioridade social, o sentimento de estar quite é compatível com a situação dependente, a independência pode ser um estado de dívida. Noutras palavras, a contabilidade dos favores prevalece inteiramente, e Estela e Luís Garcia são puristas do débito pessoal, muito mais que a gente de posse, que além desta contabilidade tem outra, ligada à riqueza objetiva (SCHWARZ, 2000a, p. 186).

O arbítrio comanda o enredo de *Iaiá Garcia*, em que ficam frente a frente uma “vaga apropriação do igualitarismo burguês” e a evolução real do enredo ligada à dependência pessoal, causando uma desarmonia provocadora de desencontro de motivos, descontinuidades e compensações.

Esse arbítrio é produto da conveniência do protetor e é entendido pelo protegido como decorrente de sua consideração com ele, ou seja, quando o proprietário oferece um favor ao agregado este, para compensar, oferece serviço, algo material ou estima, recebendo a continuidade da proteção. Isso depende da conveniência dos ricos que, seguindo seu interesse material e mantendo relações com agregados apenas à medida que lhes interessa para atingir aqueles interesses, a vida dos pobres fica sujeita a descontinuidades diversas, associadas ao capricho dos proprietários, estreitamente ligado ao mercado.

Dada a vontade de ascensão social dos pobres, mas sendo os “mediadores do movimento” para tal ascensão degradantes e estando sujeitos, em última análise, à ligação com a oscilação dos mercados que determinam os humores e a atitude arbitrária dos proprietários, a ascensão social no âmbito da “realidade prática” seria realmente impossível e humilhante, mas é compensada simbolicamente, enquanto valor imaginário, por uma superioridade qualquer, fazendo com que haja satisfação real com a desigualdade e tornando-se uma forma de coesão social, já que é colocada à disposição do inferior um modo de satisfação de superioridade que substitui a concreta e que existe à custa dela.

O centro desse texto, portanto, foi o desencanto dos personagens, que não são escravos nem proprietários, mas pessoas que mantiveram contato frequente com estes e que, por isso mesmo, pelo contato com os senhores, despóticos, arbitrários, que se dispunham como bem entendiam dos outros, como Valéria, foram forçados a desenvolver as personalidades que mostramos, com base no desencanto como defesa contra o capricho do paternalismo. Já afetados também pelas ideias políticas e sociais que o capitalismo ia disseminando, usando-as, porém, de forma ornamental e exterior, os personagens analisados terminavam por reproduzir aquilo que criticavam, já que os motivos de fato de suas ações na busca de ascensão social e reconhecimento, estavam ligados aos pressupostos sociais paternalistas.

Ponto por ponto, num ambiente paternalista em que predominam o arbítrio e a dignidade pessoais, Jorge busca submeter Estela, utilizando-se de sua ascendência paternal⁴⁰, com traços de ascendência material, o que era rejeitado por ela, que levantava contra ele sua dignidade pessoal, cuja conotação é a da moderna igualdade, mas o rejeitava enquanto possuidor de riqueza material, que poderia rebaixar a pessoa, no caso, Estela, não pela autoridade familiar que lhe cabia.

Ele desejava Estela, “que lhe impressionou muito”, porque ela era pobre e inteligente, sendo esta uma virtude associada a aspectos da modernidade europeia e que, por isso, tinha o mesmo significado de autoestima. Por comparação, o rico eleva o pobre e este, que é inteligente, lhe dá autoestima. O pobre, que recusa a riqueza mantendo exemplarmente sua dignidade permanece atento a alguma oportunidade, para que seja reparado seu nascimento, que aconteceu em circunstâncias erradas.

Estela também gosta de Jorge, mas o sentimento católico de sacrifício se sobrepõe e à reparação de ter nascida pobre só pode ser feita se for com decoro. Helena quando lança mão do decoro paternalista para afastar o favor, que é visto na proposta de relacionamento conjugal com Jorge, aponta para a igualdade liberal. Schwarz (2000, p. 183) nos diz que “[...]

⁴⁰ Essa resignificação do arbítrio pessoal, do universo do paternalismo, pela cultura burguesa moderna, largada a si mesma, demonstra a validade e operação, entre nós, dos princípios discutidos anteriormente, de fazer tudo com base nas máximas de Kant, de seguir sua vontade enquanto tal, de tal modo que essa vontade possa ao mesmo tempo ser uma vontade legisladora universal, de Nietzsche, sobre o super-homem, e de Sade, da liberação do homem burguês de toda tutela. Desse modo entende-se quando Schwarz (2000, p. 14) diz que nossos “[...] incultos e abomináveis escravistas até certa data – quando esta forma de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado – foram no essencial, capitalistas mais consequentes do que nossos defensores de Adam Smith, que no capitalismo achavam antes que tudo a liberdade”. Ou seja, os defensores de Smith eram apologistas, e os escravistas, nossos capitalistas mais consequentes já que só lhes importavam os fins, dando, desse modo, margem para que a bondade e a beneficência se tornassem pecados, a dominação e a opressão virtudes, como mostradas no capítulo sobre a *Crítica da Razão Iluminista*. Desse modo, vislumbra-se o quão modernos éramos no período escravista.

o rigor com que Estela se apega à condição de subalterna [quando afasta o favor do relacionamento conjugal que igualaria os dois] é expressão de seu sentimento de igualdade”.

Porém, a ideologia de Estela e Luis Garcia é a mesma. Ambos se apegavam ao favor quando achavam necessário. Ela “se esforçando por merecer”; e ele, por meio dum fluxo de favores que se normalizou. As ideias da modernidade europeia, ligadas ao avanço do capital, desse modo, eram utilizadas de forma arbitrária, conforme a conveniência dos sujeitos de quaisquer classes, mantendo intactas as relações paternalistas de fundo. Assim, essas ideias modernas existiriam por contraste com as outras, as ligadas ao nosso pressuposto social, não podendo, portanto, completá-las nem eliminá-las; a finalidade daquelas, a dessemelhança, demonstra seu caráter ornamental.⁴¹ Observe-se que estamos enfatizando a postura dos de baixo. Em sua grande fase, Machado se concentrará nos de cima e também identificará isso.

O conjunto desses três textos nos mostra como acontecem as relações entre senhores e agregados⁴² e a visão dos agregados nessa relação, assunto que Machado foi mestre em intuir.

O paternalismo, baseado em ideias cristãs positivas de sacrifício e na ideologia familista fundada em relações pessoalizadas, hierárquicas, no arbítrio pessoal, na autoridade e na dominação pessoal permaneceu acanhado quando Machado, em sua primeira fase, buscou destacar o liberalismo e sua adequação ao Brasil, mostrando como, utilizando o cálculo egoísta para conseguir o que queria, Guiomar, de *A mão e a luva*, não deixou de lado o sentimento sincero correspondido por sua tia. Não demonstrando o egoísmo e não fazendo da tia um degrau, pelo contrário, ela adequou o cálculo econômico ao sentimento familiar e à piedade cristã. Em *Helena*, os interesses burgueses fundados na racionalidade instrumental, no cálculo egoísta, na liberdade individual, na garantia de direitos, na ética do trabalho e da responsabilidade, na finalidade e firmeza da ação social consciente, associados com práticas patrimonialistas, provocaram reações de purismo, portanto, fuga da realidade e suposta desalienação, que empurram os sujeitos para o interior do âmbito privado, para a família e,

⁴¹ Sérgio Buarque, em capítulo de *Raízes do Brasil* citado por Schwarz, “A herança rural”, nos mostra que Visconde de Cairu defendeu que a finalidade da economia, em um sistema social cujo trabalho era de responsabilidade dos escravos, deveria ser de aumentar a quantidade de inteligência, não de trabalho, em referência a Adam Smith. A admiração da “inteligência” pelo Visconde existia pelo “contraste” com o trabalho escravo, sendo essa sua finalidade, a dessemelhança, o que faz com que essa “inteligência” fosse meramente ornamental (2008).

⁴² Senhores aqui são entendidos como proprietários, que controlam os meios de produção econômica ou detentores de bens, incluindo o dinheiro, que lhes possibilite estabelecer uma dominação sobre os que não têm, os agregados, a designação genérica que, em síntese, engloba todas as pessoas que não são escravas nem senhores, podendo ser, inclusive, pessoas que não dependam materialmente diretamente de algum senhor, mas mantém contato com a classe social abastada.

portanto, reproduz uma de nossas alienações sociais, a sujeição pessoal, do universo do paternalismo.

Em *Iaiá Garcia*, em sociedade já mercantilizada, como em *A mão e a luva*, porém, com a presença do trabalho assalariado, a junção de paternalismo e interesse material nem sequer é percebida. Os volteios das relações burguesas livres de tutela trazem o arbítrio do paternalismo para sua esfera de influência e convivem numa reciprocidade conflituosa, sem rompimento, já que os personagens são forçados pelas circunstâncias a reproduzir socialmente aquilo que criticam em termos ideais, sem que essa crítica toque seu fundamento. Dito de outra forma, como o descentramento é algo concreto, não apenas ligado ao mundo das ideias, a crítica à experiência concreta não pode se radicalizar, dada a possibilidade de arrancarmos algo que nos constitui, o lado moderno da sociedade capitalista mundial, que nos mantém reproduzindo o arcaico. Mas se busco eliminar as amarras antigas também se torna pouco provável o sucesso da crítica fundamental, já que cairia num mundo ideal, cujo aprofundamento carrega consigo aquilo que queria eliminar.

Em sua grande fase, Machado de Assis coloca no centro de suas obras a postura dos proprietários, dos de cima para com os de baixo. Schwarz, constatando isso em análise de *MPBC* feita pelo método da Redução estrutural, observa o que seria o princípio formal do livro, a síntese profunda do movimento histórico: a volubilidade de seu narrador. Alternando sistematicamente de perspectivas e oscilando o critério, o narrador de *MPBC*, é um morto que conta, em retrospectiva, sua história de vida, portanto, livre de seus constrangimentos, começando pelo fim da narrativa, por sua morte, como prenuncia o título da obra, o que por si só já é um aparente despropósito. Brás Cubas, o narrador, interfere arbitrariamente e sistematicamente no curso dos acontecimentos de *MPBC*, e é visto, ao mesmo tempo, como cínico, indiscreto, charlatão, protetor e compreensivo. Finge-se de morto, de paradoxal e de elegante, entre outras coisas, sempre na aspiração duma supremacia qualquer, que é o “motivo dos motivos”, que lhe dê satisfação de amor próprio, reconhecimento e grandeza.

Brás promove mudanças bruscas, atendendo apenas a seu capricho despótico, fazendo associações mentais arbitrárias,⁴³ consumindo aceleradamente posturas, ideias e convicções. Com a incorporação dos resultados da Ilustração à esfera do capricho, da construção dum

⁴³ Associações mentais arbitrárias que trata de comparar tudo com tudo, “um uso esdrúxulo da inteligência e da abstração”. Derivado disso, Brás promove uma “multiplicação de paralelismos, gradações, repetições com resultados diferentes, diferenças com resultados idênticos etc.” (SCHWARZ, 2000b, p. 202).

paternalismo ilustrado e sem o processo social de ascensão das Luzes correspondente, as ideias Iluministas eram desqualificadas ou promovidas conforme a conveniência. Os componentes de fraternidade e piedade do paternalismo tornavam mais humanas as relações egoístas do capitalismo, colocando o país além das Luzes.⁴⁴

O Brasil pré-burguês, quase virgem de puritanismo e cálculo econômico, assimila de forma sábia e poética as vantagens do progresso, prefigurando a humanidade pós-burguesa, desreescalada e fraterna; além do que oferece uma plataforma positiva de onde objetar à sociedade contemporânea (SCHWARZ, 1987, p. 13).

Como a volubilidade proporciona uma acomodação incongruente e vantajosa de incompatíveis e se baseia em associações mentais arbitrárias, a lucidez, em vez de suprimir, acentua a contradição e a falta de organicidade de nosso mundo das ideias. Vimos quando José de Alencar, com sua visão de classe burguesa, justamente por possuir forte senso da realidade, buscava acomodar incongruências. Em dois exemplos, Schwarz nos mostra essa acentuação.

No primeiro, esperando que a noção de civilização e seus componentes como a dominação impessoal (ideológica, em oposição à direta, típica da escravidão) e o trabalho livre se imponha, Bernardo Pereira de Vasconcelos, importante parlamentar do século XIX na defesa da manutenção da escravidão argumenta que foi a África, por meio de seus trabalhadores (os escravos), que civilizaram o Brasil, posto que permitissem que os filhos dos escravocratas fossem estudar nas academias e universidades europeias. Nesse caso, a infração (a escravidão), é também norma (já que contribui para a civilização do país) e a norma (a civilização), é também infração (já que a sua existência pressupõe a escravidão).

O segundo exemplo trata de dois personagens: um deles é um vadio, não trabalha; e o outro, um sério funcionário, que cumpre à risca suas tarefas laborais, porém não é valorizado. Aqui a ética do trabalho que se exige de um não se reconhece no outro, demonstrando, dum ponto de vista de classe, uma total desobrigação com a pobreza e a falta de garantia daqueles que estão sob sua sujeição. O reconhecimento do trabalho, indiferentemente de sua finalidade concreta, é típico do mundo capitalista; já a nenhuma estima por ele é característica do universo escravista.

⁴⁴ Sendo coerente com as influências de Schwarz, as Luzes aqui possuem as características que discutimos no capítulo sobre a Crítica ao Iluminismo, ou seja, o predomínio da razão instrumental, a uniformização dos sujeitos, a impessoalidade etc.

A volubilidade permite a oscilação de critérios entre os universais e os locais, entre os da modernidade europeia e os de nossos pressupostos sociais, contribuindo com o descentramento das ideias, porém, não é expressão das ideias nem se resolve em seu âmbito ou da cultura apenas, apesar de a superação da utilização de categorias “plasmadas pela experiência intra-europeia” que não correspondem à nossa experiência social ser necessária. Superação, que na tradição marxista consequente, levaria a “[...] certo deslocamento da própria problemática clássica do marxismo, obrigando a pensar a experiência histórica com a própria cabeça, sem sujeição às construções consagradas que nos serviam de modelo” (SCHWARZ, 1999, p. 96). A superação das categorias estranhas à nossa experiência social remete à análise dos aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil de um ponto de vista lógico e histórico.

Resta ver se o rompimento conceitual com o primado da origem leva a equacionar ou combater as relações de subordinação efetiva. Será que as inovações do mundo avançado se tornam dispensáveis uma vez desvestidas do prestígio da originalidade? [...] Contrariamente ao que a análise faz supor, a quebra do deslumbramento cultural do subdesenvolvido não afeta o fundamento da situação, que é prático (SCHWARZ, 1987, p. 36).

Vejamos, então, a interpretação de Roberto Schwarz sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, esse lado prático, político e econômico que se torna relevante para caracterizar como opera o descentramento nesse assunto importante do pensamento social brasileiro.

2.2. O DESCENTRAMENTO EXTERNO: O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL.

Conforme Bastos (2002), o estudo sobre os intelectuais e sobre sua interpretação do Brasil é um aspecto central da reflexão sociológica, principalmente os da Escola Sociológica Paulista, intelectuais que elegeram como central em suas reflexões a questão do desenvolvimento e, associada a essa problemática, o “atraso”.

As indagações sobre as razões e os efeitos do atraso do país têm, de várias maneiras, centralizado as preocupações dos sociólogos brasileiros. Eixo dos debates do final dos anos de 1950 e início dos de 1960, opôs interpretações e definiu oposições que levaram os intelectuais a enfrentamentos teóricos. Não se tratava, obviamente, de discussões que se esgotavam no âmbito acadêmico, mas que supunham tomada de posições políticas direcionadas ao modelo de desenvolvimento em questão (BASTOS, 2002, p. 185).

Analisando o pensamento daquele que foi denominado como centro da Escola, Florestan Fernandes, Elide Rugai Bastos observa que há, em seu método, a recusa duma visão dualista e, em sua análise social, a ligação entre duas pontas dum *continuum* entre moderno e atrasado, numa circularidade que torna necessária a permanência de aspectos atrasados como a exclusão, a pobreza e a heterogeneidade, fazendo com que houvesse uma “reprodução do mesmo” (BASTOS, 2002, p. 187).

O padrão teórico-metodológico defendido pelo intelectual uspiiano é de que é a partir da análise de sociedades periféricas que se percebe melhor o movimento que estrutura a sociedade capitalista no conjunto. Desse modo, é central nessa análise a definição do lugar em que o analista se coloca, para perceber a sociedade em seus aspectos dinâmicos, estáticos e suas relações. O “esforço de sobrevivência” de tais sociedades é constitutivo da sociedade capitalista global e sustenta a circularidade dos fenômenos sociais arcaicos, que não são marginais, já que essa “marginalidade” não se dá fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder, mas faz parte dele.

Essa constituição, porém, é tensa, mas essa tensão, “que faz parte da natureza da sociedade”, tem sentido “heurístico”, ou seja, proporciona um desconforto resultante do “reboição” da realidade que coloca “obrigações intelectuais desencontradas” (BASTOS, 2002, p. 202). Tal tensão, que atravessa as sociedades latino-americanas, conforme o sociólogo paulista, assenta-se numa “estrutura de mercado”, cuja dinâmica é, nessas sociedades, ao mesmo tempo, heterônoma e autônoma, caracterizando, dessa maneira, sua dependência do movimento global do capital, mas relativizando a ideia de subordinação externa, dando a esta um significado bem mais amplo.

Essa “tensão como heurística” apareceu, conforme Bastos (2002, p. 203-4), em textos diversos dos intelectuais da Escola Paulista de Sociologia, e permitiram a constatação de “sujeitos sociais”, cujo exemplo (dado pela autora) é o do senhor e o do escravo, sujeitos construídos reciprocamente e atualizados constantemente. Essa tese demonstra a forte influência de Marx, apropriada por Caio Prado Jr, de que a escravidão era uma “instituição fundamental” (BASTOS, 2002, p. 207) que se refletia em códigos como o Negro, baseado em um “princípio da desigualdade” e na Constituição fundada sobre a “igualdade” (BASTOS, 2002, p. 208). Bastos destaca ainda, nessa tradição uspiiana de pensamento que privilegia o estudo do desenvolvimento e dos aspectos atrasados que teimavam em reaparecer, as ideias de

José de Souza Martins. Este analisa o poder do atraso que opera dentro duma “sociedade e duma máquina incivilista de poder”, produzindo uma história lenta nos países periféricos, que não é explicada pelos modelos clássicos.

Maria Arminda do Nascimento Arruda, de acordo com Elide Rugai, observa que no esforço para entender por que a modernidade não cumpriu as virtualidades contidas em suas promessas, a relação tensa entre passado e presente se mostra na “percepção” do pesquisador como aspectos “estáticos e dinâmicos” da sociedade, em que os discursos ligados aos aspectos dinâmicos, ao processo de modernização, são construídos em oposição ao passado (BASTOS, 2002, p. 214).

A ambiguidade dos intelectuais na interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro acontece, de acordo com Botelho (BASTOS, 2002, p. 218), devido ao fato de que no Brasil o “objeto é a nação” e seu processo de formação, cuja tarefa dos intelectuais não seria mais a de “educar para a modernidade”, como nas formações clássicas, já que em sociedades periféricas há “uma relação simbiótica entre arcaísmo e modernidade, o que inviabiliza” as soluções clássicas aplicadas às formações periféricas.

A constatação de André Botelho é precisa, mas Elide Rugai Bastos afirma que também nele está presente a tese uspiana da relação entre “centro/periferia, parte/todo”, duma relação dual formal, de oposição entre o centro e a periferia, entre a parte e o todo, minimizando as considerações sobre a articulação entre os aspectos internos da estrutura de dominação típicas de países como o Brasil e os externos, do capitalismo mundial⁴⁵, acabando por esquecer-se do centro que há na periferia e da periferia existe no centro, ou seja, do outro que há no mesmo.

Escravidão como instituição fundamental, relações antitéticas e contraditórias entre o todo e as partes, relações entre moderno e arcaico como simbiose, o moderno como polo dinâmico e o arcaico como estático, a presença de tensão e a superação da coexistência temporária entre uma ordem senhorial-escravista e a competitiva por meio de “revoluções passivas” em que a diferenciação social produzia e afirmava novos papéis sociais, incompatíveis com aquela

⁴⁵ Essa articulação é a que permite que, mesmo com um processo desfavorável de divisão internacional do trabalho em nível mundial, o capitalismo no Brasil se expanda. Sobre isso, veja a análise de Oliveira (2003) acerca da expansão do capitalismo no país depois de 1930 e as tarefas do Estado em garantir uma acumulação extraeconômica; do setor terciário, inchado, que transfere mais-valia para o setor industrial; da agricultura em que o custo de reprodução da força de trabalho rural tem implicação nos preços dos alimentos e da legislação trabalhista, que rebaixa salários de especialistas que seriam maiores em livre concorrência.

ordem senhorial, e que tenderiam a se generalizar (VIANNA, 1999, p. 40) são as teses que defendia aquela tradição intelectual, portanto, com centro em Fernandes.

Essa “instituição fundamental” no pensamento desses intelectuais demonstrava a existência de uma falsa realidade, a existência de uma aparência em contraposição à essência da sociedade, às relações de exploração do trabalho. Ou seja, a crítica que realizavam era a crítica clássica à ideologia. Paulo Arantes (2010), comentando sobre a interpretação desse tema pelos frankfurtianos afirma que

Para eles, o termo ideologia não é mais pejorativo, a ponto de constatarem que a ordem capitalista regrediu tanto que nem mais ideologia produz. A ideologia sempre tem um fundamento de verdade. Ela não é inteiramente falsa, nem é inteiramente verdadeira, não é um mero engodo. A ideia de ideologia como uma manipulação de massa, em que se ludibriam os indivíduos, é uma ideia iluminista, é denúncia da superstição (ARANTES, 2010).

E, posteriormente, o mesmo Arantes fala acerca da constatação de Roberto Schwarz sobre o tema.

Para Roberto, a razão pela qual a *Ideologiekritik* funcionara até então coerentemente na Europa liberal, mas não no Brasil não estava no fato de que a experiência periférica da coexistência sistêmica de capitalismo e escravidão falseava a própria vigência dos padrões civilizatórios da idade liberal burguesa. O que ele está dizendo é o seguinte (e é isso que tento dizer no texto citado por vocês): nós temos a possibilidade, através de Machado, de entender o que está acontecendo na Europa. E o que estava acontecendo na Europa, na época de Machado, era a derrocada da civilização liberal burguesa. Para Roberto, os dois termos da crítica da ideologia, o universal e a sua realização particular, como que se relativizam e rebaixam mutuamente (ARANTES, 2010).

No Brasil, a volubilidade do narrador de *MPBC* demonstra essa arbitrariedade com as ideias em que as modernas não convencem, apesar de atenderem aos nossos anseios de “autoestima”⁴⁶ e, por isso, serem indispensáveis e as consideradas “arcaicas”, “pré-modernas”, em princípio rejeitadas dado o risco de eliminação do país do concerto das nações, impõem-se por

⁴⁶ A associação entre modernidade e autoestima é central e faz com que o respeito e a consideração pelo outro sejam parametrizados por características consideradas da modernidade europeia, o que naturalmente legitimava o desrespeito por quem não as tinha: “E quando o desrespeito atinge um inferior educado e sensível, nascido ‘abaixo do seu merecimento’ não fere um direito, mas fere nosso sentimento da modernidade e de autoestima, que são quase a mesma coisa” (SCHWARZ, 2000a, p. 132).

causa da injunção objetiva de nossos pressupostos sociais “atrasados”, de hierarquia, arbítrio, dominação pessoal e favor.⁴⁷

Schwarz afirma (2000a, p. 16) que o princípio unificador do sistema social seria o favor, “relação de prestação e contraprestação em que não entra dinheiro” (SCHWARZ, 2007), que mediava as relações entre proprietários e desvalidos, dando grande margem de ação àqueles já que, apesar de os homens livres se constituírem como mão de obra disponível no país, os escravos continuavam a ser importados e utilizados, pois o comércio de escravos era altamente lucrativo. A consideração da escravidão como mera instituição, de forma diferente do sentido dado pelos intelectuais anteriores, foi constatada por Franco, anteriormente discutida. Para ela, a escravidão era “simplesmente uma instituição”, uma “categoria puramente econômica” que não se constituía como “princípio unificador do sistema social”, mas era uma instituição cujo sentido era atribuído por outras (FRANCO, 1997, p. 13).

A relação simbiótica, que faz com que haja uma ambiguidade nas análises dos intelectuais, é percebida também em debate entre Ruben George Oliven e Maria Arminda Arruda do Nascimento quando da análise daquele sobre os escritos de Gilberto Freyre. Oliven (2002, p. 27) afirma que Freyre buscava conservar os valores regionais e tradicionais como forma de ser nacional e defendia os valores do Nordeste, “considerados atrasados ou símbolos da pobreza”, como elogio do regionalismo. Já Arruda (2002, p. 49) afirma que Freyre, “como sabemos, foi um modernista e um inovador, quando afirmou a necessidade de ruptura com a linguagem do passado e enfrentou temas anatemizados até então”. Como afirma Schwarz, de um lado as interpretações consideradas universais e modernas, “desapegadas da matéria local em que, entretanto, se apoiam” e, de outro, a ideia de que os assuntos brasileiros não comportam problemas universais, refletem a persistência das segregações coloniais.

Essa convivência entre características locais e as que o capitalismo mundial ia criando seria mais facilmente percebida por Roberto Schwarz, conforme comentário dos traços gerais de sua fórmula intelectual por Antonio Candido, que mostra que sua história pessoal de brasileiro, que é ao mesmo tempo de fora e de dentro, fundamenta o centro de seu estilo crítico, viabilizando uma mistura de estranhamento e familiaridade, possibilitando-lhe analisar a “dualidade inevitável dos intelectuais de países periféricos” que possuem uma quota de

⁴⁷ Cabe lembrar que a utilização de aspas serve para mostrar que tais características pré-modernas, arcaicas, na verdade, como já foi demonstrado, são imposições do capitalismo mundial associado à nossa formação nacional. Portanto elas fazem parte da dinâmica do mercado moderno.

cultura europeia da qual necessitam para se formar. De acordo com Candido, o “europeu poderia dizer que ‘eu sou eu e minha circunstância’, mas o natural de países periféricos tem de afirmar ‘eu sou eu e um outro’” (CANDIDO, 2007, p. 15).

Schwarz, porém, atribui a possibilidade da existência dessa variação de perspectiva à relação entre classes sociais no Brasil. José de Souza Martins, comentando também sobre a obra de Gilberto Freyre e sua perspectiva, definida pelo lugar em que se coloca o intérprete, descreve:

[...] é sobretudo a aguda e objetiva consciência sociológica de uma elite que tem clareza sobre os embates que a fragilizam e a tornam não mais os protagonistas únicos do cenário político, mas um entre outros, cujos interesses já não são os interesses dominantes, obrigada a dividir poderes e privilégios (MARTINS, apud BASTOS, 2002, p. 198).

A posição em que se coloca Freyre de fato definiu sua perspectiva, porém essa fragilidade, na verdade, pode ser vista também como a força da classe proprietária que, promovendo valores tradicionais como patriarcalismo, defendidos por Freyre, e, assimilando as ideias modernas compuseram a desfaçatez de classe que nomeia um dos capítulos do livro de Schwarz. Martins considera a partir do ponto de vista da existência de duas classes sociais opostas, antagônicas que, devido à predominância relativa dos que estão abaixo, os proprietários são fragilizados e, por isso, obrigados a dividir os poderes que possuem. Vimos algo diferente com Maria Sylvia de Carvalho Franco e com Roberto Schwarz, em que tais interesses, aparentemente opostos, são, em princípio, complementares: identificam-se e se conciliam justamente para atender aos interesses de a elite manter a dominação política e a exploração econômica.

Como Schwarz constrói sua análise a partir do Marx do fetichismo da mercadoria, que estabelece o “relacionamento dos humanos entre si como relacionamento entre coisas”, (SCHWARZ, 1999, p. 148), e com a generalização das trocas mercantis, o tratamento do outro como coisa, de forma instrumental, se generaliza e se estabelece tanto entre escravos, como entre agregados e senhores. A combinação do relacionamento instrumental entre os sujeitos, com o rebaixamento da ideologia na interpretação frankfurtiana, que é também a de Schwarz, com o deslumbramento de nossas elites pelos valores europeus juntamente com as relações sociais fundadas no favor, que traz para sua órbita tais valores para atender a um jogo fluido de estima e autoestima, fazem com que nossos proprietários importem uma “ideologia de segundo grau” (SCHWARZ, 2000a, p. 47) que é um “oco dentro de um oco”.

[...], portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema. Deriva sossegadamente do óbvio, sabido de todos – da inevitável "superioridade" da Europa – e liga-se ao momento expressivo, de autoestima e fantasia, que existe no favor (SCHWARZ, 2000a, p. 18).

A regra dessa “ideologia”, porém, advém do relevo social, hierárquico, arbitrário e paternalista, não de intenção cognitiva e crítica cuja limitação imposta pela aparência da sociedade capitalista, que inclui as ideologias de igualdade, liberdade, dentre outras, no sentido clássico, obstrui o conhecimento da essência dessa sociedade, ou seja, das relações de exploração, desigualdade e alienação. Fazendo circular por aqui ideias que não possuíam força para indução da ação social como em seus locais de origem, mas nos garantiam o passo com o mundo civilizado, europeu e proporcionavam “autoestima e fantasia”, tais ideias, tornadas ornamentos, atendiam perfeitamente, enquanto tais, ao nosso “relevo social”, às nossas relações sociais fundadas na hierarquia e às compensações simbólicas, firmadas nas relações de favor.⁴⁸

Essa supremacia simbólica da Europa fazia com que os proprietários, no período colonial, colocassem em circulação no Brasil as ideias da modernidade europeia, constituindo-se no que Schwarz denominou de “ideologia de segundo grau”. Meio de distinção social e ascensão na hierarquia social, a impregnação dessas ideias entre nós atendia ao nosso ideal de civilização e progresso, fazendo com que, em nome dessas ideias modernas, continuássemos aplicando nossas práticas arcaicas. Continuávamos a aplicar essa “ideologia” assentada em nossas práticas sociais porque elas atendiam ao nosso “relevo social”, ou seja, à nossa hierarquia, à nossa imaginação e às “mudanças pretendidas para o país”.

Tais ideias eram utilizadas arbitrariamente, já que o objetivo de sua aplicação entre nós é de ascensão em nosso sistema social hierárquico, utilização que nos prejudicava a capacidade cognitiva que, por sua vez, contribuía para reproduzir nossas hierarquias em nome de tais ideias modernas. Dessa maneira, como exemplo, colocamos a ideia moderna de igualdade em circulação entre nós, para reproduzir a hierarquia, constituindo, portanto, uma igualdade hierárquica, uma vez que a aplicação dessa ideia moderna de igualdade servia para desigualar.

⁴⁸ Candido afirma que o “próprio Roberto Schwarz não escapa a sua regra” (CANDIDO, 2007, p. 16) que podemos constatar no fato de ele, Schwarz, afirmar, em diversos pontos de sua obra, a existência de uma ideologia ligada ao relevo social, não ao sistema ou a cognição e que, cuja aparência (ela mesma, a ideologia), ao invés de esconder, mostra a essência, no caso, a exploração do trabalho. A “superioridade da Europa” se mostrou na nomeação, por Schwarz, de um fenômeno que pouco tem a ver com o clássico.

Da mesma maneira, os paradoxos do cálculo sincero e do obséquio impessoal, o cálculo instrumental que faz do outro uma coisa, têm aparado seu interesse egoísta pela sinceridade e reciprocidade familiar. Trata-se duma espécie de cálculo “desinteressado” para não diminuir a pessoa interessada nem se mostrar suscetível aos caprichos que o dinheiro associado ao mando familiar pode proporcionar; o obséquio que, buscando escapar àquilo que ele permite, ou seja, do que a imaginação como componente do favor permite que se trate arbitrariamente um inferior, impessoaliza as relações e, paradoxalmente, mantém o fluxo de obséquios de fundo.

A interpretação que Marx faz da realidade fica prejudicada entre nós: de acordo com ele, a realidade se divide em duas dimensões, aparência e essência. A aparência, que é empírica, fenomênica e se dá a conhecer de imediato, limita o conhecimento da essência, ou seja, da estrutura e dinâmica da sociedade. A atividade da ciência, nessa interpretação, seria a de, partindo da aparência da realidade e utilizando o método dialético em sua análise, chegar à essência dela.

No Brasil, dado que a ideia de ideologia, que constitui a aparência da sociedade, seja uma racionalização que serve para legitimá-la, entre nós não esconde a essência, mas a mostra. A igualdade que deveria obstruir o conhecimento da desigualdade e da hierarquia, entre nós não o faz. A ideologia liberal, componente da aparência, serve, entre nós, para hierarquizar, estabelecer a dependência via relações pessoais, suprimir a liberdade, componentes da essência. Ou seja, nesse caso, por exemplo, a igualdade serve para desigualar. Por isso, Schwarz afirma que entre nós a “ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia [...]”, ou seja, a ciência, o realismo, a responsabilidade, a técnica e o altruísmo, valores que a elite punha em circulação entre nós eram deslocadas por nossos pressupostos, mas aplicadas de forma nominalmente objetivas, atendendo, de forma deslocada, à dominação e à exploração da elite. Esses valores, portanto, não poderiam ser aplicados e vigorar plenamente, como nos países que eram nossas referências, porém, não poderiam deixar de circular entre nós, já que elas serviam como legitimação para o arbítrio e para as práticas sociais “arcaicas” do nosso paternalismo.

Buscando compensações simbólicas, núcleo do favor, utilizamos ideias e valores europeus, de forma arbitrária, para alcançar uma superioridade qualquer que nos faça ascender em nossa

hierarquia social e nos distanciar de nossos pressupostos sociais, justamente aqueles que sustentam a aplicação daquelas ideias e valores. A volubilidade nas relações sociais, que vimos anteriormente, e o fato de nos definirmos pelo que não se é na aplicação da ideia de desenvolvimento, que discutiremos mais a frente, segue esta regra: na volubilidade, buscando uma superioridade qualquer e procurando ascender na hierarquia, as atitudes dos personagens oscilavam conforme lhes convinha; a aplicação do conceito de desenvolvimento dos países modernos entre nós, para superarmos nossos pressupostos sociais, gera uma permanente dissonância entre execução prática desse desenvolvimento econômico e nossa regressão social, que repõe as relações de favor, patrimonialismo, filhotismo, mas sustenta aquele desenvolvimento. Daí, também, a constatação de que vivemos num estado permanente de exceção em que, em nome das ideias modernas, agimos de forma arbitrária, patrimonialista e autoritária.

As ideias da modernidade europeia com pretensão civilizada, que serviam como justificativa nominalmente objetiva para as práticas sociais locais incivis, impediam que a legitimidade das práticas paternalistas (que acomodam de forma deslocada aquelas ideias) fossem defendidas em público. Isso fazia com que tal legitimidade se apoiasse em razões de ser antagônicas, alcançadas por meio de associações mentais arbitrárias, mas que proporcionavam uma superioridade qualquer por meio de compensações simbólicas, por menores que fossem, provocando deslocamentos das ideias e inquietação dos sujeitos.

Nosso crítico afirma que uma das heranças do Grupo Marx é de que deveria haver “invenção categorial”, superação da condição mental passiva, para dar conta das tarefas histórico-sociológicas colocadas pela realidade dos países periféricos (SCHWARZ, 1999, p. 102), já que tais categorias explicativas devem ter um compromisso de revelar a história desses países. Defendendo essa invenção e já a aplicando, como quando faz com as ideias de favor, de compensação simbólica, dentre outras, o crítico se aproxima do filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz⁴⁹, que examina a ontologia capitalista, propondo uma ruptura ontológica, cujo primeiro passo seria superar o aparelhamento ideal constituído pela filosofia do

⁴⁹ “Considerado inovador da tradição marxista, Kurz, nascido em Nuremberg em 1943, participou da criação da revista e do grupo Krisis, em torno dos quais se desenvolveu a chamada Wertkritik (crítica do valor, em alemão). A Wertkritik é uma vertente teórica que se propõe a criticar a sociedade capitalista do ponto de vista da produção de mercadorias, usando como principal referencial o conceito de fetichismo da mercadoria tal como proposto por Karl Marx (1818-1883) [...] O livro mais conhecido do filósofo no Brasil é ‘O Colapso da Modernização’, lançado em 1991, com prefácio do crítico Roberto Schwarz.” (Folha de São Paulo, 29 de julho de 2012)

esclarecimento, que estaria bloqueando a crítica às “[...] categorias do sistema moderno de produção de mercadorias” (KURZ, 2007, p. 156).

Em *A ruptura ontológica* (2007), Robert Kurz demonstra que, com a globalização, as ideias relativas à sua crítica e superação perderam fôlego visto que houve uma “diluição do campo de atuação do Estado nacional e da regulação política”, mas não dos discursos que almejam, a partir dos conceitos de política e nação, ser alternativas categoriais ao capitalismo, dado que “estas alternativas representam condições basilares da ontologia moderna”. Kurz defende, então, a crítica à filosofia do esclarecimento, responsável pela assimilação das críticas pelo capitalismo e que ascendeu com a crítica à sociedade agrária e suas formas de dependência pessoal, para legitimar a “dependência coisificada” do mercado, do Estado e da “máquina social capitalista, o trabalho abstrato” e o respectivo “disciplinamento interior e administração humana” (KURZ, 2007, p. 160).

A filosofia da história desenvolvida com o esclarecimento foi construída em oposição as sociedades que viam no passado sua “época de ouro” em que o “ótimo insuperável era a mítica primeira vez”, que o esclarecimento põe de ponta cabeça e começa a considerar os antepassados como “filhos menores”, cuja maioria se daria na ontologia moderna. Dessa forma, História foi definida como “evolução”, como “progresso”, como modernidade capitalista alcançada por meio duma “modernização da modernidade”, ou seja, uma permanente crítica liberal formulada sempre nos limites de suas próprias categorias, incluídas aí as críticas clássicas à ideologia burguesa. Desse modo as sociedades que não foram compreendidas por esse esquema de “revalorização de todos os valores” mediados pela generalização das categorias do esclarecimento eram vistas como “subdesenvolvidas, imaturas, inferiores”.

Colocadas num contexto lógico e histórico, as categorias do esclarecimento, consideradas como óbvias e apriorísticas, tais como “trabalho, valor, mercadoria, mercado, organização do Estado e da política, direito, universalismo androcêntrico, sujeito e individualidade abstrata” fizeram com que liberalismo, marxismo e conservadorismo se baseassem sempre no mesmo conteúdo social e histórico e não em “formas categoriais e no modo ontológico de sociabilidade”, fazendo com que tais categorias fossem sempre criticadas sem que, contudo, houvesse possibilidade de escapar delas na prática social. Assim, no “impulso de modernização (progresso)” (KURZ, 2007, p. 162) ou “desenvolvimento” (KURZ, 2007, p.

165), tanto a crítica conservadora, baseada em “ideais pseudoagrários” (KURZ, 2007, p. 162) quanto a crítica reacionária, fundada, em contraposição à globalização, nos paradigmas de nação, política e regulação keynesiana (KURZ, 2007, p. 155), ambas protetoras do velho capitalismo, quanto a crítica liberal, fundada na “modernização da modernidade” e defensora do novo capitalismo, foram formuladas já nas categorias da ontologia moderna formando, por isso mesmo, uma “blindagem” desse mesmo campo ontológico.

Desse modo, a crítica às categorias do esclarecimento que os uspianos faziam, utilizando o ferramental marxista, impulsionava em direção à realização dos objetivos da burguesia progressista de emancipação, que é “uma emancipação por enquanto apenas negativa, que os sociólogos chamarão de modernização” (ARANTES, 2010).

Do mesmo modo, conforme Kurz, as economias ditas socialistas, com sua “exaltação do trabalho em abstrato e justificação pela ética protestante”, faziam parte do sistema mundial de produção de mercadorias, cuja função foi a de “servir de cobertura ideológica para a realização dum gigantesco esforço de industrialização” por meio do crescimento do Estado. Isso é típico do movimento pendular do capitalismo, que por vezes demanda momentos estatizantes e outros concorrenciais, de mínima de ação estatal (SCHWARZ, 1999, p. 186).

Combinando ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos, as economias ditas socialistas assim como as de Terceiro Mundo, como a do Brasil, englobadas pela competição econômica que força o aumento da eficácia e estabelece padrões de produtividade cada vez mais altos, buscavam desenvolver sua indústria, porém, ficavam a meio caminho, pois eram obrigadas a desenvolver-se, mas não conseguiam acompanhar a parafernália tecnológica dos países de primeiro mundo. Tais investimentos provocaram dispensa de trabalhadores e formação duma população composta de “não-pessoas sociais”, “sujeitos monetários desprovidos de dinheiro”, (SCHWARZ, 1999, p. 185). Tais desprovidos compõem as massas humanas deixadas ao deus dará pelas industrializações interrompidas. Agora, no Terceiro Mundo, com a queda das economias socialistas, os excluídos hoje são consumidores sem meios para consumir, o que os obriga a algum grau de ilegalidade. A nota é grande, mas definitiva:

No período anterior, do desenvolvimentismo, a esperança de emprego e de integração à vida moderna havia atraído os pobres para as cidades, arrancando-os ao enquadramento rural. Quando o motor desenvolvimentista não teve força para

absorver essas populações, estava criada a figura do sujeito monetário sem dinheiro: multidões. [...] Se não há emprego e tudo tem preço, como vão fazer? O paralelo com a categoria dos "agregados", característicos de nosso século XIX escravista, é possível, se forem guardadas as diferenças. Também eles subsistiam no interior da economia monetária e meio à margem dela. Erminia Maricato viu a continuidade entre os dois momentos, ligada ao interesse que o sistema de poder sempre teve em manter os pobres na precariedade, penderes de alguém com mando. No começo do processo, em 1850, a Lei de Terras dificultou a pequena propriedade rural, que seria um fator de legalidade civil. E até hoje não houve vontade política para regularizar a propriedade em favelas e cortiços, onde a massa pobre vive imersa na ilegalidade, achacada de inúmeras maneiras e naturalmente achacando por sua vez. [...] No mundo urbano, extensão do rural, essa relação se entrelaçou com a civilização moderna, diversificando-se notavelmente, mas conservando o traço básico. Persistiam o paternalismo, a patronagem, o clientelismo, o apadrinhamento, o filhotismo, o personalismo etc. – cuja verdade, no pólo fraco da relação, eram a dependência pessoal e a falta de garantias (SCHWARZ, 2007).

O conceito de sujeitos monetários sem dinheiro é de Kurz, que atribui sua existência ao atual estágio do capitalismo mundial. O que Schwarz nos mostra é a forma *sui generis* dos arranjos do desenvolvimento capitalista nas periferias, cujas virtualidades prometidas e dadas como cumpridas, além de manter uma multidão de pessoas segregadas de quaisquer direitos ou garantias, fazem com que, “longe de representarem o atraso, eles [as não-pessoas sociais sejam] resultado do progresso” (SCHWARZ, 1999, p. 171). Ou seja, há aqui uma permanente reposição do atraso (SCHWARZ, 1999, p. 102).

Na aplicação duma ideia de desenvolvimento, a da modernidade europeia numa economia e culturas dependentes já completamente envolvidas na lógica da troca mercantil e da Razão formal que uniformiza, despersonaliza e indiferencia os sujeitos, há o reforço de nossos pressupostos sociais devido à sua funcionalização em relação àqueles valores europeus e capitalistas. Desse modo, um avanço dos países desenvolvidos, a modernização deles, opera à custa do retrocesso dos “subdesenvolvidos”, já que os avanços do capital nos países desenvolvidos que se especializaram em produtos industrializados fazem com que os países subdesenvolvidos, regra geral, se especializem em produtos primários, matérias-primas e alimentos que supram as fábricas dos países modernos. Estes vendem seus produtos industrializados aos subdesenvolvidos, sempre superexplorando a barata força de trabalho dos países da periferia. Portanto, os países desenvolvidos o são porque nós não o somos – conforme o padrão deles. E quanto mais aplicamos seus padrões por aqui, maior a dependência, maior a exploração, maior a canalização de riquezas para o exterior.

Essa aplicação acontece devido ao fato de o país se definir pelo que não é, ou seja, por sua suposta condição de subdesenvolvido. O padrão de acumulação dos países que perseguimos,

que nos são referencia, é inalcançável. A aplicação local desse padrão conduz a um permanente estado de exceção. Francisco de Oliveira o sintetiza assim:

O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre* (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

Schwarz observa, nessa definição pelo que não se é, problemas na esfera política e econômica, afirmando que na tradição uspiana de pensamento, que cindia o Brasil numa dualidade entre moderno e arcaico, o país se definia pela “condição subdesenvolvida, que já não se aplica, e pelo modelo de acumulação, que não alcança”. Na verdade, nosso desenvolvimento se assenta nesse modelo de acumulação. Na esfera das categorias, particularmente a de progresso, o problema tinha mesma natureza: “De outro ângulo, note-se como vertiginoso e inusitado o andamento das categorias: estão em formação, já perderam a atualidade, não vieram a ser, trocam de sentido, são alheias etc.” (SCHWARZ, 2003, p. 16). O descentramento é inevitável e faz com que, aplicando ideias da modernidade europeia, mantenhamos nossa situação de atraso, conformando um desenvolvimento em que o ideal de progresso, pelos diversos pontos de vista, ao mesmo tempo está em formação e não vem a ser.

Nossos avanços, resultados de escolhas conscientes, nos tornam, portanto, contemporâneos de Machado de Assis, que notou “no contrabandista de escravos a exceção do *gentleman* vitoriano; e no agregado verboso, a exceção do cidadão compenetrado”. Esses avanços nos permitem vislumbrar a reconfiguração da propriedade e do mando, cuja análise acerca do subdesenvolvimento brasileiro faz “refluir” sobre a do Brasil Império (SCHWARZ, 2003, p. 18).

Schwarz (1999, p. 95) se filia à interpretação de desenvolvimento de Trotsky (1978), de desenvolvimento desigual e combinado, que consiste no fato de um país atrasado, lento em seu desenvolvimento – “uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e um baixo nível cultural” (TROTSKY, 1978, p. 23) – assimilar as “conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados” sem, entretanto, ter a necessidade de repetir as etapas do desenvolvimento de outras nações. Na verdade, o desenvolvimento obedece a um caráter complexo, irregular e combinado em que, na maioria das vezes, a própria situação de atraso

força o país a assimilar àquelas conquistas dos adiantados, pulando as etapas de desenvolvimento por que passaram.

A desigualdade de ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1978, p.25).

Esses avanços dos elementos da técnica e saber da economia capitalista, onde a lei da evolução combinada se mostra com mais força, agravavam, na Rússia, a servidão, já que esta era a forma essencial de organização do trabalho.

Esse mesmo esquema é construído por Novais quando analisa a dissolução do mundo feudal e a forma que ele reage a essa dissolução, provocada pelo crescimento do comércio que, nas áreas onde predomina, dissolve os laços servis e, posteriormente, leva à proletarização do pequeno comerciante. Onde o comércio não é predominante, a situação dos servos feudais era agravada.

Assim, o desenvolvimento da economia mercantil (com os processos correlatos de divisão social do trabalho e especialização da produção) na medida em que se expande, agrava as condições da servidão – e no limite promove insurreições camponesas. Por outra parte, o próprio alargamento do mercado, a longa distância, estimula a diferenciação dentro da sociedade urbana; o produtor direto, perdendo o domínio do mercado, tende a se proletarizar – o que leva às insurreições urbanas (NOVAIS, 1985, p. 63).

No Brasil – e nos países periféricos –, contemporaneamente, pressionado pelo mercado mundial em seu processo crescente de acumulação de capital (produção de mercadorias, no caso, manufaturadas, e produção e concentração de riqueza material) a economia nacional se vê cada vez mais espoliada, devido ao aumento de encargos com a contínua deterioração dos termos de troca⁵⁰ entre países, o inevitável aumento nos investimentos em tecnologia para aumento da extração de mais-valia relativa, causando crescente empobrecimento e endividamento das sociedades periféricas já pobres. Ou seja, quando os países modernos

⁵⁰ Deterioração dos termos de troca é uma expressão cunhada por Raul Presbich, economista argentino da Cepal, que designa o permanente aumento na diferença de preços entre produtos de países periféricos, matéria-prima e agrícolas, e os preços dos produtos dos países industrializados. Robert Kurz retoma este termo, *terms of trade*, e afirma: “Os países mais pobres da África, mas também da Ásia e da América latina, já não tiveram chance alguma de iniciar uma industrialização própria e o desenvolvimento social. A piora contínua dos *terms of trade* para seus produtos agrícolas e matérias-primas já os transformou em “caos sociais mundiais” sem esperança, que nem conseguem alimentar-se por força própria. As lutas internas pela distribuição conduziram ali a chacinas, guerras civis e de tribos, catástrofes de fome e epidemias (KURZ, 1991).

avançam no processo de acumulação de capital, tal avanço é dependente do retrocesso dos países periféricos. É a reposição do atraso pelas economias adiantadas, do ponto de vista global, que é o do capital.

A crescente espoliação faz com que o Estado da periferia, instrumento que sempre foi da elite nacional e que serve para distribuir as perdas, absorva custos específicos do mercado e do processo de acumulação de capital, como o investimento em infraestrutura para escoamento de mercadorias, investimento em pesquisa e desenvolvimento fabril, educação de trabalhadores, dentre outros, socializando os custos de produção e as perdas que possam existir. Em um crescente endividamento e espoliação, o Estado, para fazer frente às demandas sociais, moderniza seus métodos, mas tem de manter os pressupostos coloniais: a violência, o arbítrio, a concentração brutal de renda, a segregação colonial, a ausência de direitos e, portanto, o produto disso tudo, uma massa de agregados que, no período colonial dependia do senhor para sobreviver e hoje, com o nome de sujeitos monetários sem dinheiro, dependem de “organizações internacionais de auxílio, transformando-se em caso de assistência social em escala planetária” (SCHWARZ, 1999, p. 185).

Nesse quadro, é normal que surjam intelectuais com o ideal europeu de civilização, ponto de fuga de todo brasileiro bem formado, com ideias que modernizem o país,⁵¹ que nos afundam de vez na barbárie que pretende superar. Radicado num país que repõe segregações coloniais e deslumbrado com a modernidade europeia, a solução sugerida por um primeiro nativo é naturalmente algumas das dos países centrais. Por outro lado, para um segundo, se as causas dessa selvageria forem vistas no avanço do capital, a saída, numa sociedade completamente mercantil, é a exaltação de valores familiares, hierárquicos, pessoalizados.

Nossa modernidade peculiar é demonstrada em análise de Schwarz de Oswald de Andrade, em que o crítico caracteriza a conciliação de antagonismos:

Páginas atrás, vimos que o poema caçoa de um tipo atrasado de progresso, de que depende, para se configurar, da presença de outro progresso mais adiantado. [...] Assim, o esvaziamento entre as matérias da colônia e burguesa (atrasada), bem como o descaso pelos seus conteúdos subjetivos, são efeitos de uma distância

⁵¹ Um exemplo é o de Fábio Giambiagi, renomado economista de instituições como o IPEA, BNDES, BID, professor, que lançou, em 2007, o livro *Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade*, em que reflete “sobre os fatores que nos mantêm na mediocridade” e visa a superar a visão “anticapitalista que ainda impregna a sociedade enterrando mitos e inculcando a lógica econômica desde a infância” (GIAMBIAGI, apud QUINTAIROS, 2007). Ora, o que vemos mostrando até aqui é que esse paternalismo (“atraso”, de forma geral) se adapta perfeitamente aos designios do capital, tanto que o Brasil, moderníssimo, é pujante economicamente devido a uma das maiores concentrações de renda do planeta.

interna ao poema, transposição por sua vez, da distância entre figuras locais e universais do progresso. Surpreendentemente, o resultado é valorizador: *a suspensão do antagonismo e sua transformação em contraste pitoresco, onde nenhum dos termos é negativo*, vem de par com a sua designação para símbolo do Brasil, designação que, juntamente com a prática dos procedimentos vanguardistas, está entre as *prerrogativas* de superioridade, do espírito avançado que estamos tentando caracterizar. Portanto a modernidade não consiste em romper com o passado ou dissolvê-lo, mas em depurar seus elementos e arranjá-los dentro de uma visão atualizada e, naturalmente, inventiva como que dizendo, do alto onde se encontra, tudo isso é meu país (SCHWARZ, 1987, p. 21-2, grifo nosso).

Nosso “espírito avançado”, portanto, acomoda, não opõe nossos pressupostos sociais com as ideias burguesas. Essa acomodação possibilita a superioridade de nossa sociedade em frente às que nos são referência (as burguesas dos países centrais, supracitadas) que passam a ser vistas como atrasadas, de que “caçamos” e das quais dependemos para nos valorizar.

Devido à existência e permanência desses dois universos na sociedade brasileira, o dos interesses econômicos e o das relações patriarcais, Schwarz (2008) a interpreta como dual. Esse dualismo é necessário para a análise dialética, já que para se ter dialética é preciso que se tenha uma tese e seu contrário, antítese ou um positivo e um negativo, responsável pelo movimento para a síntese. Paulo Arantes (1996), a partir da interpretação das obras de Schwarz e de Candido, percebe na cultura brasileira um déficit de negatividade.

Em linhas gerais, o argumento partia da constatação de *um certo déficit de negatividade em nossa cultura*. Antonio Candido não se exprimiu exatamente nestes termos, mas sem falseá-lo torci um pouco a terminologia para o lado do Roberto, que me interessa salientar depois. Com isso ele queria dizer que a cultura intelectual brasileira demonstrou sempre uma tendência a ser muito "a favor", mesmo quando era "do contra". No seu modo de entender, fenômeno muito compreensível numa sociedade de cultura reflexa, condenada desde a origem a adotar os padrões trazidos pelos colonizadores. Esta referência obrigatória à norma europeia, seja para acatá-la ou infringi-la, acabou fazendo com que o "a favor" e "o contra", por assim dizer, se alternassem interligados na evolução de nossa vida intelectual. Assim, um artista de vanguarda podia ser frontalmente "contra" a pasmaceira local, mas decididamente "a favor" da renovação estética europeia, que por sua vez *perdia o gume negativo ao servir aos propósitos positivos de um país periférico*. Não surpreende então que os movimentos "do contra" na cultura brasileira sejam de fato muito temperados (ARANTES, 1996, grifo nosso).

Assim, nossa cultura intelectual contra a pasmaceira local e a favor de mudanças, quando importava tais renovações, não tinha “propósitos negativos” por aqui, de mudança de nossa condição social e sua elevação a tais renovações, mas serviria apenas com o propósito ornamental, de desfrute, de “contraste pitoresco”, “positivo”. Desse modo, mesmo sendo contra a mesmice do país e a favor de aculturação de renovações de lá, do exterior, acabávamos sendo a favor da mesmice local, que se mantém intacta pela renovação

impotente, “que gira em falso”. Há uma referência obrigatória à norma europeia, seja para aceitá-la, como no exemplo referido acima, em que não vai dar em nada em termos de mudança social, seja para rejeitá-la, o que caminha para o mesmo fim, para ausência de mudança.

O descentramento das ideias, portanto, não é exatamente um ato de se posicionar, como se fosse retirado algo do lugar errado e fosse colocado em seu devido lugar, mas é um posicionar-se que faz referência à posição ocupada, de forma aparente, simulada. Esse ato de se posicionar é possível devido ao rebaixamento dos dois termos da crítica da ideologia, o universal e sua realização particular, devido ao fato de suas existências se darem por contraste, o que faz com que os antagonismos possam ser conciliados e utilizados conforme a conveniência, já que no universo das ideias nenhum dos dois polos é a regra. É uma experiência social, ou seja, experiência que ocorre na relação entre os sujeitos e entre estes e o mundo, baseada em aspectos pré-teóricos e pré-científicos, em que as contradições impostas pela realidade, não pelo pensamento, são apreendidas⁵² (CAMARGO, 2010).

O deslocamento das ideias modernas entre nós tornou-se mais evidente com a proclamação da Independência, feita em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que, dessa forma, passaram a fazer parte de nossa identidade nacional, sempre deslocadas pela existência do favor. Com a proclamação, a ligação do País à ordem revolucionada do Capital e às ordens civis não só não mudou os modos atrasados de produzir, como os confirmou e os promoveu na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos modernos. Assim, foram também nossa burocracia e justiça que, embora regidas pelo clientelismo propiciado pelo favor, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno e que mesmo tendo contribuído para que surgissem novos papéis sociais não generalizou a sociedade competitiva nos moldes clássicos. Schwarz cita exemplos concretos dos deslocamentos de nossas ideias na imprensa, na arquitetura⁵³ e nos hábitos que conformam nossa cultura reflexa:

⁵² Esse conceito de experiência da Teoria crítica visa a “afastar-se da ênfase positivista, que situa tal conceito como decorrência da aplicabilidade do método como instância superior do processo de investigação da realidade, ou, como critério, a partir das regras positivas da ciência, para se chegar à verdade” (CAMARGO, 2010, p. 107-8) e, portanto, criticar o pensamento pragmatizado que foi discutido quando analisamos à crítica a Razão iluminista.

⁵³ O arquiteto Pedro Fiori Arantes (2007), comentando sobre um dos elementos de nossa formação nacional, a arquitetura, afirma que, a importação de modelos europeus e sua aplicação ao Brasil também demonstra aspectos culturais e sociais do país que conformam um quadro complexo e nosso, equivalentes ao que acontece na esfera das ideias. “Roberto Schwarz foi

[...] afirma-se o propósito redentor da imprensa, na tradição de combate da Ilustração; a grande seita fundada por Gutenberg afronta a indiferença geral, nas alturas o condor e a mocidade entreveem o futuro, ao mesmo tempo que repelem o passado e os preconceitos, enquanto a tocha regeneradora do Jornal desfaz as trevas da corrupção. Na segunda parte, conformando-se às circunstâncias, as revistas declaram a sua disposição cordata, de ‘dar a todas as classes em geral e particularmente à honestidade das famílias, um meio de deleitável instrução e de ameno recreio’. A intenção emancipadora casa-se com charadas, união nacional, figurinos, conhecimentos gerais e folhetins. [...] ‘A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização’. [...] pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquivadas, colunatas, frisas etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. [...] O trecho refere-se a casas rurais na Província de São Paulo, segunda metade do séc. XIX. Quanto à corte: ‘A transformação atendia à mudança dos costumes, que incluíam agora o uso de objetos mais refinados, de cristais, louças e porcelanas, e formas de comportamento cerimonial, como maneiras formais de servir à mesa. Ao mesmo tempo conferia ao conjunto, que procurava reproduzir a vida das residências europeias, uma aparência de veracidade’ (SCHWARZ, 2000a, p. 21).

Seja no mundo das ideias, no âmbito das funcionalidades arquitetônicas, seja no dos hábitos, nas relações interpessoais e com objetos, o ideal almejado é sempre o europeu. No período colonial, sempre se usavam as relações sociais e econômicas concretas, conciliando trabalho escravo e ideal europeu na busca duma “aparência de veracidade”. Porém, numa sociedade hierárquica, cujo trabalho era considerado inferior e reservado aos escravos, estes deveriam ser afastados, para alimentar a imaginação “cujos pressupostos, em razoável parte, não se encontravam no país, ou encontravam-se alterados” (SCHWARZ, 2000a, p. 35).

Essas combinações entre favor, escravidão e ideias liberais que, no período da Independência, início do século XIX, começaram a ser vistas como defeito mantinham, porém, as ideias liberais que gravitavam por aqui, “fora de centro em relação à exigência que elas mesmas propunham, e reconhecivelmente nossas, nessa mesma qualidade” descentrada, fora de centro. Essa combinação foi possibilitada, concretamente, pela fusão de latifúndio e trabalho compulsório, e consolidada pelo grande papel que passou a ter no mercado internacional, que atravessou impávida a Colônia, os Reinados e as Regências, a Abolição, a Primeira República e, posteriormente, as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras que, na Europa, acompanharam e refletiram grandes transformações na ordem social. Além das instituições políticas e das correntes literárias, o apego às últimas teorias científicas,

um dos primeiros críticos no Brasil a perceber nos impasses da arquitetura um problema central da vida cultural e social do país”.

de acordo com Schwarz, também demonstrava que fazíamos um esforço de atualização e desprovincianização nessa área:

Nos vinte anos em que tenho dado aula de literatura assisti ao trânsito da crítica por impressionismo, historiografia positivista, *new criticism* americano, estilística, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo e agora teorias da recepção. [...] Mas é fácil observar que só raramente a passagem de uma escola a outra corresponde, como seria de esperar, ao esgotamento de um projeto; no geral ela se deve ao prestígio americano ou europeu da doutrina seguinte. [Isso pode levar a um] desinteresse pelo trabalho da geração anterior e a consequente descontinuidade da reflexão (SCHWARZ, 1987, p. 30).

A gravitação das ideias, portanto, advinham tanto da circulação mundial delas quanto das instituições e doutrinas que elas criavam, a seu modo, no Brasil, em seu processo de reprodução social, do parasitismo do país e da dependência econômica e cultural.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa, para usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação (SCHWARZ, 2000a, p. 29).

Em síntese, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, no período da Independência, a circulação de ideias europeias no Brasil estava em flagrante incompatibilidade com o sistema econômico escravista e com as relações sociais baseadas no favor e na dependência pessoal, as quais garantiam a existência, a generalização e a circulação daquelas ideias. Em uma sociedade hierárquica, desigual, com grandes privações materiais, em que inexistia o trabalho livre, porém, mantendo permanente contato com os valores dum mundo civilizado e moderno, referência e ideal, as relações sociais passam a ser mediadas por prestações e contraprestações não monetárias, respeitadas ou não pela parte mais forte da relação. Trata-se do favor, cujos componentes de arbítrio se associam à desconsideração e ao grau de dominação sobre o desvalido. São fantasias duma burguesia queixosa por não ser igual a seus pares europeus, mas desejosa disso, o que faz com que ela importasse vorazmente ideias, instituições e práticas para o Brasil.

O desenvolvimento do país, desigual e combinado, fazia com que saíssemos dum estado atrasado na economia e, pulando etapas, estivéssemos entre os países mais desenvolvidos, aprofundando a exploração econômica e a dominação política, repostas permanentemente por imposição do próprio desenvolvimento capitalista. Na Colônia, a economia baseada no sistema escravista, fundado na disciplina militar e na violência, era uma das que mais

produzia riqueza no mundo colonial português. Traço cultural forte, o favor, nossa mediação social, permitia que a relação moral fosse rompida quando os interesses econômicos do proprietário falassem mais alto, largando, arbitrariamente na miséria o desvalido, já que a produção econômica e o lucro eram garantidos pela escravaria.

No período atual, Republicano, a economia, inserida na concorrência do mercado mundial e obrigada, por isso, a acompanhar o padrão de produtividade correlato que se baseia no avanço tecnológico e na mundialização financeira, força o endividamento externo, dispensa mão de obra barata, tornando inútil uma multidão de pessoas que antes lutava contra a exploração do capital e hoje se debate contra a falta dele (SCHWARZ, 1999, p. 184). Trata-se da segregação econômica e da segregação cultural impostas pela indústria cultural que são repostas por força dos avanços da nossa moderníssima economia e de nossas moderníssimas ideologias que, sendo aparência de aparência, por isso mesmo não enganando mais a ninguém, servem apenas como adorno para o arbítrio de nossas elites.

3. DISCUSSÕES SOBRE AS *IDEIAS FORA DO LUGAR*.

Em *Cultura brasileira e identidade nacional* (2006), Renato Ortiz, analisando a penetração das ideias estrangeiras a partir do estudo das teorias raciais elaboradas na Europa, pergunta-se: como podemos entender o fato de algumas ideias chegarem ao Brasil e outras não?

Ortiz observa que as teorias raciais na Europa, quando estão em processo de vulgarização, já se disseminaram, amadureceram e passaram por críticas que as fizeram ser revistas ou superadas. Tais teorias se apresentam, então, como hegemônicas no Brasil, demonstrando que há uma defasagem entre o momento da produção cultural e o do consumo das ideias, fragilizando, dessa maneira, o argumento de que haveria imitação, cópia da última moda a que estaria o Brasil realizando. O sociólogo conclui que há, portanto, um processo de importação deliberada, não imitação ou cópia. Tal importação atenderia às demandas da elite intelectual brasileira que necessitava conceber um Estado Nacional sem se esquecer de considerar as condições concretas dum país escravista, em que uma das soluções para a formação duma economia capitalista era a execução duma política imigratória que também possuía uma dimensão ideológica: a de branqueamento da sociedade.

Dessa forma, as ideias racistas que entraram no Brasil o fizeram “naturalmente” e tiveram uma função legitimadora e cognoscível num ambiente escravista. Renato Ortiz conclui, dessa maneira, que as ideias estariam no lugar, tendo em vista a sua funcionalidade de legitimação da segregação racial.

Alfredo Bosi, em *A escravidão entre dois liberalismos* (1972), segue linha parecida, afirmando que a oposição entre escravismo e liberalismo seria um falso impasse, um paradoxo verbal, e que nosso liberalismo esteve apenas à altura de nosso contexto.

Nessa obra, Bosi defende que as ideias mestras da doutrina clássica do liberalismo econômico deveriam aplicar-se com justeza às circunstâncias e peculiaridades nacionais. Haveria aí uma filtragem ideológica e contemporização, que seriam as estratégias do “liberalismo intra-oligárquico” brasileiro durante o período em que se construía o Estado Nacional.

Já em outro texto *A cultura no Brasil Império – literatura e ideias*, Alfredo Bosi afirma que “[...] a coabitação de liberalismo e escravidão em colônias e ex-colônias não foi triste ou farsesco apanágio do Brasil Império, sendo equivocada a tese de que aqui, e só aqui, as ideias liberais estavam fora de lugar” (BOSI, 2012, p. 226). A referencia ao texto de Schwarz é

direta e o texto é posterior ao *Discutindo com Alfredo Bosi*, texto em que Schwarz estabelece uma discussão acerca do *A escravidão entre dois liberalismos*.

As ideias centrais de Bosi então são estas: haveria uma filtragem de ideias que separaria as excêntricas, deslocadas ou postizas das que eram funcionais para o uso de classe; o Brasil não seria o único país em que as ideias estariam “fora do lugar”.

A historiadora Maria Silvy de Carvalho (1976), em crítica às ideias de Schwarz (2000a), no texto *As ideias estão no lugar*, observa que metrópole e colônia participam dum mesmo modo de produção e reprodução do capital, porém com diferenciações internas, não havendo, portanto, o processo de difusionismo cultural interpretado pela autora, a partir do uso, por Roberto, da noção de influxo externo e de que as ideias viajariam. Nesse caso, a finalidade última do sistema capitalista seria apenas uma: o lucro. As ideias, então, seriam produzidas internamente à sociedade, excluindo o difusionismo cultural, tendo como função última a busca do lucro.

O filósofo Sérgio Paulo Rouanet segue caminhos alternativos. No texto *Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade* (1993), Rouanet observa que falta a Schwarz uma análise psicológica do autor, pois as obras de Machado estariam embebidas de tais características psicológicas. No mesmo texto, discute ainda as obras que Machado cita do irlandês Sterne, do francês Xavier de Maistre e do português Almeida Garret, demonstrando que, nesses autores, a volubilidade, o capricho e o arbítrio de seus personagens constituem o cerne de seus romances, sendo produtos, também, em nível sociológico, da experiência dos deslocamentos. Dessa forma, a volubilidade não seria, portanto, característica apenas brasileira, de acordo com o autor, mas um mecanismo social derivado da transição entre sistemas de produção.

Dessa forma, Rouanet afirma que a experiência social dos deslocamentos, experiência que engendra a volubilidade, não é uma característica de classe, já que Machado poderia ter capturado uma propriedade inerente à psicologia humana que, como tal, nem é exclusivamente brasileira, uma vez que, assim como os outros autores, teria estilizado a realidade que viu em um momento sócio-histórico específico pelo qual passava.

A última crítica que destacamos aqui foi feita pelo sociólogo, especialista no pensamento de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho. No texto *Cultura e sociedade no Brasil* (2011), o sociólogo considera que o problema de as ideias estarem fora do lugar no Brasil seria resolvido com a passagem duma subordinação formal do país à subordinação real⁵⁴ de seu modo de produção ao capitalismo mundial. Coutinho afirma que, no período colonial, a subordinação das economias, agora periféricas, se dava no terreno da circulação, não no da produção material, o que define a subsunção formal. Desse modo, como os pressupostos de nossa formação econômica e social estavam na Europa, a cultura de lá “não encontrou obstáculos prévios” à penetração por aqui, já que as culturas negra e indígena foram transformadas em folclore quando da resistência contra aquela.

Sendo a dependência econômica e social uma reprodução social ampliada, que a longo prazo provoca transformações de qualidade com a progressiva acumulação de capital, a progressiva subordinação das economias periféricas começava a se dar pela via de sua subordinação total à economia capitalista, ou seja, a subsunção se convertia de formal para real.

Essa conversão cria novas condições para nossa história cultural. Quanto mais passa a predominar a subordinação real, tanto mais vai desaparecendo aquele fenômeno que Roberto Schwarz, em sua lúcida análise da cultura brasileira do século 19, chamou de ideias fora do lugar (COUTINHO, 2011, p. 42).

Roberto Schwarz responde diretamente sobre a questão da funcionalidade das ideias importadas – e o termo utilizado pelo crítico é importação, não cópia ou imitação – e em partes diversas de sua produção a Sérgio Rouanet. Quanto à questão de que as ideias só estariam fora do lugar no Brasil, sua própria obra traz referências de que ele se reportava aos países de periferia, não apenas ao Brasil. Sobre a subsunção, em que Coutinho discorda de Schwarz, o contraponto é observado, justamente, em duas das teses centrais de Schwarz, da flexibilidade da superestrutura e da relação dinâmica entre economia e cultura.

Schwarz (1999) não nega a existência duma espécie de filtragem das ideias, o que lhes caracterizaria sua funcionalidade, já que a aculturação (Schwarz utiliza esse termo em vez de usar o difusionismo cultural) e o ajustamento das ideias estrangeiras no Brasil – e em qualquer

⁵⁴ Esses conceitos têm inspiração marxista e derivam da predominância universal e irrestrita do capitalismo e seus valores. Coutinho cita Marx: “Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material quanto à produção intelectual. As criações culturais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal” (MARX apud COUTINHO, 2011, p. 37).

outra parte do mundo – se impõem de imediato. Afirma ainda que a sensação de que as ideias ocidentais não se aplicam ao Brasil é tema discutido há muito tempo pelo pensamento conservador e que ele não iria repetir isso apesar de não ser opção para o país deixar de copiar tais ideias (SCHWARZ, 2008). O que o crítico constatou em sua análise foi exatamente as funções que as ideias europeias tinham no Brasil e como e com que intuito a sociedade brasileira tratava tais ideias, tendo em vista que o país faz parte da realidade ocidental, apesar de ter dinâmica social e histórica própria. Machado fez o objeto Brasil falar do sujeito Europa, sujeitou as ideias civilizadas à conduta do paternalismo esclarecido, algo que inverte radicalmente o modo de análise, já que permite a tentativa de racionalização e civilização do paternalismo.

Apesar de haver filtragem das ideias deslocadas, que são aquelas que não servem bem a interesses de classe, elas coexistem com aquelas que servem a tais interesses. A vida intelectual não é estritamente autóctone; assim, uma cultura estranha à nossa não é nossa inimiga, a ponto de nos afastarmos dela de qualquer modo. O argumento de filtragem das ideias tem viés localista e serve para aqueles que creem que o liberalismo econômico seja incompatível com o escravismo e, portanto, não crê que haja um lado seu que seja desumano, acabando por proteger, com tal argumento de filtragem, por determinado ponto de vista, a ideologia moderna da propriedade contra o juízo da desumanidade radical (SCHWARZ, 1999).

Quanto ao fato de que as ideias estariam fora do lugar somente no Brasil, destaco apenas uma passagem do próprio texto “As ideias fora do lugar”, para demonstrar que esse deslocamento de ideias não foi “triste e farsesco apanágio” apenas no Brasil, apesar de o crítico o ter tratado de forma mais extensa sobre seu país.

Algo de comparável, talvez, ao que se passava na literatura russa. Diante desta, ainda os maiores romances do realismo francês fazem impressão de ingênuos. Por que razão? Justamente, é que a despeito de sua intenção universal, a psicologia do egoísmo racional, assim como a moral formalista, fazia no Império Russo efeito de uma ideologia "estrangeira e, portanto, localizada e relativa. De dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo. A figura caricata do ocidentalizante, francófilo ou germanófilo, de nome frequentemente alegórico e ridículo, os ideólogos do progresso, do liberalismo, da razão, eram tudo formas de trazer à cena a modernização que acompanha o Capital. Estes homens esclarecidos mostram-se alternadamente lunáticos, ladrões, oportunistas, crudelíssimos, vaidosos, parasitas etc. O sistema de ambiguidades assim ligadas ao uso local do ideário burguês – uma das chaves do romance russo – pode ser comparado àquele que descrevemos para o Brasil (SCHWARZ, 2000a, p. 27).

O esforço que Roberto Schwarz faz em suas obras é o de mostrar a modernização do atraso, a dissonância que as ideias modernas causam entre nós (já que trata do Brasil), qual a função das ideias, tendo elas, portanto, papéis, diferente do que imputaram a Schwarz.

Quanto à análise de Rouanet (1993) dos estrangeiros, é exatamente a volubilidade em sua vertente universal que o filósofo capta. Porém, é também o resultado dessa visão universal aclimatada ao paternalismo que Schwarz esclarece:

A volubilidade inicialmente nos apareceu como a feição mais saliente do narrador; seria um traço subjetivo, uma disposição passageira, corrigida logo adiante? Vimos que não: ela é o pendur permanente de todos; designaria, neste caso, uma insuficiência metafísica do ser humano. *Por outro lado, não lhe faltam também conotações de cor local, mais genéricas do que uma propensão de fulano ou beltrano, mas nem por isso universais*; nesta acepção, ela seria o indício distintivo de uma sociedade entre outras. Acompanhada em seu andamento, *a prosa cauciona as três perspectivas: a volubilidade é condição humana, é feição pessoal e é característica brasileira*. Conforme domine esta ou aquela, o tom é absoluto, como convém às verdades últimas; engraçado, caso retrate um defeito individual; e satírico, se designa um modo de ser racional. *Vai nisso um problema lógico, pois o mesmo atributo tanto individualiza quanto universaliza* (SCHWARZ, 2000b, p. 61-2, grifo nosso).

A volubilidade operando numa sociedade hierárquica e desigual faz oscilar os critérios entre universais e locais, um desqualificando o outro. Essa oscilação é sustentada por associações mentais arbitrárias, com a finalidade de manter uma superioridade qualquer, que é posta de lado quando alcançada. Faltou a Rouanet fazer a análise específica que Machado fez e que Schwarz identificou, que foi aquela em que a sociedade local põe em questionamento os valores e ideias ocidentais.

Quanto ao fato de Machado ter identificado uma propriedade inerente à psicologia humana, ao geralmente humano típico do programa universalista, o crítico comenta, respondendo a outro estudioso do romancista:

O trabalho escravo e a plebe colonial, o clientelismo generalizado e o próprio trópico, além da Corte e da figura do Imperador, davam à civilização urbana e a seus anseios europeizantes uma nota especial. Compunham uma sociedade inconfundível, com questões próprias, que o romancista não dissolveu em psicologia universalista (SCHWARZ, 2006, p. 63).

Machado não conferia sinal positivo à acumulação universalista, fazendo dela parte integrante do prestígio e da conduta arbitrária, social e de classe de Brás Cubas, narrador de *MPBC*. Portanto, isso demonstra que tal acumulação não subsumiria os aspectos culturais locais.

No Brasil, então, não há apenas idéias deslocadas, como de resto nos países centrais também há, mas uma “cultura reflexa” (ARANTES, 1996) que faz com que as experiências sociais, entre nós, sejam universos que traduzem melhor nossa vida social e cultural que o conhecimento racional, científico, metódico, empírico característico das Ciências e da Filosofia. Dessa forma, a literatura e a crítica literária, que intuem melhor tais experiências, fariam, nos países periféricos de cultura reflexa, o que a filosofia faz nos países do centro.

4. CONCLUSÕES

O descentramento, portanto, deriva destes três fatores e permanece a eles associados: da circulação mundial das ideias e sua recepção por nosso paternalismo, considerando que o deslocamento das ideias visa a realizar sua legitimação; do modo de formação da cultura brasileira que, desde a colonização até hoje (já que as ideias e pessoas continuam circulando mundialmente) acultura tais ideias com as implicações na própria identidade nacional, no modo de constituição da Nação e na construção social da realidade, constituindo uma cultura reflexa do exterior; e do hiato entre o desenvolvimento econômico estrangeiro desejado e o progresso social correspondente e necessário, porém inalcançável visto que é justamente sob a regressão social que se sustenta o avanço do desenvolvimento econômico citado, o que repõe as relações pessoalizadas de dependência baseadas no favor, no filhotismo, no patrimonialismo, no clientelismo.

As relações de mando permanecem como práticas sociais devido à circulação das ideias modernas no Brasil e ao modo de nossa formação cultural. Essas relações que visavam a legitimar o paternalismo eliminavam nossa capacidade cognitiva de conhecimento da realidade e, portanto, de crítica a ela. Além disso, atendiam à nossa imaginação e às modificações que desejávamos para o país, o que contribuía para reproduzir aquelas relações “arcaicas”, “atrasadas”, mantendo-as como ideal e fazendo circular aquelas ideias modernas que atendem ao nosso relevo social, ou seja, à nossa hierarquia e imaginação. As ideias vanguardistas, então, reproduzem o “atraso” entre nós e essa reprodução sustenta àquelas ideias.

No processo de desenvolvimento brasileiro com suas implicações para a formação da nação e com o deslumbramento de nossas elites pela Europa, importamos ideias e valores, construindo uma cultura que conciliou aspectos inconciliáveis. A interpretação do país não fugiu a essa regra. Gildo Marçal Brandão sintetiza nossa condição atual e a responsabilidade do intelectual em frente a essa condição:

A poderosa internacionalização da economia brasileira redefiniu, mas não rompeu os laços de dependência; a estagnação das duas últimas décadas acirrou as desigualdades regionais; vinte anos de democracia permitiram certa redução da pobreza, mas não a eliminação da desigualdade, e o próprio princípio igualitário potencialmente induzido pelo mercado ainda não se naturalizou. Tais hipotecas – derivadas duma economia capitalista duplamente articulada, que se desenvolve reforçando a dominação externa e a desigualdade interna – foram antes repostas, sobredeterminadas pelo novo contexto criado pela mundialização. [...] Dito de forma sintética: capitalismo *high tech* e arcaísmo continuam andando de mãos dadas, e nós

[intelectuais] precisamos com urgência deslindar as novas formas em que isso acontece (BRANDÃO, 2008, p. 391-2).

Nas relações internacionais, os avanços das economias dos países considerados desenvolvidos ou metropolitanos, ou seja, a crescente acumulação de capital e seu desenvolvimento social, são feitos em detrimento da permanência das economias subdesenvolvidas ou colônias, como supridoras daqueles países de produtos mais baratos que os industrializados, gerando um permanente empobrecimento dos países periféricos devido à diferença de preços entre as mercadorias trocadas. Os avanços tecnológico e econômico e o aumento correlato da produtividade fazem com que, no processo de concorrência, as empresas e países que não se equiparem aos mais eficazes e produtivos sejam eliminados.

Cada passo no aumento da produtividade nos países adiantados não poderá ser acompanhado pelos países atrasados, já que o “aumento da intensidade do capital (expressão fetichista para o desdobramento da ‘força produtiva ciência’)” (KURZ, 1991), proporcionado pela ciência e tecnologia nova, será sempre acompanhado dos respectivos direitos de propriedade, ou seja, com a reposição da propriedade privada. E com o aprofundamento da aplicação das ciências, da técnica e da automação, cresce também a necessidade de investimentos gigantescos nas Ciências e na Educação, na Administração e nos serviços, enfim, em desenvolvimento social, necessidades a que os países atrasados, como o Brasil, não podem atender.

Esse mesmo avanço tecnológico e científico, base do capitalismo mercantil, industrial e financeiro, que se associa ao progresso burguês e ao desenvolvimento de países, dissemina uma racionalidade que faz do outro um instrumento para o alcance de finalidades e generaliza as trocas mercantis, despersonalizando os sujeitos e equiparando-os a coisas. A indústria cultural expande o fenômeno do fetichismo da mercadoria para o domínio da cultura e produz os sujeitos para suas mercadorias.

No Brasil, a elite compartilhou os valores das “associações morais” dos homens comuns e pôs em circulação as ideias modernas. A impregnação dessas ideias, que elimina nossa capacidade cognitiva e crítica, nos faz ascender em nossa hierarquia social, cujo ápice são aquelas ideias e valores da modernidade europeia – hoje também norte-americana – e promove compensações simbólicas na busca duma “superioridade qualquer”. Humanizando-se por meio da relativização, os homens comuns passaram a reproduzir o comportamento da elite. Esta, instrumentalizando os valores das associações morais pelo interesse econômico, garantia, pela

dissolução dos extremos, lei e ordem, bem e mal, que a orientação arbitrária da conduta fosse a regra.

Esse modo de ser do homem comum se generalizou para a sociedade, aparecendo como uma “desordem vivaz”, desordem que a elite, com a imaginação nos países do velho continente, buscava resolver com a violência costumeira, legitimada pelo Estado, usando meios extremamente modernos, o que reproduzia a desordem. Com outras palavras, essa desordem instalada pela elite no período colonial é avaliada com parâmetros modernos e, por isso, reprovada por essa mesma elite que impregnou – e ainda o faz – o país com tais ideias e parâmetros modernos de ordem, liberdade. Instalada pela elite, é combatida por ela por avaliar que os explorados e desvalidos são desordeiros, inimigos da ordem. Ordem, liberdade, portanto, assentadas na violência e no arbítrio. Trata-se da aparência do sistema que não esconde a essência, mas já mostra que essas ideias modernas, apesar de a elite aplicá-las de forma nominalmente objetiva, não enganam a mais ninguém e, antes, faz com que todos as reproduzam.

O progresso e o ideal de civilização, cujos parâmetros eram buscados lá fora (já que no país o que vigorava era a escravidão, a violência, o trabalho forçado e “grande degradação”), se reforçavam pela presença de nossos pressupostos, o que contribuía para que aquelas ideias europeias e sua cultura se tornassem verdadeiros fetiches. A elite tirava proveito em manter circulando essas ideias, que se tornavam instituições, legislações e arquiteturas. Transportadas para as mercadorias, tais idéias não correspondiam às práticas sociais dominantes, devido ao seu caráter ornamental, de contraste com as práticas locais. As práticas sociais dominantes, fundadas em trocas morais de fidelidade e lealdade, mantinham dependentes aqueles que não se proletarizavam nem se escravizavam, mas buscavam reconhecimento material e social.

O avanço do mercado mundial, dessa maneira, agravava as relações sociais, a dominação política e a exploração econômica, já que a forma de trabalho encontrada durante o período colonial era predominantemente a escrava. Posteriormente, essa forma se tornou bastante onerosa para quem dela dispusesse. Os homens livres que trabalhavam para os proprietários circulavam num mundo formalmente livre, mas paupérrimo. Com esses, os senhores tinham uma relação moral, de aparente respeito até o que interesse econômico colocasse o dinheiro acima das relações e aquela associação moral fosse rompida. Os avanços do capitalismo

mundial e os interesses dos proprietários promoviam permanentemente esse rompimento, impedindo a cristalização de posturas baseadas na solidariedade.

As relações de exploração desses homens se agravaram com o fim do período colonial e da Independência, já que as estruturas econômicas continuaram a ser modificadas para a manutenção e aumento da produtividade e, com isso, a estrutura de poder, agora formada pelos capitalistas, continuaria a tirar proveito da circulação de ideias modernas entre nós e da generalizada falta de direitos e garantias, das segregações de todo tipo – social, urbana, econômica, cultural, racial, de gênero, das relações hierárquicas, o que reforçava a busca por soluções baseadas no favor. A economia que andava a passos largos, sem o correspondente processo social, para acompanhar o avanço da ciência e da tecnologia no âmbito da produção material deveria ter criado todo um conjunto de infraestrutura administrativa, de educação, saúde etc. Esse conjunto infraestrutural forma os aspectos “pré-capitalistas” que convivem com os capitalistas mais modernos e lhes dão suporte aos: na colônia, o capitalismo comercial, e o seu móvel maior, o lucro, comparável com as modernas finanças mundializadas. Hoje, num contexto de “desindustrialização endividada”, caracterizada pela “implosão do ciclo desenvolvimentista periférico” (ARANTES, 2007, p. 208), o pagamento de dívidas continua a ser o extrator de riquezas do país.

Intérpretes e educadores para o desenvolvimento do país, os intelectuais e as boas obras, sofreriam duma ambiguidade derivada da acomodação das ideias modernas ao nosso pressuposto social que, desde a colonização, devido à autonomia relativa do mundo cultural em relação à base econômica, refletiu a desordem vivaz que se implantou no país, cujos aspectos “atrasados” se tornaram “vergonhosos” – apesar de possuírem uma função – desde a Independência quando então vigoravam plenamente as ideias mais avançadas do mundo. Transplantada de lá, essas ideias não produziram aqui os efeitos que produziram na Europa. A ideia de desenvolvimento que seria colocada para gravitar entre nós deveria acompanhar os avanços tecnológico e concorrencial mundial, no entanto, do mesmo modo que aconteceu com as comunidades estudadas por Franco, estimularam as relações de favor e as permanentes quebras de possíveis relações sociais que não fossem parametrizadas pelo mercado e seus fundamentos.

Em diversos momentos, em nome da manutenção da governabilidade, da defesa da lei e da ordem, a elite brasileira sustentou um Estado que passaria a operar por meio de medidas

provisórias, a tratar o sofrimento social com medidas administrativas sem inclusão em lei, a colocar o Exército nas periferias. Constituiu-se um Estado de Exceção que, na Colônia, combatia os “inimigos internos”; e, na República, os movimentos sociais, a população prisional, a periferia e todos aqueles que puderem, na interpretação das elites, desestabilizar a ordem pública (TELES, 2012). Ou seja, dado o permanente desejo de desenvolver o país com requisitos estrangeiros, mas assentado em forte segregação e falta de direitos, que fazem com que os inimigos internos apareçam como ameaça à ordem, o Estado passa a operar com violência e com medidas de exceção que mantêm as pessoas na exclusão, segregadas e sem garantias.

Portanto, o descentramento, a oscilação das ideias entre modernas e “arcaicas”, encontra seu pressuposto social no favor, nas relações, por assim dizer, que garantem a sobrevivência individual e social dos sujeitos. Esse favor é produto do “progresso” numa estrutura econômica que “avança aos saltos”, endividando países, reduzindo sua capacidade de investimento social e fortalecendo as “associações morais”, as relações de favor, quebradas na presença intermitente do interesse econômico que despersonaliza os sujeitos e impossibilita que haja expressão social na revolta, encontrando, por isso, vazão no arbítrio e na violência individual.

As ramificações das interpretações de Roberto Schwarz e, conseqüentemente, de sua noção central são muitas: vão desde a própria Literatura, passam pela Filosofia, pela Ciência Política e chegam até a Psicanálise.

Analisando obras de Graciliano Ramos no texto *Graciliano e a desordem*, Ana Paula Pacheco chega a conclusões parecidas, em que uma “ordem fundada na exclusão” torna-se a desordem máxima, cujo ápice é a violência corriqueira. Essa desordem aflora devido à permanência de uma sensação de que a ordem não se cumpre no mundo. Paradoxalmente, quem ficou fora dessa desordem, ou seja, fora da ordem fundada no favor e na participação de privilégios, é aquele mais predisposto a enxergar com clareza e crítica as engrenagens da ordem iníqua (PACHECO, 2007).

Essa ordem fundada na exclusão foi percebida por Roberto Schwarz, que se dispôs a entendê-la pelas influências que recebeu. No texto *Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano*, do filósofo Jorge de Almeida, são discutidas as categorias e as

perspectivas de análise que influenciaram Schwarz: o “parâmetro frankfurtiano” e sua “tradição contraditória”, que se costumou chamar de Teoria Crítica; a preparação para sua recepção, feita por Antonio Candido, que tratava de alertar os leitores de suas obras para que “não se perdessem nos meandros da teoria” e deixassem que o objeto se impusesse; o “sentido da mediação”, composta por cada obra específica é em si mesmo histórico, integrante do processo social. Ou seja, a ideia de forma, de “inspiração marxista”, uma espécie de intuição da totalidade em curso, cuja análise permite identificar que o “mundo não está à altura de sua imagem nas obras”, requer que o crítico “desmascare a ideologia” que elas carregam, reconfigurando a experiência social presente nessas obras (ALMEIDA, 2007).

O favor, com seus componentes de arbítrio e da fantasia, em que esta, a fantasia, se constitui em “[...] uma encenação no psiquismo da satisfação de um desejo imperioso que não pode ser saciado na realidade” (NASIO, 2007, p. 10), fazia com que o senhor brasileiro rebaixasse toda ordem simbólica dos países centrais disponíveis para ele, sendo esse rebaixamento uma “[...] espécie de lei particular, o imperativo de um gozo qualquer, fundamento psíquico da generalização do capricho como formação social por excelência” (AB’SÁBER, 2007, p. 273).

Atendendo aos caprichos e ao arbítrio da elite, como a Juliette, de Sade, esse rebaixamento era utilizado para manter a grande margem de dominação e para ascender em nossa hierarquia social cujo ápice são os valores da modernidade europeia. Se eliminássemos tais ideias, chegaríamos ao Brasil paternalista, patrimonialista, personalista, mas se as promovêssemos, desembocaríamos em algum país europeu. O paternalismo resolveu esse problema, pondo as ideias modernas sob sua esfera de influência, assim a elite brasileira permanece retirando as vantagens dessa desfaçatez de classe.

Essa “lei particular”, generalizada pela elite do país, sustenta nosso arbítrio, que é baseado em nossa “máxima vontade enquanto tal”.⁵⁵ É a “lei da dominação burguesa, tornada natural”,⁵⁶ cuja naturalidade fazia com que os negros fossem “realmente [naturalmente] inferiores, não socialmente”⁵⁷ estabelecendo a “consciência da indiferenciação”,⁵⁸ que pregava a desigualdade inata entre proprietários e agregados, estruturando uma sociedade fortemente

⁵⁵ Cf. p. 69.

⁵⁶ Cf. p. 68.

⁵⁷ Cf. p. 30.

⁵⁸ Cf. p. 49.

hierárquica, devido à própria sociedade burguesa e não a resquícios arcaicos, compondo nosso território comandado integralmente pela violência da abstração econômica⁵⁹.

⁵⁹ Cf. p. 10.

5. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AB'SÁBER, Tales A. M. Dois mestres: crítica e psicanálise em Machado de Assis e Roberto Schwarz. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. "**Pai contra mãe**". O terror escravagista em um conto de Machado de Assis. Disponível em: <<http://www.lacan-brasil.com/lectura.php?auxiliar=tribuna/abril2010/Pai.html>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

ALMEIDA, Jorge de. Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARANTES, Paulo. Cultura: O ajuste intelectual de Paulo Eduardo Arantes. **Revista Teoria e Debate**, nº 30, 1996.

_____. Entrevista com Paulo Eduardo Arantes. São Paulo: **Revista Trans/form/ação**, 2008.

_____. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Ideologia francesa, opinião brasileira. Um esquema. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, 1991.

_____. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**: dialética e dualidade em Antonio Candido e Roberto Schwarz. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Sobre a noção de ideologia**. 2010. Disponível em: <<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Arantes,%20Paulo>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

_____. **Um departamento francês de ultramar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Exploração colonial e capital mercantil. In: _____. **História econômica do período colonial**. São Paulo; Edusp, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo Social** Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1, p. 9-27, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702010000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. Cultura brasileira e identidade nacional (comentário crítico). In: _____. **O que ler na ciência social brasileira**. 1970 – 2002. São Paulo: Anpocs: Editora Sumaré, 2002.

ASSIS, Flavia Gieseler. **Visões do Agregado em Machado de Assis**. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: _____. **O que ler na ciência social brasileira**. 1970 – 2002. São Paulo: Anpocs: Editora Sumaré, 2002.

BENEDICT, Anderson. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1972.

_____. **Cultura**. In: _____. A construção nacional. 1830 – 1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOTELHO, André. Passagens para o Estado-Nação: a tese de Costa Pinto. São Paulo: **Revista Lua Nova**, n. 77, 2009.

_____. Passagens para o novo mundo. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 9, jul. 1984.

_____. **Teoria e História na Sociologia política brasileira**: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. São Paulo: Anpocs, 2012. Disponível em: <http://www.sigeventos.com.br/anpocs/admin/pro_lista_programa.asp?eveId=5&strConsultar=S>. Acesso em: 28 set. 2012.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Democratização e desenvolvimento: um programa de pesquisa. In: _____. **O moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2008.

BRASIL JUNIOR, Antonio. **Dilema e paradoxo**: as formulações de Florestan Fernandes e Gino Germani no início dos anos 1960. Curitiba: Anpocs, 2011.

BRITO JUNIOR, Bajonas Teixeira. **Reposição do atraso – dissertação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por igor.nc@ig.com.br em 27 mar. 2012.

CAMARGO, Silvio. Experiência social e crítica em André Gorz e Axel Honneth. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 25, nº 74, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 ago. 2012.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. Caracterização das Memórias de um sargento de milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 1970. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

_____. Entrevista com Antonio Candido de Mello e Souza. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, p. 1-218, 2011. Edição especial. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732011000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 maio 2012.

_____. A vocação crítica de Antonio Candido. **Revista Cult**, ed. 61, 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/vocacao-critica-de-antonio-candido/>>. Acesso em: 05 jul. 2012. Entrevista concedida a Manuel da Costa Pinto.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Depoimento. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. Ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DUARTE, Rodrigo. **Seis leituras sobre a dialética do esclarecimento**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2009.

_____. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, n. 1 1976.

_____. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Revista Estudos Avançados**, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300016>. Acesso em: 03 jul. 2012.

GIANNOTTI, José Arthur. Depoimento. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAMBURGUER, Ester. Indústria cultural brasileira (vista daqui e de fora). In: _____. **O que ler na ciência social brasileira**. 1970 – 2002. São Paulo: Anpocs: Editora Sumaré, 2002.

HIRANO, Seidi. Tradição e mudança social no Brasil. In: _____. **Dentro do texto, dentro da vida**. Ensaio sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

JAKCSON, Luís Carlos. Gerações pioneiras na Sociologia paulista. (1934 – 1969). In: _____. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1. São Paulo: USP, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a07v19n1.pdf>>. Acesso em: 04 de jul. de 2012.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson L. **Aprendendo Lógica**. Petropolis: Ed. Vozes, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2009.

KURZ, Robert. A ruptura ontológica. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. O fracasso da modernização. In: _____. **O colapso da modernização**. Disponível em: <<http://obeco.no.sapo.pt/rkurz214.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: _____. **O moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2008.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Colonialismo, Imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu**. 2003. 292 f. Tese (doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARTINS, Éder Luiz. **Marxismo e a universidade no Brasil**: um estudo sobre o Seminário Marx (1958 – 1964). 2008. 126 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARTORANO, Luciano Caviani. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NASIO, Juan-David. **A fantasia**: o prazer de ler Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NOVAIS, Fernando. Fernando Novais: Braudel e a “missão francesa”. **Estudos avançados**. vol. 8, n. 22. São Paulo: USP: IEA, 1994.

_____. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, 1984, n. 7, p. 105 – 118. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1861. Acesso em: 17 jul. 2012.

_____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

_____. Depoimento. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OLIVEN, Ruben George. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: _____. **O que ler na ciência social brasileira**. 1970 – 2002. São Paulo: Anpocs: Editora Sumaré, 2002.

ORTIZ, Renato. **A escola de Frankfurt e a questão da cultura**. São Paulo: Anpocs, 1985. Disponível em <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_05.htm> Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PACHECO, Ana Paula. Graciliano e a desordem. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PATO, Christy Ganzert Gomes. **O discurso econômico da modernidade**: notas da periferia. 2011. 93 f. Tese (doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro. As raízes de nosso atraso. **Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento regional (G&DR)**, v. 3, n. 3, p. 233-246, 2007.

RÉ, Henrique Antonio. “**Mundo da desordem**”, “**Homem cordial**” e a ordem contemporânea do capital: uma análise do esquema interpretativo de Roberto Schwarz. 2005. 195 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade. In: _____. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Theotonio dos. **A teoria da dependência**: um balanço histórico e teórico. 2009. Disponível em <www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf> Acesso em: 05 jul. 2012.

SCHWARZ, Roberto. A desigualdade social degradada. Entrevista com Roberto Schwarz. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2007. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/8866-a-desigualdade-social-degradada-entrevista-com-roberto-schwarz>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. **Ao vencedor as batatas**. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000a.

_____. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol.23, n. 67, São Paulo, jun. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/11.pdf www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/11.pdf. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. A viravolta machadiana. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap n. 69, jul. 2004.

_____. Leituras em competição. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 75, jul. de 2006.

_____. **O Pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Prefácio com perguntas. In: _____. **Crítica a razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

_____. **Que horas são?** Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000b.

_____. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. Depoimento. In: _____. **Um crítico na periferia do capitalismo**. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Uma investigação sobre sua natureza e causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais**: professoras do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade de São Paulo (1934 – 1969). 2008. 209 f. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP, 2008.

TELES, Edson. Estado de exceção permanente. São Paulo: **Revista Cult**, ed. 171, agosto de 2012.

TRENKLE, Norbert. **Negatividade interrompida.** Notas sobre a crítica de Horkheimer e Adorno a Kant e ao Esclarecimento. Disponível em <<http://adorno.planetaclix.pt/ntrenkle.htm>.> Acesso em: 22 jun. 2012.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA JÚNIOR, Mauricio Hoelz. **Homens livres, mundo privado:** violência e pessoalização numa sequencia sociológica. 2010. 164 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos.** São Paulo: Cebrap, n. 53, mar. de 1999.